



**Universidade Estadual do Ceará
Mestrado Acadêmico em Políticas Públicas e Sociedade**

Maria Carmelita Sampaio Colares

**Poder, Dominação e Violência:
Um “olhar” sobre a exploração sexual comercial de
adolescentes**

**Fortaleza
2006**

Universidade Estadual do Ceará
Mestrado Acadêmico em Políticas Públicas e Sociedade
Maria Carmelita Sampaio Colares

Poder, Dominação e Violência:
Um “olhar” sobre a exploração sexual comercial de
adolescentes

Dissertação submetida ao Mestrado Acadêmico em Políticas Públicas e Sociedade da Universidade Estadual do Ceará, como parte das exigências para obtenção do título de Mestre em Políticas Públicas, sob a orientação da Professora Dr^a Maria Glaucíria Mota Brasil.

Fortaleza
2006

**Universidade Estadual do Ceará
Mestrado Acadêmico em Políticas Públicas e Sociedade**

**Poder, Dominação e Violência: um “olhar” sobre a exploração
sexual comercial de adolescentes**

Autora: Maria Carmelita Sampaio Colares

Defesa em 17/ 01/ 2006

Conceito obtido: Satisfatório/Aprovada

Banca Examinadora

Prof. Dr José Vicente Tavares dos Santos - UFRGS

Prof^a. Dr^a Irllys Alencar Firmo Barreira - UFC

Prof^a. Dr^a Maria Glaucíria Mota Brasil - UECE

Orientadora

Dedico este trabalho aos meus pais Carmelita e Valdir, exemplos de amor, simplicidade, paz, ternura, coragem, alteridade e autoridade.

AGRADECIMENTOS

Este trabalho não seria possível sem o apoio de pessoas e instituições especiais que, de uma forma, ou de outra, contribuíram na difícil, mas produtiva, caminhada acadêmica.

Em primeiro lugar agradeço aos meus pais pelo ensinamento de que vale à pena lutar pela vida e ideais, mesmo diante das inúmeras dificuldades que encontramos pelo caminho. Da mesma forma aos meus irmãos Maninha, Marisa, Evan, Ana, Flor, Valdir e Mara, pelo carinho, exemplos e estímulos;

Ao meus queridos Carlos Henrique, Bruno e Carla, simplesmente por me ensinarem a amar;

À amiga Yanne pela sincera amizade e o constante estímulo;

À minha orientadora Maria Glaucéria Mota Brasil pelo criterioso apoio teórico-metodológico;

Ao mestrado Acadêmico em Políticas Públicas e Sociedade, sua coordenação, corpo de professores e funcionários (em especial à Fátima), pelo empenho, perseverança e partilha de conhecimentos;

Aos professores do curso de Serviço Social da UECE que sempre têm a contribuir à trajetória acadêmica de cada aluno que por lá tenha caminhado;

Aos participantes da banca examinadora pela contribuição para minha experiência como pesquisadora no presente e no futuro;

Ao Unicef, a Universidade Estadual do Ceará e ao LABVIDA, o meu sincero reconhecimento pelo empenho na Pesquisa Sobre Exploração Sexual Comercial de Crianças e Adolescentes no Estado do Ceará, na qual participei como pesquisadora. Agradeço à coordenação da referida pesquisa, representada

pela Professora Celina Magalhães Ellery, a autorização para utilizar no presente trabalho os dados que colhi em campo;

Ao apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES. Mesmo que tenha sido por pouco tempo, o apoio certamente não se resumiu ao financeiro. Não há palavras que traduzam a alegria de ter garantido as idas e vindas à universidade, de dispor dos livros e de tempo para as necessárias leituras e construção do trabalho escrito;

Agradeço às meninas de Aquiraz e seus familiares, pelos depoimentos e a confiança que depositaram em mim, uma simples e desconhecida pesquisadora. Bem como, às demais pessoas que contribuíram com informações para a presente pesquisa;

À amiga Lúcia Mônica, pelo apoio dado para a conclusão do presente trabalho. Aos demais amigos de infância, da escola, da rua, da universidade, do trabalho, da militância, do Conselho Regional de Serviço Social, e, especialmente aos companheiros do Fórum Cearense de Enfrentamento à Violência Sexual que me ajudam a aprender com as experiências da vida e da “luta”;

E, principalmente, a Deus, pela maravilhosa bênção que é ter ao meu lado pessoas tão especiais e pela possibilidade de ter vivenciado a experiência que será relatada por todo este trabalho. É muito gratificante saber, como diria Mario Quintana, que Deus acredita na gente.

***Quem não compreende um olhar, tampouco
compreenderá uma longa explicação...***

(Mario Quintana)

RESUMO

O presente trabalho intitulado **Poder, Dominação e Violência: um “olhar” sobre a exploração comercial sexual de adolescentes**, é o resultado de meu estudo empreendido durante o Mestrado Acadêmico de Políticas Públicas e Sociedade. Traz um aprofundamento teórico quanto à definição de conceitos, de construção de indicadores qualitativos, de caracterização das dimensões da questão, de sua amplitude, redes e sistemas envolvidos. Configura-se como mais uma oportunidade para dar visibilidade e complexidade da problemática, podendo contribuir para (re)definições das políticas públicas, de maneira que estas sejam mais condizentes com as realidades das crianças e adolescentes envolvidos com a exploração sexual comercial. O estudo apresenta situações reais identificadas na cidade de Aquiraz, município do Estado do Ceará, compreendendo três formas de manifestação do fenômeno: como trabalho autônomo relacionado ao sexo-turismo, como trabalho sexual escravo em cárcere privado; e, uma terceira, a vivência em bordel. A pesquisa revela aspectos da rede de exploração sexual comercial de adolescentes revigorada pela omissão da sociedade e pela falta de políticas públicas.

ABSTRACT

*This present work entitled **Power, Domination and Violence: a view on sexual and commercial teenager exploitation** is the result of my research during the academic master course in Public Policies and Society. It brings a theoretical deepening on the definition of concepts, the building of quality indicators, characterization of the dimensions on the issue, its amplitude, nets and involved systems. It configures as one more opportunity to give visibility to the complexity of the problem and it can also contribute to the (re) definition of public policy, in order for them to become more suitable with the reality of the children and adolescents involved in sexual and commercial exploitation. This research shows real situations in Aquiraz city, municipal district of Ceará state and presents three ways of the phenomenon manifestation, such as: independent work linked with sexual tourism, sexual work in home imprisonment and living in a brothel. The research also shows net reproduction forms of sexual and commercial exploitation of teenagers reinforced by the society's omission and the lack of public policies.*

Sumário

Lista de abreviaturas	11
Apresentação	13
Capítulo 1 - Considerações iniciais acerca do que estou escrevendo	17
1.1 A exploração sexual comercial de crianças e adolescentes como uma face da violência	20
1.2 O “Enfrentamento”	25
1.3 Os (des)caminhos da proteção.....	33
Capítulo 2 - A metodologia usada e as aproximações ao objeto: introduzindo a discussão, justificando a idéia e evidenciando procedimentos	42
2.1 Quando a experiência nos faz querer conhecer	44
2.2 O objeto em foco	48
2.3 Os caminhos percorridos... ..	53
2.3.1 O campo da pesquisa	53
2.3.2 Desafios: Limites e possibilidades em campo	55
2.3.3 Novas leituras, novos conhecimentos: (re)aprendendo no caminho um novo conceito de História Oral	61

2.3.4	Abordando o diferente: procedimentos metodológicos	70
Capítulo 3	- De Emília à Carolina e os mistérios de Clarice: poder, dominação e violência.....	76
3.1	O sexo turismo	76
3.1.1	Uma é o coração febril: os “desejos” de Emília	80
3.2	Trabalho sexual escravo em cárcere privado.....	89
3.2.1	A outra é o coração de “lata”: a saga de Carolina.....	91
3.3	Vivência em bordel.....	97
3.3.1	A terceira é quando crio na canção um desafio entre o abraço do parceiro e um pedaço de amargura	97
	Por uma conclusão introdutória.....	104
	Bibliografia	112

Lista de Abreviaturas

ANPOCS – Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais

CECOVI – Centro de Combate à Violência Infantil

CERU – Centro de Estudos Rurais e Urbanos

CMDCA – Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente

CPI – Comissão Parlamentar de Inquérito

CPMI – Comissão Parlamentar Mista de Inquérito

CPDOC – Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil

DCECA – Delegacia de Combate à Exploração da Criança e do Adolescente

ECA – Estatuto da Criança e do Adolescente

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

LABVIDA - Laboratório de Estudos e Pesquisas em Direitos Humanos, Cidadania e Ética da UECE

LOAS – Lei Orgânica da Assistência Social

MIS – Museu da Imagem e do Som

MJ - Ministério da Justiça

NUCEPEC – Núcleo Cearense de Estudos e Pesquisas sobre Criança

PAIR – Programa de Ações Integradas e Referenciais

PESTRAF – Pesquisa sobre o Tráfico de Mulheres, Crianças e Adolescentes

PETI – Programa de Erradicação do Trabalho Infantil

RECRIA – Rede de Informações sobre a Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes

SEDH – Secretaria Especial de Direitos Humanos

SENASP - Secretaria Nacional de Segurança Pública

SINARM – Sistema Nacional de Armas

SIPIA – Sistema de Informação para a Infância e Adolescência

UnB – Universidade de Brasília

UNICEF – Fundo das Nações Unidas para a Infância

UECE - Universidade Estadual do Ceará

Apresentação

O presente trabalho compreende o desenvolvimento de minha proposta de estudo apresentada ao Mestrado Acadêmico em Políticas Públicas e Sociedade. A partir de uma pesquisa empírica realizada em Aquiraz, município do Estado do Ceará, discuto a temática da exploração sexual comercial de crianças e adolescentes como uma das faces banalizadas da violência contemporânea. Tive como objeto a compreensão e análise das experiências de vida de adolescentes vitimizadas pela exploração sexual comercial, a partir de conceitos como poder, dominação e violência.

Denúncias e discussões trouxeram para o espaço público a temática da exploração sexual comercial de crianças e adolescentes no País. A situação desses segmentos populacionais envolvidos com a problemática tem sido objeto de discussões, reflexões e intervenções desde o início da década de 1990. A imprensa e entidades governais e não - governamentais que trabalham diretamente com a infância e a adolescência anunciam o agravamento da situação. As CPIs – Comissões Parlamentares de Inquéritos investigam e discutem essas denúncias nos espaços institucionais mais amplos. As pesquisas acadêmicas identificam fatores que dão vida e corpo à problemática.

Segundo a literatura, a exploração sexual comercial de criança e adolescente trata-se de um fenômeno complexo, cujas principais causas apontadas são sócio-econômicas e histórico-culturais. Dentre as primeiras são apontadas o desenvolvimento desigual das diversas regiões brasileiras, a má distribuição de renda, a pobreza, a migração, o acelerado processo de urbanização e a ineficácia ou mesmo ausência de políticas públicas. No que se refere às causas histórico-culturais, identifica-se a concepção, ainda vigente, da criança e adolescente como objetos de dominação e

mercadoria dos adultos e mesmo dos pais e/ou responsáveis, a profunda transformação por que vem passando a família e sua conseqüente fragilização, o machismo, o consumismo, a ideologia do prazer e da estetização dos corpos jovens, a cultura de que os filhos dos pobres estão “destinados” ao trabalho precoce, bem como a da impunidade.

Busco trabalhar dentro de uma perspectiva compreensiva acerca das redes de relações e significados que incidiam sobre o objeto em questão, empreendendo um esforço no sentido de perceber como se apresentava as citadas dimensões na realidade vivenciada por adolescentes. Neste sentido, na pesquisa se destaca um intenso trabalho de campo no qual privilegiei a observação direta e as entrevistas para coleta de depoimentos, bem como permanentes e exaustivas leituras acerca da problemática e do objeto investigado. Tive como campo empírico determinados espaços da cidade de Aquiraz, onde identifiquei a produção e reprodução de sociabilidades nas quais a sobrevivência humana se relacionava às tramas da exclusão social e aos ritos da violência. Dentre essas sociabilidades, tipologias diferenciadas da exploração sexual comercial de adolescentes.

No primeiro capítulo, intitulado “**Considerações iniciais acerca do que estou escrevendo**”, priorizo a conceituação dos problemas tratados, resgatando conceitos inerentes à exploração sexual comercial de crianças e adolescentes. Apresento também a forma como a problemática passou a configurar no campo das políticas públicas, bem como descrevo o que foi percebido em campo no tocante às estratégias de ações para o enfrentamento da problemática em Aquiraz.

No capítulo seguinte, denominado “**A metodologia usada e as aproximações ao objeto: introduzindo a discussão, justificando a idéia e evidenciando procedimentos**”, abordo a valorização do ato de pesquisar, justifico a escolha do tema situando, dentro deste, a importância social do objeto estudado. Identifico os diversos espaços que serviram como campo empírico, esclareço o procedimento metodológico utilizado, bem como as idiosincrasias próprias dos caminhos trilhados em uma experiência de pesquisa social empírica.

Para trilhar tais caminhos compreendo a constante necessidade de maturação e de fundamentação da empiria pela teoria. Nesta perspectiva, no terceiro capítulo intitulado **“De Emília à Carolina e os mistérios de Clarice: Poder, Dominação e Violência”** analiso o significado da exploração sexual comercial a partir da articulação dos conceitos trabalhados aos relatos orais de adolescentes e seus familiares, representando tipicamente três manifestações diferentes de exploração sexual comercial encontradas em Aquiraz: a primeira, a forma de trabalho autônomo relacionado ao sexo-turismo; a segunda como trabalho sexual escravo em cárcere privado; e a terceira, a vivência em bordel. Sem pretender uma transcrição bruta dos depoimentos, busquei descrever e interpretar as versões e os depoimentos dos sujeitos interlocutores da pesquisa.

Tenho a convicção de que o presente trabalho de dissertação foi concebido a partir não só de um apanhado de informações acerca da problemática estudada, mas, de um esforço em desenvolver a razão, no sentido de perceber o que está ocorrendo ao nosso redor e possibilitar, quem sabe, a transformação de muitas de nossas indiferenças acerca do público em participação nas questões públicas. Assim, no último momento do trabalho reservado às considerações finais, retomo as principais reflexões observadas em campo diante da perspectiva de políticas públicas no Brasil, especialmente no contexto do Município de Aquiraz.

O trabalho a seguir, no entanto, não pretende uma fórmula de política pública voltada para a questão, mas um esforço intelectual embasado pela Sociologia, Antropologia e Filosofia que procura questionar o mundo e os fatos sociais que são apresentados. E, por compreender um aprofundamento teórico quanto à definição de conceitos, de construção de indicadores qualitativos, de caracterização das dimensões da questão, de sua amplitude, redes e sistemas envolvidos, pode, potencialmente, se configurar como mais uma oportunidade para dar visibilidade à complexidade da problemática, e contribuir para (re)definições das políticas públicas, de maneira que estas sejam mais condizentes com as realidades das crianças e adolescentes envolvidos com a exploração sexual comercial.

Capítulo 1

Considerações iniciais acerca do que estou escrevendo

No presente trabalho tive como objeto de estudo a compreensão e a análise do significado da exploração sexual comercial na experiência de vida de adolescentes. Trabalhei conceitos como adolescência, relações de poder, dominação e violência. No

sentido de construir tal objeto apresento experiências reais vivenciadas por Emília, Carolina e Clarice, três adolescentes, 17, 14 e 15 anos respectivamente. As três meninas moradoras do município de Aquiraz¹ relatam seus sonhos, desejos, conflitos e modelos de resistência diante de uma sociedade desigual e amplamente consumista. Como nos versos de Moraes Moreira e Fausto Nilo que falam sobre as meninas do Brasil, de seus encantos, de suas graças, misturas e simpatias mulatas, as três graças de Aquiraz, *têm a cor da formosura*. Os nomes fictícios também foram inspirados na música.

*Serenata do Brasil, eu serei três serenatas. Uma é o coração febril, a outra é o coração de lata. A terceira é quando crio na canção um desafio, entre o abraço do parceiro e um pedaço de amargura. Se eu ganhasse o mundo inteiro,... de Emília à Carolina. E os mistérios de Clarice (...)*²

Se pudesse, como ainda diz a música, *só faria melodia com as belezas das meninas*. No entanto, a questão pública com a qual me deparei na cidade de Aquiraz apresentou três vidas marcadas pela exploração sexual. Três experiências diferenciadas, mas com alguns pontos em comum: a vivência sexual marcada pela violência em suas várias faces. Longe de ser um retrato que evidenciava o encanto da graça e beleza mulata, ou pelo ideal da adolescência “feliz e protegida”, revelava um mundo destroçado, abandonado, mas não perdido de significados.

A constatação do abandono e da banalização da violência sexual contra a mulher adolescente me causou um profundo estranhamento. Foi para mim um grande desafio buscar compreender como a indiferença pública se fazia presente diante de tal banalização. No entanto, durante o processo de entrevistas, o desafio foi ampliado quando me deparei com relatos que revelavam uma relação de prazer, de ascensão pessoal e social. Como desnaturalizar as formas de violências que me eram apresentadas pela realidade empírica? Como entendê-las como uma questão pública?

¹ Aquiraz integra a Região Metropolitana de Fortaleza, dista 27,7 Km da capital do Estado do Ceará. Seus limites são: ao Norte – o Oceano Atlântico, Fortaleza e Euzébio; ao Sul – Horizonte, Cascavel e Pindoretama; ao Leste – Oceano Atlântico; ao Oeste – Euzébio, Itaitinga e Horizonte. O acesso se dá pela CE -040 e a CE – 025, é uma cidade turística e tem 60.469 habitantes, segundo dados do IBGE.

² NILO, F. e MOREIRA, M. **Meninas do Brasil**. São Paulo: Sony Music / Warner Chappell, 1980 (ca. 4'30)

São válidas as considerações de que no âmbito da exploração sexual comercial, as relações dominantes de gênero e de raça se evidenciam pelo fato de que a grande maioria das vítimas é do sexo feminino de cor negra, mais especificamente mulata (Leal, 1999). No Brasil, são vários os indícios oferecidos pela história que é contada desde a chegada dos primeiros conquistadores sobre uma erotização do corpo jovem, especialmente de meninas pobres, negras e índias. Desde os primeiros momentos de nossa história há aqui uma exacerbada exploração da imagem de uma sexualidade tropical que é exportada pelas indústrias do turismo, expressada pelas jovens mulatas sensuais, pelo samba, pelo carnaval etc. O erótico permeia o cotidiano dos brasileiros, das piadas aos jogos de sedução, das roupas aos comportamentos, nos ambientes de trabalho, nas praças ou nos bares, na música, na propaganda etc.

Gilberto Freyre em sua obra “Casa Grande e Senzala” escrita na década de 1930, ao buscar mostrar uma suposta “democracia sexual” existente nas relações estabelecidas entre a casa grande e a senzala, dá muitas pistas da forma como essa erotização se fez presente no processo de colonização do nosso País: *Pode-se, entretanto, afirmar que a mulher morena tem sido a preferida dos portugueses para o amor (...). “Branca para casar, mulata para f... e negra para trabalhar”* (Freyre, 2002, p.158)

A mulher negra, especialmente a jovem, era o principal elo entre a casa-grande e a senzala. Este elo significava ter não só uma função econômica, mas social e sexual. Ou seja, se por um lado representava o “ventre gerador” responsável pela reprodução de mulatos para os trabalhos na lavoura, por outro, assumia, também, a atribuição de iniciar o homem branco na prática sexual, e, com isso, “preservar” a moral no lar, das “moças de família” e futuras esposas dos sinhozinhos. Assim, era transformada em objeto dos desejos dos homens, do senhor de engenho ao menino adolescente.

Não seria extravagância nenhuma concluir (...) que os pais, dominados pelo interesse econômico de senhores de escravos, viram sempre com olhos indulgentes e até simpáticos a antecipação dos filhos nas funções genésicas. (...) até as mães mais desembaraçadas empurravam para os braços dos filhos

já querendo ficar rapazes e ainda donzelos, negrinhas e mulatinhas capazes de despertá-los da aparente frieza ou indiferença sexual (...). Nenhuma casa grande do tempo da escravidão quis para si a glória de conservar filhos maricas ou donzelões. O que a negra da senzala fez foi facilitar a depravação com sua docilidade de escrava: abrindo as pernas ao primeiro desejo do senhor-moço. Desejo não, ordem. Afinal, o que sempre se apreciou foi a idéia de homem raparigueiro, (...), femeeiro. Deflorador de mocinhas (Ibidem, p.470).

A descrição do autor ao evidenciar a construção de valores referentes a erotização do corpo jovem e mulato mostra também a forma como no Brasil ocorreu historicamente o predomínio da esfera privada ao público, que tem como alicerce a estrutura de poder dos fazendeiros em suas grandes propriedades, a confusão da família com o Estado, o não reconhecimento dos interesses públicos. O espaço público foi instituído como "quintal da minha casa" pelos dirigentes, chefes, governantes. Para Marilena Chauí (2001), é exatamente por isso que vivemos uma sociedade sem cidadania, profundamente autoritária, onde prevalecem as relações de favores e de clientelismo, onde inexistem a prática política da representação e da participação, que enfatiza a cultura da impunidade, do assistencialismo e da reificação da violência.

Por outro lado, apesar de vivermos numa sociedade historicamente desigual, machista e autoritária, pode-se constatar na contramão uma constante luta pela implementação dos direitos humanos, principalmente após promulgação da Constituição Federal de 1988. Nesta perspectiva, amplia-se o debate da democratização dessa mesma sociedade conduzida por paradigmas de igualdade e equidade das relações de gênero, raça e etnia, bem como pelos direitos de crianças e adolescentes.

1.1 A exploração sexual comercial de crianças e adolescentes como uma face da violência

É consenso a concepção de que a violência, em suas várias formas, se faz presente em nosso cotidiano. Dia-a-dia temos contato com inúmeros casos de violência em nossa sociedade, sejam os anunciados pela mídia, ou aqueles que algum

conhecido tenha passado, ou mesmo, quando somos a própria vítima. Mas seria a violência um fenômeno próprio da atualidade?

O fenômeno da violência emergiu nos últimos séculos como um problema social aparentemente recente. No entanto, para Nobeit Elias³ (1997), não é de hoje que a civilização está ameaçada. Ao passo que se lança luz ao fenômeno da violência, se procura também respostas para os diversos problemas que o mesmo envolve. Estas respostas têm se apresentado de formas múltiplas e diversas, abrangendo uma gama de medidas, nos mais diversos níveis, seja o individual, comunitário ou governamental.

Para se protegerem da violência as pessoas, entre outras medidas, se armam, cercam as casas, contratam seguranças, blindam carros, fazem passeatas pedindo paz. O poder público, por sua vez, procura implementar medidas como, por exemplo, a restrição à venda de armas⁴. É um tema, obrigatoriamente, da agenda de muitos organismos, em especial de planos e programas a pretensas candidaturas ao Poder Executivo e Legislativo em nível municipal, estadual e/ou federal.

Neste sentido, o tema assumiu a proporção de um debate popular, expresso entre outros, nos relatos sobre a vida em sociedade, sobre o comportamento e sentimento das pessoas em relação a essa vida cotidiana, como na pauta das instituições que compõem a sociedade, nos discursos e planos políticos partidários.

Sobre a construção conceitual da categoria violência, são inúmeras as definições. Uns a definem num aspecto mais jurídico, que pressupõe ato de força de um contra outro em desvantagem, outros preferem considerar aspectos político-econômicos, afirmando que violência é um processo que permeia o sistema macro-

³ A partir de problemas específicos da história alemã, Nobeit Elias (1997) reflete sobre um dos aspectos do processo civilizador: a tensão entre pacificação e violência. Suas reflexões revelam um grau relativamente elevado de não-violência como característico das organizações sociais atuais. Segundo informa, a civilização corre perigo porque a salvaguarda dos padrões mais civilizados de comportamento e sentimento em sociedade depende de condições específicas. Uma destas é o exercício da autodisciplina por cada pessoa. Estas condições incluem a manutenção do habitual padrão de vida (fornecimento de bens) e a resolução pacífica de conflitos intra-estatais (pacificação social).

⁴ Vale destacar a Campanha Nacional de Desarmamento, lançada no dia 15 de julho de 2004, e o Referendo do Desarmamento, ocorrido em outubro de 2005.

social. Esta diversidade reforça a constatação de Georges Sorel, um dos primeiros autores a tematizar a questão no século passado: *os problemas da violência ainda permanecem obscuros* (Apud Arendt, 1994, p.31).

Segundo Santana e Xavier (2003, p.262), a violência pode ser didaticamente tipificada de acordo com o agressor, o agredido ou o meio empregado para tal ação. Violência física, sexual, policial, contra criança e adolescente, contra mulheres, racial, meio ambiente, doméstica ou urbana, no trânsito, entre outros. No caso da violência praticada contra criança e adolescente⁵, os autores nos advertem que, por se tratarem de “pessoas em condição peculiar de desenvolvimento”, são mais vulneráveis a qualquer tipo de violência por parte dos adultos. Uma destas é a violência sexual. Segundo a literatura especializada, entende-se por violência sexual contra a criança e o adolescente o “abuso sexual”⁶ e a “exploração sexual comercial”. O presente trabalho discuti mais especificamente a “exploração sexual comercial”.

É notório o reconhecimento do trabalho realizado por Gilberto Dimenstein em “Meninas da Noite: a prostituição das meninas-escravas do Brasil” no ano de 1992, como um fato que potencialmente deu visibilidade para a questão no País⁷. A obra, de cunho jornalístico, que denunciou o tráfico de meninas para fins sexuais nas zonas de garimpo da Região Norte do País, é apontada como marco porque além de ter retratado o aliciamento de crianças e adolescentes, deu evidências de uma verdadeira produção e comercialização de filmes e fotos pornográficas com as mesmas.

⁵ O ART. 2º das Disposições Preliminares do Livro I, Título I do Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA, Lei Nº 8.069, de 13 de Julho de 1990, afirma que: *Considera-se criança, para os efeitos dessa Lei, a pessoa até 12 anos de idade incompletos, e adolescente aquela entre 12 e 18 anos de idade.* Já o Artigo 6º do mesmo Livro e Título, afirma: *Na interpretação desta Lei levar-se-ão em conta os fins sociais e a que ela se dirige, as exigências do bem comum, os direitos e deveres individuais e coletivos, e a condição peculiar da criança e do adolescente como pessoas em desenvolvimento.*

⁶ *É outra expressão da violência sexual contra criança e adolescente que perpassa as relações interpessoais (intra-familiar e extra-familiar) e deve ser entendido como uma situação de ultrapassagem (além, excessiva) de limites: de direitos humanos, legais, de poder, de papéis, do nível de desenvolvimento da vítima, do que esta sabe e compreende, do que o abusado pode consentir, fazer e viver, de regras sociais e familiares e de tabus. E que as situações de abuso infligem maus tratos às vítimas. Ou seja: é ato ou jogo sexual em que um adulto submete a criança ou o adolescente, dentro de uma relação assimétrica de poder, para se estimular ou satisfazer sexualmente, impondo-se pela força física, pela ameaça e pela sedução, com palavras ou com ofertas de presentes* (Ellery, 2003, p.168).

⁷ O marco refere-se às discussões mais ampliadas na sociedade sobre a problemática, e não sobre o aparecimento da problemática em si. O presente trabalho não buscou um resgate da história social do fenômeno, mas situá-lo no momento em que passou a configurar no campo das políticas públicas.

Apesar do trabalho de Dimenstein ter suscitado uma grande discussão nos vários espaços da sociedade brasileira sobre as novas dinâmicas que a problemática alcançava naquele contexto, Eva Faleiros (2000) que estuda o conceito exploração sexual comercial sob o olhar da teoria econômica marxista e utiliza categorias como mercadoria, processo de trabalho, comercialização, lucro, oferta, demanda etc, afirma que naquela época não se havia aprofundado os estudos do fenômeno como mercado e exploração.

Ela situa como marco no avanço das discussões o Congresso Mundial Contra a Exploração Sexual de Crianças⁸ realizado em agosto de 1996 em Estocolmo. A partir deste encontro houve um avanço nas explicações do fenômeno levando-se em consideração as dimensões históricas do mesmo. Vale ressaltar que tal avanço deu-se, em grande parte, aos resultados encontrados nas pesquisas sobre esta realidade.

As pesquisas mostravam uma realidade marcada por uma variedade de determinantes e formas, o que exigia uma análise não mais dimensionada somente à prostituição infanto-juvenil, mas às várias formas de exploração sexual comercial, que vão da própria condição de prostituição infanto-juvenil às formas mais recentes da produção industrial pornográfica (principalmente via *internet*), sexo-turismo e o tráfico com fins de trabalho sexual escravo.

Eva Faleiros (2000) observa que as mais variadas formas de vendas dos serviços sexuais de crianças e adolescentes pelas redes de comercialização do sexo, pelos pais ou similares, ou por via do trabalho autônomo, é resultado, também, das transformações ocorridas nos sistemas de valores arbitrados nas relações sociais, especialmente o patriarcalismo, o racismo e a apartação social, antítese da idéia de emancipação das liberdades econômicas/culturais e das sexualidades humanas defendidas pela modernidade. Informa ainda que a oferta dos serviços sexuais, restrita durante séculos quase que exclusivamente à prostituição, foi ampliada e diversificada.

⁸ Participaram deste congresso cerca de 1.300 pessoas de 130 países, representando governos, organizações governamentais e não-governamentais, organismos internacionais e outros. Como resultado deste encontro teve a Declaração e Agenda de Ação, uma plataforma de decisões que englobam compromissos, ações, coordenação e cooperação, prevenção, proteção, recuperação e reinteração e, por último a participação de crianças e jovens na defesa dos direitos.

Com o desenvolvimento da tecnologia, ampliação da cultura do consumo, bem como a liberalização sexual, estruturou-se o mercado do sexo e a indústria pornográfica. A autora afirma que neste mercado os serviços são altamente vendáveis, principalmente, o sexo-jovem, que tem uma grande procura.

Ainda sobre o conceito, Barbosa (Op. cit.) nos informa que especialistas que discutem a temática nos vários seminários e oficinas ocorridos no Brasil e em outros países, desde os primeiros a integrarem as “comissões de enfrentamento” da questão (sociedade civil organizada em parceria com governo), observaram e chegaram ao consenso de que o termo prostituição deve ser empregado apenas à prostituição adulta, pois esta tem a liberdade sexual, portanto, disponibilidade sobre o próprio corpo. O adulto já alcançou maturidade.

Segundo o CECОВI – Centro de Combate à Violência Infantil, a prostituição infanto-juvenil não pode ser entendida da mesma forma que a prostituição adulta. Esta última, apesar de ser uma forma de exploração sexual comercial, tem outras dimensões que transcendem a primeira, como por exemplo, a questão da “opção” pessoal. Para esta entidade, crianças e adolescentes, por serem considerados “pessoas em condição peculiar de desenvolvimento”, não podem, ou não têm condições de decidir sobre as situações e atos de natureza sexual a que são submetidos. O termo prostituição não se aplica ao público infanto-juvenil, pois estes segmentos não optam por se prostituírem, mas são induzidos a isso pelo comportamento delituoso do adulto.

O termo “prostituição” não é, portanto, apropriado à criança e adolescente, pois se tratam, por Lei, de pessoa peculiar em desenvolvimento, ou seja: são pessoas nas quais a capacidade de decisão ainda está em formação. Segundo ainda o novo Código Civil Brasileiro (Lei nº 10.406, de 10/01/2002, Art. 5º), são absolutamente incapazes até os 16 anos e, relativamente desta data até os 18 anos, para exercerem pessoalmente alguns atos da vida civil. Essa incapacidade, segundo Barbosa (Op. cit.), também alcança a prática da relação sexual, em razão da não livre disponibilidade do próprio corpo, bem jurídico protegido nos crimes contra a liberdade sexual. Pensamento semelhante tem Saffioti (1995) ao discutir os aspectos históricos e conceituais acerca da problemática da exploração sexual comercial. A autora reconhece que o conceito

“exploração sexual comercial” é politicamente mais adequado, em especial por se tratar de uma forma de inserção precoce no mercado de trabalho.

1.2 O “Enfrentamento”

Quanto ao “enfrentamento” à exploração sexual comercial de crianças e adolescentes, têm destaque várias iniciativas envolvendo o poder público e a sociedade civil organizada. Em 2000, ocorreu a elaboração do Plano Nacional de Enfrentamento da Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes, por um fórum de articulação formado por órgãos públicos governamentais e não-governamentais. Em 2001/2002 se destacou a “PESTRAF - Pesquisa sobre o Tráfico de Mulheres, Crianças e Adolescentes”. Esta indicou que o crime organizado no Brasil utilizava 241 rotas terrestres, marítimas e aéreas para levar mulheres, jovens e crianças brasileiras para o exterior. Os resultados desta pesquisa foram fundamentais para a implantação, entre os anos de 2003 e 2004, da primeira CPMI - Comissão Parlamentar Mista de Inquérito da Exploração Sexual Comercial de Crianças e Adolescentes, no Congresso Nacional.

A CPMI para cadastrar as denúncias analisou 958 documentos de diferentes naturezas, referindo-se a ofícios de órgãos governamentais ou não-governamentais, matérias jornalísticas e cópias de reportagens, documentos de perícia técnica, relatórios dos órgãos do sistema de garantia de direitos e relatórios de CPIs estaduais e municipais. O Banco de Dados registrou 832 denúncias, das quais 543 foram cadastradas e 289 foram consideradas não qualificadas, uma vez que deixaram de reunir informações suficientes para caracterizar-se como notícia crime.

Tomando como referência discussões conceituais desenvolvidas pela PESTRAF acerca das rotas de tráfico de pessoas para fins de exploração sexual comercial, a CPMI levou em consideração que tais rotas devem ser concebidas como espaços de interconexão do crime organizado. A construção das rotas parte estrategicamente de cidades que estão próximas às rodovias, portos e aeroportos que

são pontos de fácil mobilidade, e fazem parte não só pessoas ligadas às redes criminosas, mas também diferentes atores institucionais⁹.

O relatório final da CPMI, divulgado em julho de 2004, resultou do trabalho de 11 Senadores e 11 Deputados Federais. Contém descrição dos trabalhos de investigação realizados por mais de um ano e recomenda ao Ministério Público da União e dos Estados, o indiciamento de vários suspeitos. Traz depoimentos de 350 pessoas que foram ouvidas nas audiências públicas realizadas no Congresso e nos 21 estados visitados pelos integrantes da referida comissão. A lista dos nomes dos indiciados foi encaminhada para o Ministério Público da União e dos Estados para providências judiciais a serem tomadas diante de cada uma das situações denunciadas.

Também propõe a apuração de novas denúncias com a recomendação de reabrir casos já considerados encerrados pela Justiça. Contém além das denúncias, diligências e audiências públicas em 21 estados, propostas de alteração em dezenas de dispositivos relativos a crimes sexuais previstos no Código Penal e na Lei de Crimes Hediondos¹⁰, incluindo aqui a discussão acerca da cultura jurídica do país, no que se

⁹ O relatório afirma que deverão ser indiciados políticos, empresários, juízes, líderes espirituais e um ex-atleta brasileiro (Zequinha Barbosa). Entre estes, o vice-governador do Amazonas, Omar Aziz (PFL), um deputado federal, dois deputados estaduais, 12 vereadores e três prefeitos. Quanto aos prefeitos, tem destaque o caso de Boadyr Veloso (PP), que na época era prefeito da Cidade de Goiás e que foi acusado de estupro sete meninas no município de Trindade, que fica na Região Metropolitana de Goiânia. Segundo apuração contida no relatório da CPMI, Boadyr foi condenado a dez anos de prisão por causa dos estupros, mas conseguiu arrumar casamento para todas as vítimas. De acordo com o Código Penal, assim que as vítimas se casam o processo se extingue. No entanto, o Ministério Público tenta anular os casamentos, por considerá-los fraudulentos. Ainda fazem parte da lista dos indiciados, os nomes de três pais-de-santo e dois pastores evangélicos: Davi Moreira Filho da Igreja Deus é Amor, de São Paulo, e Adalberto de Souza, da Assembléia de Deus, de Manaus(Cf: www.ciranda.org.br).

¹⁰ Nacionalmente, essas propostas se configuram em um dos maiores avanços nas discussões acerca da problemática. Têm destaque como propostas: criação de novos tipos penais, como o da “satisfação de lascívia mediante presença de criança ou adolescente”; agravantes para penas de crimes sexuais contra crianças e adolescentes e portadores de deficiência; revogação de alguns delitos, como o “atentado violento ao pudor”, que a partir de então deverá ser atentado violento à pessoa; ao alçar à condição de “crimes contra a humanidade”, pretendem tornar imprescritíveis práticas como o estupro, o tráfico para fins de exploração sexual e o favorecimento à prostituição; mudança do Título VI da parte especial do Código Penal, que deixaria de se denominar “Dos Crimes contra os Costumes” e passaria a se chamar “Dos Crimes contra a Liberdade e o Desenvolvimento Sexual”; alteração de nomenclatura também no capítulo que trata dos crimes de “sedução” e “corrupção de menores”, que podem passar a se intitular “Dos Crimes contra o Desenvolvimento Sexual de Vulnerável”. Deve-se ainda ser classificado como “estupro de vulnerável”, quando as vítimas tiverem menos de 14 anos ou tiverem algum tipo de deficiência física ou mental. Já o crime de corrupção de crianças e adolescentes poderá passar a ser tipificado como “mediação para servir à lascívia de outrem”. Também está sujeito a revogação o capítulo

refere aos históricos valores machistas e adultocêntricos em detrimento da mulher e da infância.

No início de 2005, fruto da parceria entre a SEDH - Secretaria Especial de Direitos Humanos, o UNICEF- Fundo das Nações Unidas para a Infância, a Comissão Intersetorial de Enfrentamento ao Abuso e a Exploração Sexual Comercial de Crianças e Adolescentes e a Universidade de Brasília – UnB, foi lançada pelo Governo Federal a Matriz Intersetorial de Enfrentamento da Exploração Sexual Comercial de Crianças e Adolescentes. Esta, objetivando subsidiar as políticas públicas para a superação do problema no País, no que se refere à articulação intersectorial de enfrentamento da impunidade e da implementação de políticas de proteção dos direitos de crianças e adolescentes, realizou uma sistematização de dados de pesquisas já realizadas, informações do Disque Denúncia e recomendações da referida CPMI. Elaborou ainda um levantamento de programas e ações desenvolvidos por instituições e organizações que trabalham com a problemática e da legislação para enfrentamento da questão.

O que mais se destacou neste relatório, no entanto, foi o mapeamento geográfico, social e político dos municípios brasileiros nos quais já foi identificada a prática deste tipo de violência sexual. O levantamento mostrou que são 937 municípios e localidades brasileiras onde ocorre práticas de exploração sexual comercial infanto-juvenil. Do total, 298 (31,8%) estão na Região Nordeste; 241 (25,7%) no Sudeste; 162 (17,3%) no Sul; 127 (13,6%) no Centro-Oeste e 109 (11,6%) no Norte. Segundo o documento, só no Ceará a problemática foi identificada em 41 municípios, dentre os quais a cidade de Aquiraz.

Quanto ao Ceará, no que se refere às discussões sobre a temática, o Estado vem ocupando lugar de vanguarda. Em 1991 instaurou-se o “Fórum Permanente de Combate à Prostituição Infanto-Juvenil”, com o propósito de atuar no âmbito da

do Código Penal relativo ao rapto, que agrega as seguintes variações: “rapto violento ou mediante fraude”, “rapto consensual” e “concurso de rapto e outro crime”. Os parlamentares querem modificar ainda o artigo 226 que trata do aumento da pena, estabelecendo que a punição seja aumentada de um sexto a um terço se do crime resultar gravidez ou contaminação da vítima por doença venérea. Para mudanças legislativas o trâmite na Câmara Federal e no Senado Federal terá medida de urgência (Cf: www.ciranda.org.br).

abertura de inquéritos policiais, realização de encontros, seminários e mobilização da imprensa.

O Núcleo Cearense de Estudos e Pesquisas sobre Criança – NUCEPEC da Universidade Federal do Ceará, em 1992, realizou uma pesquisa sobre a temática. Seu objetivo era traçar o perfil da menina envolvida com a prostituição em Fortaleza. Chegou-se a conclusão que a prostituição infanto-juvenil em Fortaleza estava inserida numa situação conjuntural de crescente pauperização e miséria do povo brasileiro.

No ano de 1993 ocorreu a instauração da primeira Comissão Parlamentar de Inquérito para investigar a problemática - a CPI da Prostituição Infantil - realizada pela Câmara Municipal de Fortaleza. Segundo seu relatório, uma rede de agenciadores explorava sexualmente crianças e adolescentes do sexo feminino nesta cidade. Entre outros, acusava-se o Juizado da Infância e da Juventude, a Polícia Militar e Civil de negligência e omissão em relação à situação identificada. Como resultado dessas discussões foi criado em 1994 o “Pacto em Defesa da Criança e do Adolescente em Situação de Risco”, hoje denominado “Pacto de Combate ao Abuso e Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes”. Construído a partir de entidades governamentais e não-governamentais que atuam na área da proteção de crianças e adolescentes em situação de risco, tenta articular ações sob a forma de redes de proteção e de encaminhamento sistemático das dificuldades em relação à problemática.

Criada como resposta governamental à pressão e mobilização da sociedade civil em torno da gravidade dos resultados apresentados pela referida CPI de 1993, se deu início no mesmo ano o processo de implantação de uma delegacia especializada na Capital Fortaleza, a Delegacia de Combate à Exploração da Criança e do Adolescente – DCECA. Até hoje é a única delegacia especializada voltada para criança e adolescente nesse Estado.

Como resultado do “Pacto de Combate ao Abuso e Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes”, teve destaque a pesquisa “Exploração Sexual Comercial de adolescentes de Ambos os Sexos em Fortaleza” realizada pelo UNICEF em 1998, sob a coordenação da Professora Glória Diógenes. O Unicef, entidade participante do referido

pacto, assumiu o compromisso de combater as várias formas de exploração do trabalho infantil, especialmente as difíceis de serem erradicadas ou de pouca visibilidade na sociedade, dentre as quais a exploração sexual comercial de criança e adolescente. Daí, o apoio à realização de pesquisas e estudos que permitam entender a gravidade do problema e que tenham o intuito de definir programas a serem implantados nos estados e nos município para o enfrentamento da problemática.

Dentre os diversos pontos enfocados neste último estudo, evidencia-se a prostituição infanto-juvenil como um campo ampliado de relações, estando a história de vida dos adolescentes no centro de produção dessa vivência; o território seria produtor e referente simbólico, pois institui papéis e funções específicas, dinamizando modos diversos de exercício da atividade; as políticas públicas de enfrentamento poderiam ter um caráter mais preventivo do que repressivo, bem como a noção trabalhada de “Família” nessas ações deveria se articular com a dimensão concreta de vida dos adolescentes; a prostituição infanto-juvenil exigiria uma intervenção institucional de natureza extensiva, uma vez que a mesma seria produzida em rede.

No início de 2001, em resposta à mobilização nacional em torno do Plano Nacional de Enfrentamento da Violência Sexual contra Criança e Adolescente, o Ceará toma a frente e estabelece o seu próprio plano. Objetiva-se com este, efetivar o enfrentamento da violência sexual a partir de um conjunto de ações e de intervenções técnicas, políticas e financeiras para garantir a consolidação de uma política pública nesta área a ser implementada de forma compartilhada pelas organizações governamentais e não-governamentais. O Plano Estadual em consonância com o Plano Nacional opera em torno de seis eixos estratégicos, quais sejam: Análise da Situação; Mobilização e Articulação; Defesa e Responsabilização; Atendimento; Prevenção e Protagonismo Juvenil¹¹.

¹¹ Em cada eixo há objetivos e metas a serem alcançados. No eixo “Análise da Situação”, é objetivado o conhecimento do fenômeno em foco em todo o País, o diagnóstico da situação do enfrentamento da problemática, as condições e garantia do financiamento do Plano, o monitoramento e avaliação do Plano e a divulgação de todos esses dados à sociedade brasileira. O eixo “Mobilização e Articulação”, visa fortalecer articulações nacionais, regionais e locais no sentido do enfrentamento da problemática. O eixo “Defesa e Responsabilização” visa o combate à impunidade, através da atualização da legislação sobre crimes sexuais, a disponibilização de serviços de notificação e a capacitação de profissionais da área

Para monitoramento e avaliação deste Plano, foi fundado, no mesmo ano, o Fórum Cearense de Enfrentamento à Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes. Funcionando até hoje, o Fórum conta, aproximadamente, com a participação de sessenta organizações da sociedade civil e do poder público que se reúnem mensalmente. São ainda seus propósitos: realizar investigações científicas acerca da temática para subsidiar o planejamento e a execução das ações de enfrentamento deste tipo de violência; lutar pela garantia de atendimento especializado às crianças e adolescentes em situação de violência sexual; promover ações de prevenção, articulação e mobilização em torno do enfrentamento, bem como fortalecer o sistema de defesa, de responsabilização e de ações que visem o protagonismo juvenil.

Em 2001/2002 foi realizada uma nova Comissão Parlamentar de Inquérito sobre a Prostituição Infanto-Juvenil pela Câmara Municipal de Fortaleza¹². Segundo seu relatório, foi apurada a existência de uma rede de turismo sexual na cidade. Foram registradas várias denúncias envolvendo agenciadores, bares e restaurantes, que foram investigados pela Polícia Federal. A CPI ouviu dezenas de depoimentos de autoridades, policiais, parlamentares e representantes de instituições governamentais e organizações não-governamentais. Destaca-se nesse relatório, que Fortaleza até o final de 2001 era a terceira capital do país em número de denúncias de exploração sexual

jurídico-policia. O eixo “Atendimento” busca efetuar e garantir o atendimento especializado e em rede às crianças adolescentes vitimizados pela violência sexual, bem como seus familiares. O eixo “Prevenção” busca assegurar ações preventivas contra a violência sexual e o fortalecimento de uma cultura de educação que trabalhe na perspectiva do fortalecimento da auto-estima. O último eixo, o do “Protagonismo Juvenil” visa promover a participação ativa de crianças e adolescentes pela defesa de seus direitos e comprometê-los com o monitoramento da execução do Plano Nacional de Enfrentamento da Violência Sexual.

¹² O que motivou a criação desta CPI foram reportagens publicadas na imprensa local dando conta da existência de panfletos distribuídos no exterior que ofereciam mulheres por até 25 dólares para o turista que visitasse Fortaleza. Considerou-se, desta forma, a necessidade de se investigar os pacotes turísticos oferecidos pelas agências de viagem da cidade. As investigações revelaram que o programa com uma criança ou adolescente podia chegar a R\$ 400,00. O relatório ainda afirma que os depoimentos e as denúncias recebidas confirmaram as suspeitas da ligação de atividades turísticas com a exploração sexual. Sendo possível de identificar áreas da Beira-Mar como locais de prostituição e a participação das barracas de praia nessas atividades, além de denúncias de uma rede de taxistas que transportam crianças e adolescentes das favelas aos clientes. A apuração apontou também para a compra de hotéis, pousadas e apartamentos por parte de estrangeiros, principalmente italianos e portugueses. Falava-se na época sobre suspeitas de que alguns desses investimentos eram utilizados até para a “lavagem de dinheiro”. Neste relatório indicou-se também a Barra do Ceará como um dos bairros com maior número de agenciadores de crianças e adolescentes. Segundo a CPI, no bairro se encontra até crianças de nove anos se prostituindo com a conivência dos pais.

infanto-juvenil. Teve 117 casos registrados entre os anos de 1997 e 2001. No mesmo período, São Paulo teve 158 ocorrências e o Rio de Janeiro, 340.

Em 2003, o Unicef- Fundo das Nações Unidas para a Infância publicou através do LABVIDA- Laboratório de Estudos e Pesquisas em Direitos Humanos da Universidade Estadual do Ceará, a “Pesquisa sobre Exploração Sexual Comercial de Crianças e Adolescentes no Estado do Ceará”, sob a coordenação da Professora Celina Magalhães Ellery. A pesquisa teve por objetivo levantar dados e informações sobre o fenômeno em dezoito (18) municípios do Estado do Ceará, no sentido de subsidiar a formulação de políticas públicas na área. Foram entrevistadas crianças e adolescentes explorados sexualmente e suas famílias, agentes ligados ao campo institucional (esfera governamental) e sociedade civil (movimentos sociais e ONGs).

No geral, a pesquisa¹³ chegou à conclusão que os fatores preponderantes no contexto vivencial de crianças e adolescentes explorados e entrevistados são: o modelo econômico de desenvolvimento excludente e perverso, que coloca crianças e adolescentes em condições de vulnerabilidade e que enaltece o consumo e o lucro em detrimento da vida; as desigualdades de gênero que submete meninas e mulheres a situações de violência, sempre numa relação adultocêntrica. Apontou também para a omissão dos governos na implementação de políticas públicas eficazes que garantam os direitos básicos da criança e do adolescente, em especial, no que tange ao enfrentamento da violência sexual em suas distintas modalidades e dimensões.

Também em 2003 o Governo do Estado do Ceará lançou seu projeto de enfrentamento à violência sexual contra crianças e adolescentes, trata-se do Núcleo de Articulação e Enfrentamento à Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes. Um programa de articulação e ações intersetoriais em parceria com instituições da esfera

¹³ O diferencial desta pesquisa reside no fato de lidar com realidades distintas concernente à capital e ao interior do Estado, especialmente no que se refere a valores e à percepção do fenômeno pela sociedade. No que se refere à capital, segundo o relatório da pesquisa, o fenômeno é mais percebido como violação de direitos, já no interior a coisa se difere, a criança e o adolescente ainda é visto mais como culpado do que vítima. Como informa, isto foi notório no caso do município de Santana do Acaraú, onde um frade abusou sexualmente de 21 crianças e adolescentes. Fato este, bastante publicado pela imprensa local e nacional.

federal e municipal, ONG's e sociedade civil, que pretende incrementar as políticas sociais dirigidas a esse público com foco na questão em debate.

Em 2004 tiveram destaques a criação do Comitê Cearense de Enfrentamento Interinstitucional do Turismo para Enfrentamento à Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes, instituído pelo Decreto nº 27.391 de 11 de março de 2004, bem como o Código de Conduta Ética do Turismo para o Enfrentamento à Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes. Este último, em consonância com os referidos Planos Nacional e Estadual de Enfrentamento à Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes, se trata de um documento público que tem por objetivo o enfrentamento da exploração sexual comercial de crianças e adolescentes associada ao turismo.

Também como resposta a todo um movimento de enfrentamento à violência sexual contra crianças e adolescentes presente na sociedade cearense, o Governo Estadual com apoio do Governo Federal está implantando na capital do estado o primeiro Complexo de Atendimento à Criança e ao Adolescente Vítima de Violência. Objetiva-se um atendimento diferenciado e humanizado, no qual médicos legistas e policiais especializados trabalharão de forma integrada aos serviços de profissionais das áreas de psicologia e social. Os recursos são oriundos do Tesouro do Estado e Proares, por meio do BID/Secretaria Especial de Direitos Humanos.

Neste sentido, no tocante às políticas públicas, o combate à exploração sexual comercial de crianças e adolescentes no Brasil, vem se configurando através de programas em diferentes níveis governamentais¹⁴, realizados, muitas vezes, com a parceria de entidades não-governamentais. No entanto, especialistas no assunto alertam para uma predominância de ações com enfoque na denúncia e repressão.

¹⁴ Entre outras, são também exemplos dessas Políticas: O Estatuto da Criança e do Adolescente; o Programa Nacional de Direitos Humanos; as Comissões Parlamentares de Inquérito da Prostituição Infantil na Câmara dos Deputados; o Programa Sentinela; o PETI – Programa de Erradicação do Trabalho Infantil; as Delegacias de Combate à Exploração da Criança e do Adolescente (DCECA); o Disque-denúncia 0800 99 0500; a promoção de pesquisas para realização de diagnóstico, e, mais recentemente, o Programa de Ações Integradas e Referenciais de Enfrentamento à Violência Sexual Infanto-juvenil no Território Brasileiro, o PAIR.

1.3 Os (des)caminhos da proteção

A identificação ou suspeita de exploração sexual comercial de crianças e adolescentes exige que o caso seja denunciado ao Conselho Tutelar, à Delegacia especializada ou não e ao Juizado da Infância e da Juventude. No entanto, há, em geral, inadequação entre a denúncia e a implementação de uma pretensa medida de proteção. É consenso nos fóruns internacionais que a vitimização sexual de crianças e adolescentes não pode se restringir à denúncia, mas equaciona-se através de políticas públicas eficazes que assegurem a proteção integral à população infanto-juvenil.

Estudos e relatórios de oficinas de trabalho que vêm discutindo a problemática dão indícios que as ações do executivo, do legislativo e do judiciário são incipientes, tímidas e pouco efetivas. A não priorização deste problema pelo governo evidencia-se em nível orçamentário. Existe uma falta de clareza e indefinição do Executivo (Ministérios e outros órgãos, nos níveis federal, estadual e municipal) quanto a seu papel no enfrentamento da questão.

Apesar apontarem o avanço nas discussões, verifiquei que os referidos relatórios também reconhecem a ausência de um plano estratégico e articulado de ações, o que provoca mudanças constantes nas estratégias, programas e financiamentos; descontinuidade na aplicação de recursos; programas "alternativos"; ações isoladas, fragmentadas, pontuais, descontínuas, imediatistas, ao sabor das urgências. Não há universalidade no atendimento, faltando também acompanhamento e avaliação das ações. Se por um lado, há um consenso de que as ações preventivas passam pela família, por outro, não se tem clareza metodológica do trabalho a ser realizado.

Em Aquiraz foi evidente a ausência de um plano estratégico de ações para o enfrentamento da problemática, nem mesmo ações pontuais existiam. Isto foi percebido logo no primeiro dia de trabalho de campo. Um dos principais intermediadores que poderiam facilitar o contato com os demais interlocutores da pesquisa seria a entidade que segundo o ECA – Estatuto da Criança e do Adolescente tem como papel social a

deliberação, o controle e a fiscalização das políticas públicas voltadas para criança e adolescentes, o CMDCA- Conselho Municipal de Direitos da Criança e Adolescente.

A representante desta entidade informou que em Aquiraz não existia nenhum trabalho, seja governamental ou não, voltado especificamente para a temática, a não ser o Conselho Tutelar que atendia alguns casos de “abuso sexual”. Afirmou, ainda, que de antemão, apesar de muitos falarem sobre casos de “prostituição infanto-juvenil” não existia em Aquiraz uma estatística que comprovasse a incidência da problemática.

Até hoje nunca foi comprovado nenhum caso de exploração sexual na região. Pode até existir meninas que saem com alguém em troca de algum dinheiro para comprar... uma calça jeans... mas a presença de um... “explorador”, nunca foi comprovado. Portanto, sem indicadores fica difícil encontrar as informações necessárias à pesquisa (Trecho dos relatos da representante do CMDCA, 15/10/2002).

Nas palavras da informante há indícios do discurso presente na sociedade brasileira com relação à exploração sexual comercial de crianças e adolescentes: primeiramente, a convivência, a tentativa de esconder aquilo que para o contrato social é ilícito e “marginal, e, principalmente a banalização da violência sexual que é compreendida como aceitável, “normal”, pois crianças e adolescentes pobres precisam de roupas e objetos de consumo e não tendo dinheiro para tanto, é aceitável que “saiam” com adultos em troca do bem desejado.

Em uma outra entrevista, a mesma representante ao ser indagada sobre locais do município onde poderia ocorrer a exploração sexual comercial de adolescentes, relatou o seguinte:

Essa é uma resposta... assim... difícil. Porque... eu... para mim, acho que existe assim... casas próprias. O que a gente ouve falar é que existem lugares só para isso, né ? Que eu acho que é casa de prostituição. Mas bares, essa coisa assim, não rola. Rola mais é coisa de drogas, da bebida alcoólica, né ? Apesar de rolar um pouquinho, né ? Mas não é uma coisa assim... que eu posso chamar de lugar de prostituição (Trecho dos relatos da representante do CMDCA, 18/10/2002).

Nesta última entrevista, quando abordada sobre os fatores que podem ser considerados como antecedentes históricos da exploração sexual no município, a mesma informante contrariando suas informações anteriores, revelou a dificuldade de trabalhar diante da problemática quando não há uma articulação e apoio mútuo entre os que deveriam está engajados nas redes de combate.

O fato principal é a desinformação. A desinformação familiar, certo ? a desestruturação do lar, e também, a questão da escola. É, a omissão do sistema educacional e de saúde. É assim... a gente não vê... é, professores querendo identificar os problemas dos alunos nessa área. É mais fácil ele se omitir, se calar... ninguém quer se envolver com esse tipo de problema. Tudo isso são fatores que continuem... a questão da pobreza não acho que seja, porque a gente vê esse tipo de exploração nas famílias que não passam fome. O Conselho é contra e se indigna com a prostituição infantil, e..., acha que precisa unir o sistema de educação, de saúde e tudo que é público em geral, para tentar erradicar isso aí, né ? Só o Conselho sozinho não consegue, aliás qualquer entidade sozinha não consegue, inclusive o Judiciário. Eu acho o Judiciário muito omissos... eles dão mais seriedade... a polícia, ela não conhece o Estatuto da Criança e do Adolescente... o que acontece é que a gente se sente ilha. Ninguém está a fim de ser solidário à causa (Trecho dos relatos da representante do CMDCA, 18/10/2002).

Nas várias observações, percebi também, uma espécie de “pacto de silêncio” como fator que avigora as redes de exploração sexual comercial. Todo mundo sabia que existia, mas dizia não conhecer os envolvidos e, mesmo que os conhecesse, não queriam se envolver. A cultura do silêncio revelada pela omissão da sociedade em reconhecer a existência e a gravidade do problema juntamente com a falta de políticas públicas reforçada pelo secular descaso de gestões governamentais, certamente são entraves à articulação de uma rede de proteção social à criança e ao adolescente vitimizados pela violência em foco.

Conforme evidenciado anteriormente, no Brasil a rede de proteção é composta também pelo Conselho Tutelar que é um órgão permanente e autônomo, não jurisdicional, encarregado pela sociedade de zelar pelo cumprimento dos direitos da criança e do adolescente. Segundo o Artigo 13 do ECA – Estatuto da Criança e do

Adolescente, os casos de suspeita ou confirmação de maus tratos contra a criança e o adolescente serão obrigatoriamente comunicados ao Conselho Tutelar da respectiva localidade, sem prejuízo de outras providências legais.

Conforme o que observei em campo e afirmado nos relatos dos conselheiros tutelares de Aquiraz, existiam evidências que impediam a efetivação do principal objetivo da entidade. A primeira se revelava pelas dificuldades que a entidade enfrentava em seu cotidiano de trabalho. Suas atividades aconteciam em uma apertada salinha do prédio da Secretaria do Trabalho, Desenvolvimento Social e Cidadania. Cinco conselheiros se revezavam em duas mesas, postas uma de frente para outra, que serviam para atendimento da clientela. Nas várias visitas que realizei a entidade, percebi que a grande demanda de atendimento fazia com que pessoas fossem atendidas ao mesmo tempo e compartilhassem seus problemas e denúncias com pessoas sem interesses afins.

As dificuldades observadas no cotidiano de trabalho do Conselho Tutelar não se resumiam às conseqüências geradas pelo insuficiente espaço físico que a entidade ocupava. O depoimento de um conselheiro revela os meandros encontrados na árdua tarefa de defender os direitos da criança e do adolescente, principalmente, quando se trata da exploração sexual comercial.

A gente sabe que no Aquiraz, por denúncias e informações, que existe a exploração sexual comercial, principalmente no litoral, na Prainha, no Iguape... Mas temos dificuldade de constatar essas informações, isso porque o Conselho Tutelar não tem um carro disponível, seu mesmo, pra que possa ir nas comunidades, sei lá... é... ouvir as pessoas, formar parcerias com associações, com líderes comunitários... O Conselho Tutelar hoje não tem essa estrutura, só para você ter uma idéia, um conselheiro tutelar de Aquiraz só ganha R\$ 200,00, certo? Para que ele possa complementar sua renda familiar, ele precisa de dois ou três empregos, ou então, um outro emprego, ele não pode se dedicar... de corpo e alma só ao Conselho, exatamente pela questão salarial. O Conselho Tutelar, atualmente, nesses dias, por volta de 20 dias, está sem telefone. Nós tínhamos um telefone que era utilizado por duas salas, era uma coisa assim inconveniente, porque o Conselho Tutelar recebe

informações sigilosas (Trecho dos relatos do representante Conselho Tutelar, 16/10/2002).

Quando indagado sobre a problemática da exploração sexual comercial de crianças e adolescentes no município e como a mesmo estava enfrentando-a, um dos conselheiros relatou o seguinte:

Não existe nenhum trabalho que previna a situação, visto que, a exploração se dá por alguns fatores, sobre tudo, social e financeiro. A criança, muitas vezes, precisa de dinheiro, pois a família é pobre... e a criança chega em casa com o dinheiro, e a mãe e o pai não questionam porque aquele dinheiro realmente é muito importante no orçamento. Então a gente pra detectar esses casos e tomar uma postura, positiva até, se torna muito difícil porque há de certa forma uma convivência familiar, porque esse dinheiro é bom, esse dinheiro quebra o galho, como diz assim na gíria... (Trecho dos relatos do representante do Conselho Tutelar, 16/10/2002).

Não há como reforçar as redes de combate da exploração se não primar pela defesa e efetivação dos direitos da criança e do adolescente. Contudo, segundo afirmação do conselheiro tutelar, o que são esses direitos para pessoas que vivem em situação de miséria?

Nós temos visto aqui alguns direitos sendo negados? No entanto, o maior agravante é a própria população não ter informações sobre seus próprios direitos.(...). E, se a gente fosse ver, questões, por exemplo, de mães famintas e seus filhos que sofrem também porque estão famintos e deveriam ser incluídos em programas de assistência social e não são, então a gente fica angustiado, pois ainda que descubra as demandas, a gente não tem pra onde dirigir essas demandas. (...) a gente não quer uma cesta básica para uma família que vai ter o que comer por uns três ou quatro dias e, depois vai está com fome novamente. Aí onde está a vulnerabilidade das crianças e dos adolescentes, porque estão em famílias pobres vivendo numa sociedade consumista e aí vem a tentação de um bando de aproveitadores de situação, que realmente aparecem nessas horas, para tentar ludibriar famílias com proposta de dinheiro, presentes, cesta básica e tal..(...). Exatamente partindo dessa vulnerabilidade social, a criança e o adolescente ficam expostos a essa situação. E aí quando a família recebe o benefício de uma pessoa dessa, por

exemplo, uma cesta básica de alguém, ou um dinheiro para pagar a luz, aí ao invés de questionar o filho, de inquirir e saber de onde vem esse dinheiro, ele diz “bem vindo”. Porque ele é vulnerável socialmente, ele precisa daquele dinheiro. Então, a gente percebe que não é somente trabalhar a questão da exploração sexual como um fato isolado. Temos que trabalhar outras questões que geram esse tipo de exploração (Trecho dos relatos do representante do Conselho Tutelar em 16/10/2002).

Ou seja, o seu depoimento afirma que a vulnerabilidade das crianças e adolescentes está no fato destas pertencerem à famílias pobres. Neste sentido, Saffioti (1997:185-6) observa que:

Não é a pobreza em si mesma, mas as desigualdades absurdamente grandes que propiciam estes fatos deprimentes. Miséria e acumulação de riquezas são duas faces de um mesmo processo facilitador da venda de meninas para fins prostitucionais. De uma parte, há pais e/ ou mães, cujas necessidades os obrigam a vender suas filhas. De outra parte, há os que podem comprar, seja um tempo limitado destas meninas para usufruir de seu corpo, seja a garota por inteiro, como escrava, para, explorando sua força de trabalho, acumular mais riqueza.

O Conselho Tutelar de Aquiraz recebia denúncias da sociedade sobre a violação dos direitos da criança e do adolescente, entre estas, a exploração sexual comercial. O órgão possuía um sistema de informação, o SIPIA – Sistema de Informação Para a Infância e Adolescência, no qual eram arquivadas todas essas denúncias. No entanto, apesar de reconhecerem a existência da problemática no município, os conselheiros afirmaram que não existia nenhuma denúncia notificada de exploração sexual comercial nos arquivos desse sistema. Tive acesso ao sistema e constatei que a informação repassada era verdadeira.

Se é fundamental para tal combate a necessidade de defesa dos direitos humanos da criança e do adolescente e o reconhecimento destes como sujeitos de direitos em todas as relações sociais, assim como afirma Vicente Faleiros (2000:33), então, há uma urgente necessidade de reforçar nas redes de proteção a real defesa de

garantias efetivas, de responsabilização do Estado, da família e da sociedade em geral. Afinal, como tão bem relatou um dos conselheiros tutelar de Aquiraz,

...a gente lamenta que a sociedade é conivente, sabe? A sociedade ao mesmo tempo ela critica e, ao mesmo tempo, ela usufrui daquilo que ela critica. Ela taxa as pessoas de pedófilas, e escancara mesmo criticando, mas durante a noite, de madrugada, as próprias pessoas que criticam vão lá se beneficiar do corpo das crianças e das adolescentes e fazem de tudo para não ser descoberto. Então, quanto à prostituição infanto-juvenil, a família é conivente, os comerciantes são coniventes, a sociedade de modo geral fecha os olhos, porque diz “ não, não quero me meter na vida dos outros”. Então se disser assim “ tem algum trabalho que possa inibir essa questão da prostituição infantil, ou do assédio sexual, ou do abuso sexual ou da exploração sexual, a gente tem que ser categórico e dizer que não há no Aquiraz um trabalho que possa prevenir essa situação. Ah, tem um curso de pintura, não sei de que... Veja bem, o curso existe ? Existe. É de boa qualidade? É. Contempla quantos por cento dos jovens de Aquiraz? Zero vírgula alguma coisa. Tá entendendo ? nós temos comunidades distantes e esses jovens estão ociosos. A sede tem um trabalho para jovens, mas o público alvo não é esses jovens em situação de risco social, como os que estão na prostituição infantil. Eu acho ótimo esse trabalho... mas acredito que deveria também focalizar as ações nessas localidades e em situações mais difíceis.. Eu acho que... daí a necessidade urgente de mais políticas públicas... (Trechos dos relatos do representante do Conselho Tutelar, 16/10/2002).

Vicente Faleiros (2000, p.33) ao referir-se à defesa da criança e do adolescente no Brasil, reconhece que esta só será viável quando uma rede de garantias efetivas dos direitos sociais da criança e do adolescente, garantidos pela Constituição Federal de 1988, pelo Estatuto da Criança e do adolescente - ECA e pela Lei Orgânica da Assistência Social - LOAS¹⁵, estiver solidificada na sociedade. Nesta perspectiva, para implementação de uma cultura de cidadania efetiva na qual os

¹⁵ Vale destacar que atualmente figura na agenda política do País a implantação do SUAS – Sistema Único de Assistência Social, que prevê a consolidação de uma política de assistência social orientada pela ação pública territorialmente adequada e democraticamente construída, com definição de competências específicas de cada esfera de governo. Em uma das diretrizes do SUAS está a garantia da proteção social especial a famílias e indivíduos que se encontram com direitos violados, como, por exemplo, crianças e adolescentes em situação de abuso ou exploração sexual comercial.

direitos fundamentais de crianças e adolescentes sejam garantidos, são necessárias mudanças institucionais, políticas, econômicas e culturais. Bem como é fundamental compreender a exploração sexual comercial de adolescentes como uma das expressões da questão social e como uma das faces banalizadas da violência presente no Brasil.

Tal compreensão se trata de um trabalho coletivo e faz com que questões privadas venham a ser encaradas como questões públicas, ou mesmo oficiais, isto é, objeto de políticas públicas. Neste processo é preciso utilizar, como diria Wright Mills (1980), nossa capacidade de conhecer a realidade a partir do direcionamento de um olhar crítico para sentir o jogo que se processa entre o mundo e nós mesmos, e transformar nossa indiferença em participação nas questões públicas.

Capítulo 2

A metodologia usada e as aproximações ao objeto: introduzindo a discussão, justificando a idéia e evidenciando procedimentos

Para Mills (1980) o homem atual se encontra sempre limitado às armadilhas das *órbitas privadas* em que vive. Sua visão e sua capacidade de conhecer encontram-se limitadas pelo cenário próximo, pois não dispõem da qualidade intelectual básica para sentir o *jogo* que se processa entre ele e a sociedade. O que precisaríamos para ultrapassar esses limites?

Não seria, no entanto, apenas um apanhado de informações, já que estas nos dominam com freqüência a atenção e esmagam nossa capacidade de assimilá-las. Não seria também, apenas a habilidade da razão, de sermos racionais. Mas, uma qualidade do espírito que nos ajude tanto a usar essas informações, como desenvolver nossa razão, no sentido de percebermos o que está ocorrendo no mundo e dentro de nós mesmos. E, desta forma, transformar, como observado anteriormente, nossa indiferença do público em participação nas questões públicas. Essa qualidade só pode ser adquirida através da *imaginação sociológica*, como nos assegura o mesmo autor.

Neste sentido, o conhecimento do mundo não está desarticulado do conhecimento de nós mesmo. Ele se dá não só pela apreensão das várias informações

presentes no dia-a-dia, mas, acima de tudo, por nossa capacidade de compreender as diversas conexões existentes entre o que se apresenta e o que precisa ser decifrado.

Para se tornar científico, o conhecimento deve necessariamente sair da dimensão do senso comum, muito embora, esse tenha sua importância, afinal ele *por si só já é uma reconstrução da realidade* (Minayo, 2001, p.35). O conhecimento de um fenômeno social, portanto, para se tornar ciência, tem que ser capaz de captar o movimento da realidade concreta desse fenômeno, apreendendo-o de uma forma mais complexa. No entanto, esse real é relacional, ou seja, não é possível compreender totalmente uma dada realidade, pois o cientista social não tem diante de si uma verdade absoluta, mas uma teia de relações às quais os sujeitos atribuem significados (Bourdieu, 2000).

A concepção de que o real é relacional nos remete a Max Weber, para o qual a realidade deve ser entendida como algo complexo e infinito que pode ser apreendida a partir de inúmeros ângulos, mas jamais na sua totalidade ou essência. O conhecimento de cada um desses ângulos se dá a partir do recorte específico da realidade empírica. Para o autor a ciência social é *uma ciência da realidade*.

A ciência social que nós pretendemos praticar é uma ciência da realidade. Procuramos compreender a realidade da vida que nos rodeia e na qual nos encontramos situados naquilo que tem de específico; (...). Todo o conhecimento da realidade infinita realizado pelo espírito humano finito baseia-se na premissa tácita de que apenas um “fragmento” limitado dessa realidade poderá constituir de cada vez o objeto da compreensão científica, e de que só ele será essencial no sentido de “digno de ser conhecido” (Weber, 2003:88).

Sendo necessário um recorte particular da realidade infinita, a seleção se realizaria a partir das referências pessoais dos sujeitos cognoscentes, dado que os fenômenos culturais estão sempre relacionados com idéias de valor.

A tentativa de um conhecimento da realidade “livre de pressupostos” apenas conseguiria produzir um caos de “juízos existenciais” acerca de inúmeras percepções particulares. (...). Este caos só pode ser ordenado pela

circunstância de que, em qualquer caso, unicamente um segmento da realidade individual possui interesse e significado para nós, posto que só ele se encontra em relação com as "idéias de valor culturais" com que abordamos a realidade. (...) Por certo que sem as idéias de valor do investigador não existiria qualquer princípio de seleção nem conhecimento sensato do real singular(...). O conhecimento científico cultural tal como o entendemos encontra-se preso, portanto, a premissas subjetivas (...) (Ibidem, p.92-8).

Neste sentido, Weber nega a possibilidade de um conhecimento absoluto e livre de pressupostos, mas referido a valores e interesses subjetivos, pois *todo indivíduo histórico está arraigado, de modo logicamente necessário, em idéias de valor*. Seriam a partir dessas referências que os sujeitos atribuiriam relevância e selecionariam, dentro da realidade infinita, os problemas e objetos que, do seu ponto de vista, mereceriam ser investigados. O conhecimento da realidade cultural, portanto, *é sempre um conhecimento subordinado a pontos de vista especificamente particulares* (Ibidem, p.96-7).

2.1 Quando a experiência nos faz querer conhecer...

Nesta perspectiva, para nós cientistas sociais individuais a ciência social é como um ofício no qual não é possível separar o trabalho intelectual desenvolvido de nossas vidas, já que um, certamente, enriquece o outro. Para Mills (1980, p. 212), *o trabalhador intelectual forma seu próprio eu à medida que se aproxima da perfeição de seu ofício (...). Isso significa que deve aprender a usar a experiência de sua vida no seu trabalho continuamente*.

Neste sentido, a experiência vivida influi diretamente no presente e define a capacidade de experiência futura. O cientista social *terá de controlar essa interinfluência bastante complexa (...) e usá-la como guia e prova de suas reflexões, e no processo se modelará como artesão intelectual* (Ibidem, p.212). Assim, o artesanato intelectual é o centro de si mesmo. Daí ser fundamental a explicação das razões da importância social e do interesse do pesquisador pelo objeto em causa, inclusive evidenciando sua experiência com o mesmo. O referido autor acredita que é pela confiança na sua experiência que o *artesão intelectual* dá originalidade ao seu trabalho.

Nesse processo uma primeira exigência é a escolha do tema. Gondim afirma que o interesse do pesquisador pelo assunto deve ser o primeiro critério norteador da escolha. *Trata-se de uma precedência não só cronológica, como também epistemológica, na medida em que se concebe o processo de pesquisa como uma interação iniciada a partir de inquietações de um sujeito cognoscente que problematiza a realidade social* (1999, p.22).

Sendo assim, um tema não pode surgir ao acaso, mas como resultado de alguma vivência. No meu caso foi inquestionável e decisiva a experiência na anteriormente citada “Pesquisa Sobre Exploração Sexual Comercial de Crianças e Adolescentes no Estado do Ceará”, patrocinada pelo Unicef- Fundo das Nações Unidas para a Infância, e realizada pelo Laboratório de Estudos e Pesquisas em Direitos Humanos, Cidadania e Ética – LABVIDA da Universidade Estadual do Ceará, em 18 municípios da região¹⁶ no período de outubro e novembro de 2002.

O município que serviu de *locus* para minha experiência empírica foi Aquiraz. Durante a realização da pesquisa de campo, percebi o fenômeno da exploração sexual comercial de crianças e adolescentes como uma trama complexa, mas com pouca visibilidade, não por ser inexistente no local, muito ao contrário, por existir em diversificadas formas, localizações, envolvendo diferentes atores, porém, sempre na clandestinidade.

A experiência propiciou uma série de questionamentos e me motivou a compreender melhor o que observara em campo. Como vivenciava o último semestre da graduação em Serviço Social fui então motivada a trabalhar a temática em minha monografia. Consegui autorização por parte da coordenação da pesquisa do Unicef para utilizar os dados que já havia coletado no município de Aquiraz. Retornei outras vezes ao local no sentido de obter mais informações para então desenvolver meu

¹⁶A pesquisa foi coordenada pela professora Celina Magalhães Ellery do Curso de Serviço Social da Universidade Estadual do Ceará. Os municípios pesquisados foram: Aquiraz, Aracati (Canoa Quebrada), Brejo Santo, Camocim, Campos Sales, Caucaia, Crateús, Fortaleza, Iguatu, Jaguaribe, Jijoca (Jericoacoara), Juazeiro do Norte, Pacajús Quixadá, Santana do Acaraú, São gonçalo do Amarante, Sobral e Tianguá.

trabalho monográfico¹⁷, que buscou realizar uma etnografia da exploração sexual comercial de adolescentes em Aquiraz.

O referido trabalho resultou de várias leituras e um intenso trabalho de campo, no qual privilegiei a observação direta e a entrevista para coleta de depoimentos. Todos os dados coletados e os procedimentos metodológicos foram relatados em um diário de campo, compreendendo horários, contatos, fatos observados, comportamentos, falas, silêncios, omissão de informações, decisões, opções, dificuldades etc. Tudo era “anotado”.

Apesar do esforço no estudo monográfico ter sido satisfatório para os objetivos pretendidos na época, sua finalização não significou o fim do meu interesse pela temática. Muito ao contrário, me instigou saber mais sobre a problemática resultando em mais leituras, bem como uma aproximação de outras formas de discussões sobre o fenômeno em foco¹⁸.

As leituras e as experiências fizeram surgir outras perguntas e exigiram novos estudos, segundo Geertz (1978, p.35), um estudo que melhor informado e conceitualizado, fizesse *mergulhar mais profundamente nas mesmas coisas*. “Mergulhar” mais profundamente em categorias que o estudo monográfico objetivamente mostrou como significativas nos mundos conceituais das adolescentes em situação de exploração sexual comercial no município de Aquiraz. Categorias como Poder, Violência, Dominação, Adolescência e a própria Exploração Sexual Comercial.

¹⁷ Cf: COLARES, Maria Carmelita Sampaio. Meninas de Aquiraz: olhando, ouvindo e escrevendo sobre exploração sexual comercial de adolescentes. Fortaleza: UECE, 2003, 101p. (Monografia, graduação em Serviço Social).

¹⁸ Destaco participações em seminários, palestras, no Fórum Cearense de Enfrentamento à Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes; a atuação como pesquisadora de campo em outra pesquisa realizada pelo Unicef intitulada “Pesquisa sobre Abuso Sexual de Crianças e Adolescentes no Estado do Ceará”, realizada em 2003 em 22 municípios do Estado e publicada em Novembro de 2004; vale ainda mencionar a aprovação no “Concurso Nacional de Pesquisas Aplicadas em Programas de Redução da Violência”, realizado em Fevereiro de 2004 pelo Departamento de Pesquisa, Análise da Informação e Desenvolvimento de Recursos Humanos da Secretaria Nacional de Segurança Pública – SENASP do Ministério da Justiça, em parceria com a Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais – ANPOCS. Neste concurso, eu juntamente com a coordenadora do LABVIDA-UECE, Maria Glaucíria Mota Brasil, e com uma outra companheira de Mestrado, Ariadna Queltre Nobre Alves, concorremos com a proposta intitulada “Estudo e análise comparativa das dinâmicas, padrões estatísticos espaciais e fatores explicativos da incidência de crimes relacionados à exploração sexual comercial de crianças e adolescentes entre a cidade de Fortaleza e sua Região Metropolitana”.

Tendo como referência à forma de estudo sinalizada pelo autor, a construção de uma dissertação de mestrado se configuraria, por excelência, como uma nova oportunidade de “aprofundamento”.

Nesta perspectiva, a presente proposta de estudo tem por objetivo estudar mais profundamente tais categorias observadas durante minha experiência de pesquisa monográfica, já que os dados obtidos podem ser analisados sob um novo olhar¹⁹. Dentre os dados, os relatos orais são ricos de significados e certamente a oportunidade de estudá-los mais profundamente poderá colaborar com as discussões sobre a temática.

O presente trabalho, portanto, é uma reflexão a partir de uma experiência de pesquisa que teve como resultado não só a coleta de dados quantitativos, mas um maior aprofundamento em situações reais de exploração sexual e comercial de adolescentes do município de Aquiraz, especialmente, quando mostra as subjetividades dessas adolescentes em relação às suas condições de vida e aos modelos de resistências que criam para sobreviver em um ciclo de pobreza e exclusão social de uma sociedade amplamente consumista.

Em se tratando de um problema que envolve a privacidade e a ilegalidade, a exploração sexual comercial de adolescentes revela um mundo repleto de “códigos e segredos” que impõe a qualquer pesquisador social, produtor de um conhecimento científico, o desafio de ir além das condições apresentadas por uma dada realidade em seus movimentos contraditórios. Pois essa realidade é como nos dizeres de Geertz (1978:20),

uma multiplicidade de estruturas conceptuais complexas, muitas delas, sobrepostas ou amarradas umas as outras, que são simultaneamente

¹⁹ Neste sentido, uma grande parte dos dados aqui utilizados fazem parte do banco de dados da “Pesquisa sobre Exploração Sexual Comercial de Crianças e Adolescentes no Estado do Ceará” realizada pela Unicef em parceria com a Universidade Estadual do Ceará, na qual fui pesquisadora de campo. A pesquisa foi realizada ao final do ano de 2002, e publicada no ano de 2004. Vale ressaltar que as análises aqui apresentadas são de minha inteira responsabilidade. A presente pesquisa é, portanto, resultado do meu olhar sobre a minha experiência em campo.

estranhas, irregulares e implícitas, e que ele tem que, de alguma forma, primeiro apreender e depois apresentar.

Neste percurso é necessário compreender a relação dos sujeitos com essa realidade, o que pressupõe, em outras palavras, uma melhor percepção sobre o significado das ações desses sujeitos, de suas condições de vida, de seus conflitos e modelos de resistência. Acredito que a importância de estudar o fenômeno da exploração sexual comercial de adolescentes sob tal perspectiva se dá pela necessidade de entendimento de que o modo de ser desses adolescentes e suas percepções são partes constitutivas da mesma coisa. Ninguém, mais que os próprios, sabe tão bem sobre isto.

O objetivo era, portanto, dar a palavra aos sujeitos da pesquisa para que narrassem suas experiências de vida, descrevendo e interpretando suas versões, privilegiando, acima de tudo, seus modos de ver, suas percepções da situação.

2.2 O objeto em foco

Examinando a definição da categoria Exploração Sexual Comercial de Crianças e Adolescentes concebida por Maria Lúcia Pinto Leal, uma das mais respeitadas estudiosas da temática no Brasil, observei uma interpretação do fenômeno identificado como uma violência contextualizada não só pelo uso do corpo como fonte de trabalho e sobrevivência, mas também pelas “relações de poder”:

A exploração sexual comercial se define como uma violência contra criança e adolescentes, que se contextualiza em função da cultura (uso do corpo), do padrão ético e legal, do trabalho e do mercado. Operacionalmente, a exploração sexual se traduz em múltiplas e variadas situações que permitem visualizar as relações nelas imbricadas e as dimensões que as contextualizam. É uma relação de poder e de sexualidade (...), através do comércio do corpo, por meios coercitivos ou persuasivos (...) (Leal, 1999, p.11).

Observo, no entanto, que na definição da autora, e de muitos que trabalham a questão, há uma compreensão conceitual de relações de poder como relações de dominação. Em outro momento do texto a mesma autora já havia afirmado:

o caráter substantivo da exploração sexual está dado pelo caráter de “dominação”, na relação social e invisível que se estabelece entre explorado e explorador. A relação de poder muitas vezes se baseia na violência individual mas, em geral, responde a uma construção social que sustenta essa desigualdade... (Ibidem, p.10).

Especificamente nessa obra, um relatório de pesquisa patrocinada pelo Ministério da Justiça e Unicef, a autora, embora reconheça a importância da construção teórica de categorias ontológicas à temática, não pretende um aprofundamento teórico, ou, como observa, *uma tradução da erudição acadêmica*, mas estabelecer um conceito ético e normativo que possibilite uma mediação concreta da teoria com a realidade histórica, isto é, *um conceito teórico/metodológico/operativo, aplicável e reativo ao fenômeno da violência sexual numa perspectiva dos direitos humanos* (Ibidem, p.14).

Mesmo considerando que não foi objetivado pela autora um aprofundamento teórico em relação às categorias ontológicas próprias do contexto, é evidente sua tentativa em conceituar a relação de poder como uma relação de dominação. É também considerável que fica em aberto a fundamentação teórica desse conceito. De que *poder* se está falando?

A violência sexual contra criança e adolescentes na literatura disponível é apresentada como resultado das relações de poder expressadas não só pelo uso da força do adulto, do mais velho, mas também pelos jogos de sedução, da persuasão entre outros (Faleiros, 1997). De um lado estaria o dominador que exerce seu poder, ora através do uso da violência e da força física, ora através do jogo da sedução e da persuasão do menos favorecido na relação. Do outro, o dominado, aquele que é forçado, violentado e seduzido. Nesta linha de pensamento encontra-se também Ellery (2004), que entende a violência sexual contra crianças e adolescentes como *uma relação de poder entre desiguais, onde se confrontam atores e forças com pesos desiguais de conhecimento, recursos, estratégias e organização* (p. 17).

Saffioti (1997), no entanto, observa o “poder” não como uma categoria que possa ser “congelada” em pólos opostos, mas dimensionada dentro de uma relação, ou seja, *o poder é, por excelência, um fenômeno in flux e não é detido pelo dominador* (p.148). Neste sentido, não caberia o entendimento do exercício de poder como uma ação reduzida apenas a um dos lados.

A rigor, o processo de reificação atinge a ambos, em medidas diferentes, em momentos distintos. (...). Como relação de força, o poder traduz uma luta permanente entre partes. Ainda que o dominador dispense ao dominado um tratamento de coisa, este nunca se reifica inteiramente, ao contrário, luta incansavelmente pela ampliação de sua autonomia e, portanto, pela redução de sua heteronomia, não podendo, uma e outra, ser tomadas em termos absoluto, pois são sempre relativas (Ibidem, p. 148).

Em suas reflexões sobre o micro e o macropoder, a autora observa que a macropolítica, apesar de dizer respeito aos antagonismos fundamentais da sociedade como um todo, não pode ser entendida como desvinculada de diversos processos micropolíticos. Seria, portanto, impossível separar o micro do macro, um é tão importante quanto o outro.

Esta compreensão é importante para entender de uma forma mais complexa as relações de poder, visto que os processos micropolíticos não são imutáveis e não se cristalizam tão facilmente em produtos, como ocorrem nos processos macros. É preciso entender também, segundo a autora, que a natureza do micropoder não é individual, mas social, pois a estrutura social fornece todos os elementos para que os mesmos ocorram, seja entre homem e mulher, adulto e criança, pais e filhos etc. Saffioti (op. cit.) observa, também, que a micropolítica, não raramente, gera produtos na macropolítica, em especial na formulação de estratégias de luta ou modelos de resistência.

De acordo com dados empíricos coletados nesta pesquisa, por exemplo, foi possível identificar a articulação entre os micros e macropoderes. Em muitos relatos de adolescentes exploradas sexualmente para fins comerciais em Aquiraz existiam evidências de relações de dominação entre os sexos, na qual a adolescente não era

reconhecida como sujeito, muito menos como sujeito de direitos, jamais reconhecida em sua subjetividade e alteridade.

No entanto, se, em alguns momentos, seus relatos davam indícios de uma “vivência sexual autoritária” entre dominantes e dominadas, em outros, parecia ser um jogo de poder, de trocas, no qual a adolescente, no uso do seu corpo, não se sentia explorada sexualmente. Algumas revelaram que buscavam não só a sobrevivência imediata, no sentido de remediar a fome e a miséria absoluta, mas também sua realização e prazer pessoal e social.

Nesses casos, a atitude das adolescentes parecia ter um outro significado, o de fazer da exploração sexual comercial um instrumento ou dispositivo para atingir o padrão estético relativo a uma vida que lhe é, de antemão, proibida, negada pela sua condição social. Ou seja, suas atitudes estariam revelando que a exploração sexual comercial seria um meio “fácil” e disponível de se sentir “na moda” e ter nutrido seu sonho idílico da abundância, do consumo de mercadorias estilizadas.

O corpo, o sexo e a marca do “ser jovem” se apresentam como um fantástico argumento promocional. Não foram poucas as adolescentes que afirmaram “trocar sexo” pelo “direito” de possuir uma calça *jeans* da moda ou a possibilidade de ter um celular. Mas, quem são essas adolescentes? O que sentem, como percebem suas experiências de vida? Seriam realmente livres? Exerceriam realmente o direito à liberdade de escolha? Até que ponto a decisão de transar com alguém em troca de dinheiro significa liberdade? Até que ponto a violência se faz presente diante da atitude de transar em troca de dinheiro? No caso de não se sentir violentada pela prática da exploração sexual comercial, ocorreria para essas adolescentes um processo de ressignificação da violência sexual? De que forma compreender a exploração sexual comercial de adolescentes como uma das faces banalizadas da violência contemporânea?

Buscando respostas para essas questões, direciono um novo olhar sobre os relatos orais coletados na pesquisa de campo realizada em Aquiraz em outubro e novembro de 2002, citada anteriormente. Entendo que discutir a temática no meio

acadêmico significa a oportunidade de desvelar uma gama de valores sob os quais estão estruturadas as relações sociais no Brasil. Apesar da existência de pesquisas sobre a temática, acredito na necessidade de novas experiências. Parafraseando Eva Faleiros (2000), pode-se dizer que a importância de discutir sobre a redefinição de conceitos como violência, abuso e exploração sexual de crianças e adolescentes, explica-se pela complexidade e diversidade do fenômeno. E, por se tratar de um novo campo teórico e prático em construção, a compreensão do fenômeno e sua conceituação exigem muita investigação e sistematização.

No que se refere à relevância desta proposta de estudo, considero que a mesma se trata de um aprofundamento teórico quanto à definição de conceitos, de construção de indicadores qualitativos, de caracterização das dimensões da questão, de sua amplitude, redes e sistemas envolvidos. Sendo assim, se trata de mais uma oportunidade para dar visibilidade à complexidade da problemática, podendo contribuir para (re)definições das políticas públicas, de maneira que estas sejam mais condizentes com as realidades das crianças e adolescentes envolvidos com a exploração sexual comercial.

2.3 Os caminhos percorridos...

2.3.1 O campo da Pesquisa

Aquiraz, palavra de origem tupi significa “Gentio da Terra”, é um município do Estado do Ceará situado a 27,7 Km de Fortaleza. Apesar da proximidade com a capital do Estado, Aquiraz ainda é uma daquelas cidades de pracinhas, coreto e igreja, onde as pessoas andam nas ruas num ritmo mais tranquilo e, ao final da tarde, põem cadeiras nas calçadas para conversar com os amigos. Histórias, rendas, artes e praias misturam-se no município que tem 300 anos de fundação.

Aquiraz assumiu papel importante na história do Estado por ter disputado com Fortaleza a hegemonia do território regional no período colonial. No município,

situado na foz do Rio Pacoti, ficava a sede da ouvidoria (decisões judiciais) da Capitania do Siará onde, também, residia a elite branca dona de enormes fazendas e detentora de poder e prestígio perante as câmaras dos “homens bons”²⁰, compostas pelos donos de terra, milícia e clero. Na disputa entre esses segmentos, um dos argumentos a favor de Aquiraz, foi retratado por Aderaldo(1974):

(...) os Camareiros insistiam (...) na Capitania se acha um lugar chamado Aquiraz, com boa planície, sítio alegre, boa água permanente, rio de peixe e boa distância da barra do Iguape, onde podem tomar porto com todo sossego os mesmos barcos (p.31).

Os argumentos salientavam os aspectos naturais da região como mais favoráveis à disputa pela sede da capitania do que os da Vila de Fortaleza de Nossa Senhora da Assunção, atualmente Fortaleza. Hoje, Aquiraz é um município com 60.469 habitantes segundo dados do IBGE²¹. Não é um centro de poder do Estado, porém, não podemos deixar de concordar com os supostos argumentos que ressaltavam os recursos naturais da região.

De fato, Aquiraz possui uma boa planície e uma extensa orla marítima. Se hoje não mais possui poder político tem, com certeza, um grande poder turístico. O município conta com um dos maiores complexos turísticos do Estado do Ceará. Seu litoral se estende desde o Porto das Dunas²² até à Praia do Batoque, famosa por sua paisagem paradisíaca. Sua divisão política administrativa é formada pela sede e sete distritos. Dentre estes, Jacaúna (Iguape), Justiniano de Serpa, Camará, Patacas, Tapera, Caponga da Bernarda e João de Castro.

Dentro de toda essa área, serviram como *loci* da pesquisa a sede de Aquiraz, a Prainha e a praia do Iguape. Dentro de cada *locus* alguns campos. Na sede: dois bordéis, instituições como o Conselho Tutelar, CMDCA – Conselho Municipal dos

²⁰Tribunal no qual se julgava e deliberava questões de natureza política-administrativa referente à capitania do Siará. Neste tinham assento os grandes proprietários, a milícia e clero (Cf: ALENCAR, Francisco. *História da Sociedade Brasileira*. RJ: Ao Livro Técnico, 1996. p.26).

²¹ IBGE, dados do Censo 2000 . Mais detalhes Cf: (<http://www.ibge.gov.br/>).

²² Nesta praia fica situado o *Beach Park* um dos maiores complexo turístico da América Latina.

Direitos da Criança e do Adolescente e uma Organização Não Governamental que trabalhava com a prevenção da prostituição infanto-juvenil (a ONG “Jovens com uma missão”); na Prainha: a rua principal, a escola, a orla, dois barzinhos situados na rua principal (o “Garota da Praia” e o “Cabeça Feita”) e as casas de algumas adolescentes; no Iguape: casas de algumas adolescentes, a praia e alguns bordéis.

O objetivo da apresentação dos caminhos percorridos não pretende, no entanto, mostrar o território em situação geográfica e econômica, mas situado como espaço de *significantes sociais* ou como *um mapa cultural* (Diógenes, 1998:19), ou seja, como campo concreto onde é produzido sentidos e práticas culturais relativas às dimensões das relações sociais investigadas. Para aproximação dessas dimensões, percorri atalhos e caminhos. Ao passo que me inseria em campos que possibilitavam a visualização da exploração sexual comercial de adolescentes em Aquiraz, ficava atenta a diversas vivências cotidianas que denunciam diferentes dinâmicas deste tipo de violência.

2.3.2 Desafios: limites e possibilidades em campo

A presente pesquisa se realizou em determinados espaços na cidade de Aquiraz onde identifiquei campos produtores e reprodutores das mais diversas sociabilidades, especialmente aquelas nas quais a sobrevivência humana se relaciona às tramas da exclusão social e aos ritos da violência. Dentre essas sociabilidades, diversas formas de exploração sexual comercial de crianças e adolescentes.

Nesse percurso, foram muitos os desafios enfrentados. Momento ímpar, pois para decifrar a realidade que se apresentava tinha que fazer uso do conhecimento adquirido durante os anos de estudo na universidade. No entanto, muito além de um certo conhecimento teórico, necessitava também de certas habilidades e faculdades do entendimento que Oliveira (1998) coloca como etapas para o exercício da pesquisa e da produção do conhecimento: *o olhar, o ouvir e o escrever*.

Essas faculdades, se respaldadas pela teoria, são fundamentais na apreensão dos fenômenos históricos. Tal reflexão é justificada pelo autor como sendo a teoria o meio capaz de *domesticar* tais atos cognitivos para o conhecimento superar o senso comum. Observa ainda que o olhar e o ouvir fazem parte da primeira etapa da pesquisa onde se realiza a percepção do pesquisador. Ocorre *no estando lá*, ou seja, é o momento de estar no campo e de se relacionar mais diretamente com o objeto²³.

A tradição do trabalho de campo tem como principal precursor o estudo antropológico desenvolvido por Malinowski (1976)²⁴ que afirma a importância de um contato mais íntimo com os sujeitos sociais que vivenciam o fenômeno estudado. Ainda segundo o autor, a experiência deve ser registrada de uma forma cientificamente treinada.

Há uma série de fenômenos que não podem ser registrados através de perguntas, ou em documentos quantitativos, mas devem ser observados em plena realidade. (...) todos esses fatos podem e devem ser cientificamente formulados e registrados, mas é necessário que o sejam, não através de um registro superficial de detalhes como é habitualmente feito por observadores sem treinamento, mas por um esforço de penetração mental que neles se expressa. É por essa razão que o trabalho dos observadores cientificamente treinados, uma vez seriamente aplicado ao estudo desse aspecto, proporcionará, eu o creio, resultados de inestimável valor (Ibidem, p.33).

Traçar a metodologia da pesquisa foi, portanto, o meu maior desafio, dada a exigência de entender o universo estudado observando, principalmente, as lacunas existentes entre “o dito” e “o não dito” sobre a exploração sexual comercial de adolescente em Aquiraz. Entre a imagem imediata que se mostrava e o que não se revelava no imediato, se encontrava o exercício de desvelamento do indizível, do qual fala Queiroz (1988).

²³ Roberto Cardoso de Oliveira recorre a Clifford Geertz e sua obra “Trabalhos e Vidas: o antropólogo como autor” para distinguir as etapas do trabalho investigativo. A primeira seria o *estando lá* (*being there*) como a situação de está no campo. A segunda seria o *estando aqui* (*being here*), como o momento do investigador está em seu gabinete urbano, contando com a companhia de seus colegas e usufruindo das vantagens que as instituições universitárias e de pesquisa podem oferecer. *Nesses termos, o olhar e o ouvir seriam parte da primeira etapa, enquanto o escrever seria parte da segunda* (Oliveira, 1998, p.25)

²⁴ Este estudo foi sobre o ritual do *kula* vivenciado pelos habitantes das Ilhas de Trobriand, Nova Guiné - Pacífico Ocidental, em meio aos anos de 1914 e 1918.

Acredito que o desafio pode ser interpretado, segundo Malinowski (1976), na passagem da elaboração do *esquema mental* para o *esquema real*. Para tanto, seria necessário um levantamento exaustivo das manifestações concretas do fenômeno que deveriam ser registradas no diário de campo.

Devemos não só anotar os acontecimentos e detalhes ditados pelos costumes e pela tradição como pertencentes à própria essência do ato, mas também registrar, de maneira cuidadosa e exata, as atitudes de atores e expectadores, uma após a outra (Ibidem, p.35).

Apesar de levar em consideração as observações de Malinowski, foi em Geertz (1978, 1997) porém, que, num primeiro momento, encontrei maior embasamento teórico-metodológico. Concordo quando Malinowski considera que a etnografia é um meio capaz de interpretar com clareza a totalidade da constituição social e cultural do fenômeno observado. No entanto, considero a limitação de sua teoria quando afirma que somente o pesquisador, portador de um conhecimento teórico, é capaz dessa interpretação (Malinowski, 1976, p.28-9).

Já Geertz (1978) acredita que a interpretação antropológica apenas traça a curva de um discurso social e o fixa numa forma inspecionável. Ou seja, é impossível ver a totalidade da constituição social e cultural do fenômeno. O etnógrafo, como pesquisador social, apenas anota o conteúdo desse discurso, o que ele faz, portanto, é uma interpretação de segunda ou terceira mão, somente o “nativo” faz a interpretação em primeira mão. O que fazemos, é salvar o dito.

O que inscrevemos (ou tentamos fazê-lo) não é o discurso social bruto ao qual não somos atores, não temos acesso direto a não ser marginalmente, ou muito especialmente, mas apenas àquela pequena parte dele que os nossos informantes nos deram levar a compreender (Ibidem, p.30).

Percebi o que o autor quer dizer nos vários momentos das entrevistas em que foi necessário interpretar os silêncios, as lágrimas e as omissões, com ou sem

pretensões, por parte dos meus interlocutores²⁵. Como interpretar quando o dito não é verbalizado? Por maior que fosse minha capacidade de salvar e interpretar o dito, ainda assim, ficaria à margem do discurso social bruto.

A minha família? ... não sei dizer se tive família não...(palavras de uma das adolescentes entrevistada, ao ser indagada sobre sua família).

Este relato foi seguido de um silêncio profundo. Entremeada ao silêncio, a jovem dava algumas pistas sobre a separação dos pais quando tinha por volta de dois anos de idade, a saída do pai de casa e do reencontro com o mesmo, após treze anos de distância, ocorrida por volta de quinze dias antes da referida entrevista. No momento de verbalizar sobre o sentimento do reencontro, as lágrimas rolaram e não falou mais. Por mais que entendesse os motivos e o significado das rupturas na vida da jovem, por mais que mergulhasse no meio deles, ainda assim, não seria possível fazer uma interpretação de primeira mão.

A etnografia é privilegiada por sua especificidade e complexidade adquirida num criterioso e participativo trabalho de campo. É essa especificidade e complexidade que para Geertz (1978) podem dar atualidade aos “megaconceitos” da ciência social contemporânea. Possibilita pensar não apenas realista e concretamente sobre os conceitos, mas, o que é mais importante, criativa e imaginativamente com eles. Não é pegar os conceitos e jogar na realidade, mas entender a realidade, a partir dos conceitos. *Fatos pequenos podem relacionar-se a grandes temas.* Desta forma,

²⁵ Roberto Cardoso de Oliveira (1998), sobre a relação entre o entrevistador e entrevistado, chama a atenção sobre o possível autoritarismo dos que buscam apenas respostas às suas pontuais perguntas. Para o autor quando estabelecido esse tipo de relação, a entrevista desempenhará uma função profundamente empobrecedora do ato cognitivo, bem como não existirá nenhuma possibilidade de uma relação dialógica entre entrevistado e pesquisador. Ao passo que transformando o informante em interlocutor abre-se uma nova modalidade de relacionamento. Há aqui uma relação dialógica, um diálogo entre iguais, na qual o pesquisador necessita habilidade para ouvir o informante e por ele ser igualmente ouvido. *Ao trocarem idéias e informações entre si, etnólogo e nativo, ambos igualmente guinados a interlocutores, abrem-se a um diálogo em tudo e por tudo superior, metodologicamente falando, à antiga relação pesquisador/ informante. O ouvir ganha em qualidade e altera uma relação, qual estrada de mão única, em uma outra de mão dupla, portanto uma verdadeira interação* (p.23-24).

[o] que nos leva finalmente à teoria ? (...) ou você compreende a interpretação ou não, vê o ponto fundamental dela ou não, aceita-a ou não. Aprisionada na imediação de ser detalhe, ela é apresentada como autovalidante ou, o que é pior, como validada pelas sensibilidades supostamente desenvolvidas da pessoa que a apresenta; qualquer tentativa de ver o que ela é em termos diferentes do seu próprio, é vista como etnocêntrica (Ibidem, p.34).

Geertz (Ibidem) é decisivo quando afirma que estamos reduzidos a insinuar teorias porque falta-nos o poder de expressá-las. Para ele, o aprofundamento teórico distancia da realidade dos sujeitos, pois o principal no estudo de uma cultura é o *acesso ao mundo conceptual do sujeito pesquisado*. É preciso saber ouvir e olhar os mesmos. Portanto, qualquer generalidade que se consegue alcançar surge da delicadeza de suas distinções, não da amplidão de suas abstrações.

Penso que a construção, da qual Clifford Geertz se refere, não se dá pela codificação de regularidades abstratas, mas pelas tentativas de descrições minuciosas das estruturas conceituais que informam os atos dos sujeitos em estudo. Assim, quando busquei fazer uma etnografia da exploração sexual comercial de adolescentes em Aquiraz para o trabalho monográfico, a teoria me subsidiou na interpretação dos atos simbólicos dos sujeitos entrevistados. Foi através da etnografia que me aproximei do vocabulário no qual poderia e pode ser expresso o que esses atos simbólicos tinham a dizer sobre eles mesmos. Mas, como foi possível ter acesso a esses atos simbólicos?

Em primeiro lugar, como já ficou explicado, a ida ao campo empírico e ter visto como o fenômeno acontecia naquela realidade, caso contrário ficaria na abstração. Em segundo, o acesso aos próprios sujeitos que vivenciavam a realidade pesquisada, ter entrado em contato, olhado, ouvido, conversado e ter sentido, de alguma forma, os liames das teias de significados próprias do contexto.

No caminho percorrido também tive a oportunidade de perceber e aceitar minhas limitações pessoais. Naquela época, ao terminar minha monografia, tinha consciência que a insipiente experiência com pesquisa e o pouco conhecimento teórico acerca de algumas categorias que a realidade observada me apresentou, deixara inúmeros problemas em meu estudo. Diante desse contexto, tenho como proposta

compreender e analisar mais profundamente os atos simbólicos daqueles sujeitos, o que estaria por trás do dito nos seus relatos, o que ficou indizível.

É válido recordar que no sentido de expressar a percepção de que ainda existia muito a ser “desvelado” daquela realidade, citei nas considerações finais do meu trabalho monográfico o seguinte trecho da música de Ivan Lins²⁶:

*Daquilo que eu sei...
Nem tudo me deu clareza
Nem tudo foi permitido
Nem tudo me deu certeza
Daquilo que eu sei...
Nem tudo foi proibido
Nem tudo me foi possível
Nem tudo foi concebido
Não fechei meus olhos
Não tapei os ouvidos...
Ah, eu usei todos os meus sentidos...*

Apesar da certeza sobre o muito a ser apreendido, tive a convicção de que a experiência me proporcionou inestimáveis lições. Uma destas certamente foi a percepção de que o processo de pesquisa para além do conhecimento teórico e disciplina, envolve sensibilidade, respeito e ética. Dimenstein (1992:15), em “Meninas da Noite – A Prostituição de Meninas Escravas no Brasil”, menciona as palavras de uma psicóloga que, na época de sua pesquisa, cuidava de uma instituição que apoiava meninas em situação de rua no Recife. Essas palavras revelam exatamente o que pensava (e que ainda penso) sobre minha atitude como pesquisadora em campo:

*As meninas precisam ser aceitas e respeitadas. Necessitam acreditar que são importantes para as outras pessoas e que elas têm muito a transmitir a elas mesmas e aos outros. **Nas ruas, no abandono, nos bordéis, na miséria dos seus lares, essas meninas nunca foram ouvidas. Elas só são aquilo que permitimos que elas sejam, que os outros querem que elas sejam. É***

²⁶ LINS, I e MARTINS V. **Daquilo que eu sei**. Rio de Janeiro: Poly Gram, Coleção Millennium (com autorização da Velas - Mercury), 1998 (3’56).

preciso que elas falem de suas angústias. Que escutem a própria fala, não apenas como lamento, um gemido, mas como uma auto-afirmação (Grifos meus).

Ao passo que no campo ia me deparando com realidades de extrema pobreza e exclusão social, sempre lembrava dessas palavras e percebia com mais nitidez a responsabilidade social que a pesquisa me exigia. Foi convicta dessa responsabilidade que na época da monografia resolvi trabalhar com depoimentos orais, ou seja, História Oral. Lembro perfeitamente de minha convicção sobre a História Oral como uma excelente “técnica”, pois permitiria lidar tanto com a dimensão objetiva como subjetiva do vivido. Hoje, no entanto, a experiência junto ao Mestrado Acadêmico em Políticas Públicas e Sociedade vem me proporcionando novas descobertas. Uma destas certamente foi uma compreensão mais ampliada do conceito de História Oral.

2.3.3 Novas leituras, novos conhecimentos: (re)aprendendo no caminho um novo conceito de História Oral

Uma das disciplinas optativas ofertadas para o primeiro semestre do nosso curso de Mestrado foi sobre Oralidade. Grande foi minha surpresa quando nas primeiras aulas tive a oportunidade de compreender que a História Oral é muito mais complexa que uma simples “técnica”. A História Oral, ou melhor, a Oralidade²⁷, se trata

²⁷ Sônia Maria de Freitas (2002), em seu estudo intitulado “História Oral: possibilidades e procedimentos”, inicia a reflexão sobre a história da História Oral recorrendo a Paul Thompson que afirma ser a História Oral tão velha quanta a própria História. Para a autora, é denominada de moderna História Oral, *aquele cujo método consiste na realidade de depoimentos pessoais e orais, por meio de técnica de entrevista (...), além de estratégias, questões práticas e éticas relacionadas ao uso desse método* (2000, p.27). Informa que a primeira experiência de História Oral como uma atividade organizada se deu em 1948 em Nova Iorque quando o professor Allan Nevis lançou o *The History Project*, na Columbia University. Já na década de 1960 e início da de 1970, ocorre o que a mesma chama de grande “boom” da História Oral nos Estados Unidos. Fato marcante foi a fundação em 1967 da *Oral History Association (OHA)*, que anualmente publica a *Oral History Review*. A partir de então ocorreu uma série de programas de História Oral em várias universidades americanas. Merece também destaque, segundo a autora, a experiência da História Oral na Grã-Bretanha. Nesta, a experiência com a História Oral diferenciava-se da prática nos Estados Unidos. Enquanto neste último a História Oral estava voltada para os homens socialmente conhecidos, na Grã-Bretanha buscava-se o depoimento de pessoas comuns, marginalizadas pelo poder, bem como de idosos. A autora cita como exemplo a Universidade de Essex. Neste processo o historiador Paul Thompson tem grande destaque, em especial pela publicação de sua obra “A Voz do Passado: História Oral” considerado um clássico por contribuir com o método e a teoria da História Oral. Hoje, na

de uma metodologia, pois não se restringe apenas a uma forma mecânica de apreender realidades. Vai além, já que através do registro de narrativas da experiência humana, se pode reconstruir sua história.

Hoje é inegável a presença das fontes orais na produção acadêmica do País. Freitas (2002) reconhece que tal fato é dado também pelas transformações ocorridas nas ciências humanas e aos debates multidisciplinares. No entanto, apesar da História Oral já ser considerada uma das tendências da historiografia brasileira contemporânea, há ainda grupos de pesquisadores que não a aceitam alegando uma certa seletividade e falibilidade. Entremeadada à discussão, a questão da História Oral como técnica ou metodologia.

Para Amado e Ferreira (1998) aqueles que postulam a oralidade como técnica justificam não passar de um conjunto de procedimentos técnicos para a utilização do gravador em pesquisa, bem como não possui fundamentos filosóficos da teoria e nem procedimentos que possam ser qualificados como metodologia.

Em nosso entender, a história oral, como todas as metodologias (...) estabelece e ordena procedimentos de trabalho – tais como os diversos tipos de entrevistas e as implicações de cada um deles para a pesquisa, as várias possibilidades de transcrição de depoimentos, suas vantagens e desvantagens, as diferentes maneiras de o historiador relacionar-se com seus entrevistados e as influências disso sobre seu trabalho - funcionando como ponte entre teoria e prática (Ibidem, p.16).

Grã-Bretanha, a História Oral envolve profissionais de diversas áreas. Freitas (op. cit.), observa também que a História Oral está consolidada em vários países, entre outros na Itália, na Alemanha, no Canadá e na França. No Brasil a autora situa como primeira experiência organizada de História Oral os trabalhos desenvolvidos pelo Museu da Imagem e do Som – MIS/SP (1971) que tem se dedicado à preservação da memória cultural brasileira. Situa também, o Museu do Arquivo Histórico da Universidade Estadual de Londrina, Paraná (1972), e a Universidade Federal de Santa Catarina, onde foi implantado um laboratório de História oral em 1975. A experiência mais marcante, no entanto, segundo a autora, foi a do Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil – CPDOC, ligado à Fundação Getúlio Vargas – Rio de Janeiro. Neste, como informa a autora, há um qualitativo acervo constituído principalmente de entrevistas com personalidades da história política contemporânea do país. Destaca-se também na concepção da autora, as experiências do Centro de Estudos Rurais e Urbanos- CERU, da Universidade de São Paulo, do Centro de Memória da Unicamp, bem como os vários encontros realizados no país desde a década de 1990 que vêm contribuindo para uma melhor contextualização e problematização da discussão da História Oral.

As autoras, no entanto, deixam claro que na área teórica a oralidade é capaz apenas de “suscitar” perguntas, jamais de solucionar. *As soluções e explicações devem ser buscadas onde sempre estiveram: na boa e antiga teoria. Aí se agrupam conceitos capazes de pensar abstratamente os problemas metodológicos gerados pelo fazer histórico* (Ibidem, p.16).

Freitas (2002) observa que a utilização de fontes orais não oferece resistência ao uso de outras fontes, pois, segundo a mesma, o uso de várias fontes só vêm a enriquecer a pesquisa e afirma:

A maior potencialidade deste tipo de fonte é a possibilidade de resgatar o indivíduo como sujeito no processo histórico. (...). História é sinônimo de memória, havendo uma relação de fusão. Elas não se distinguem. A história se apodera da memória coletiva e a transcreve em palavras (2002, p.50-9).

A autora, além de afirmar que história e memória não se distinguem, nos indica também que a história oral tem como suporte as lembranças, evidenciando uma memória coletiva. *Através de resgate da memória se reconstrói o passado* (Ibidem, p.52). Bosi (2003), por sua vez, observa que *existe dentro da história cronológica, outra história mais densa de substância memorativa no fluxo do tempo* (p.23).

A expressão “fluxo do tempo” pode nos dá a idéia de que memória está sempre reportada a um acúmulo de experiências vivenciadas em um longo tempo de existência. No entanto, se *qualquer um de nós é uma personagem histórica*, como informa Walter Benjamin, e se história é sinônimo de memória, então “todos” temos o que relatar (apud Freitas, 2002). Neste sentido, não foi obstáculo trabalhar com relatos orais de adolescentes, ou seja, cronologicamente falando, pessoas ainda com pouco tempo de vida. Minha trajetória de estudo com relação à temática da exploração sexual comercial de adolescentes vem me mostrando que nem sempre a pouca idade é sinônimo de pouca experiência. Freitas sinaliza que *a história oral fornece conteúdo para reconstruir o passado recente, pois o contemporâneo é também história* (Ibidem, p.47). Principalmente quando a voz não se trata de “grandes homens ou mulheres”, mas dos esquecidos ou vencidos da história, como no caso de adolescentes

vitimizadas pela exploração sexual comercial em Aquiraz-CE. Afinal, de uma forma ou, de outra, o que se busca é a história oral, tanto pessoal, quanto social, portanto histórica.

Thomson (2000) reconhece a Oralidade como um valioso método de pesquisa, pois permite o acesso a experiências não documentadas; traz a luz histórias ocultas e marginalizadas (trabalhadores, mulheres, indígenas, minorias étnicas e outros); permite explorar aspectos da experiência histórica dos sujeitos que raramente são registrados como: relações pessoais, vida doméstica e a natureza de organizações clandestinas e oferece uma rica evidência sobre significados subjetivos das vivências.

No que concerne à tendência do compromisso político com a história dos grupos oprimidos e marginalizados, o autor observa que para a opressão e a desigualdade sejam reveladas a partir das narrativas orais, é necessário, por parte do pesquisador, uma análise penetrante dessas narrativas com o contexto social dos entrevistados.

Sem uma firme base de narrativas orais, e sem contexto social – e sem uma análise penetrante da relação entre os dois - os insights sobre forma de narração e apresentação podem permanecer desvinculados de qualquer crítica produtiva à opressão e a desigualdade (Ibidem, p.55).

A citada argumentação parece ser uma resposta aos que na academia ainda resistem à diversidade de métodos de pesquisa nas ciências sociais. Muitas vezes questiono a postura de alguns colegas, utilizando a expressão de Geertz (1997), habitantes dessa *aldeia intelectual*, que parecem acreditar que aqui estamos para descobrir respostas “verdadeiramente absolutas” às nossas questões sobre pessoas e sociedade. Como se na tarefa de *entender o entendimento* de alguém, não fôssemos obrigados a utilizar *desvios, entrar por ruas paralelas*, ou, quem sabe, *nos depararmos com uma estrada reta, mas que se encontra permanentemente fechada* (Ibidem, p.14-5).

Também não foi uma única vez que ouvi indagações ou opiniões de colegas e professores sobre a “confiabilidade” de métodos baseados na etnografia e na

oralidade, como se, as duas metodologias (isto quando as concebem como metodologias), tentassem explicar o fenômeno por ele mesmo, não havendo necessidade de uma contextualização. Como se o uso dos métodos emanasse “senso comum” e não “ciência”.

Geertz (Ibidem), por sua vez, também contraria esse pensamento quando afirma que a natureza do entendimento antropológico está em se trabalhar dentro da relação existente entre o que fenômeno diz e o que a teoria diz sobre o fenômeno. Para tanto, ele se utiliza de conceitos como *experiência-próxima* e *experiência-distante*. O primeiro seria aquele que os informantes usariam naturalmente para definir aquilo que ele e seus semelhantes vêem, sentem, pensam, imaginam etc, e que ele entende facilmente. O segundo seria aquele que especialistas usam para levar a cabo seus objetivos científicos, filosóficos ou práticos. A diferença entre esses dois conceitos, no entanto, não é para o autor uma questão normativa, pois um não é melhor do que o outro.

Quando reflete sobre a tarefa do “entendimento do entendimento”, Geertz (Ibidem) argumenta que quando obtemos relatos sobre a maneira como um grupo qualquer interpreta suas experiências e depois utilizamos os relatos dessas interpretações para tirar algumas conclusões sobre *expressão, poder, identidade ou injustiça, sentimo-nos, a cada passo bem distantes de estilos padrões de demonstração* (p.13-4).

Em outra obra, Geertz indaga sobre o que nos leva à teoria. Para este autor, apenas pequenos vôos de raciocínio tendem a ser efetivos, *vôos mais longos tendem a se perder em sonhos lógicos, em embrutecimentos acadêmicos com simetria formal, pois a teoria tem como tarefa essencial não codificar regularidades abstratas, mas tornar possíveis descrições minuciosas* (1978, p.34-5). Neste sentido, a aproximação de tais descrições só é possível quando na narrativa se entrelaçam os conceitos teóricos aos sistemas de conceitos percebidos e obtidos no trabalho de campo.

Walter Benjamin (1996), discorrendo sobre a experiência da “arte de narrar”, observa que a mesma nada mais é que a *faculdade de intercambiar experiências de pessoas*.

A experiência que passa de pessoa a pessoa é a fonte a que recorrem todos os narradores. E, entre as narrativas escritas, as melhores são as que menos se distinguem das histórias orais contadas pelos inúmeros narradores anônimos (p.197-8).

Observa, ainda, que essa “arte” está em vias de extinção. Nos informa que nossa capacidade de intercambiar experiências, que deveria ser, segundo o mesmo, inalienável, estaria ameaçada. Simplesmente porque no mundo atual as ações da experiência estão em baixa. Revela que o mais ameaçador para a narrativa é a imprensa no alto capitalismo na qual a informação aspira a uma verificação imediata:

Essa fórmula lapidar mostra claramente que o saber que vem de longe encontra hoje menos ouvintes que a informação sobre os acontecimentos próximos. (...) a informação aspira uma verificação imediata. Antes de mais nada, ela precisa ser compreensível “em si e para si”. (...). Nisso ela é incompatível com o espírito da narrativa. Se a arte da narrativa é hoje rara, a difusão da informação é decisivamente responsável por esse declínio. (...) Todas as manhãs recebemos notícias de todo o mundo. E, no entanto, somos pobres em histórias surpreendentes. A razão é que os fatos já nos chegam acompanhados de explicações. (...). Metade da arte da narrativa está em evitar explicações (Ibidem, p. 203).

A narrativa para Walter Benjamin não está interessada em transmitir o puro em si como uma informação. *Ela mergulha na vida do narrador para em seguida retirá-la dele. (...). Os narradores gostam de começar sua história com uma descrição das circunstâncias em que foram informados dos fatos (Ibidem, p. 205). É como tentar ler (no sentido de “construir uma leitura de”) um manuscrito estranho, desbotado, cheios de elipses, incoerências, emendas suspeitas e comentários tendenciosos (...)* (Geertz,1978, p.20-4).

Assim, compreendo a Oralidade como uma metodologia expressa para além de um conjunto de métodos e técnicas, associados a um referencial teórico, norteador dos procedimentos investigativos. Em Paul Ricoeur²⁸ a oportunidade de se trabalhar na academia com a oralidade é exatamente a conquista do espaço de se fazer ciência contando, narrando, e, por que não dizer, “descrevendo minuciosamente”. É a experiência crítica por excelência do “sagrado”.

Para Ricoeur, o sagrado é o que está velado (Apud Carneiro, 2001, p.78). Através da narrativa, portanto, temos a possibilidade de reconstruir o real. Pois a mesma possibilita “desvelar o sagrado”, “o dito” e “o não dito”, o “indizível”. Cabe a nós pesquisadores, portanto, rastreamos os vários significados desse “sagrado”. Mas, como proceder numa entrevista no sentido de rastrear esse “sagrado”?

Thomson (2000), ao apresentar alguns temas relevantes sobre o processo histórico de 50 anos da oralidade pressupõe a dimensão de um debate continuado sobre essa metodologia, em especial sobre o procedimento da entrevista. Para ele, em resposta às críticas dos positivistas e historiadores documentalistas tradicionais, houve uma tentativa de se criar um modelo científico de entrevistas.

O entrevistador deveria usar um questionário consistente e cuidadosamente estruturado de modo a facilitar a análise comparativa; ele, ou ela, deveria controlar o enfoque e o fluxo da entrevista, mantendo, porém, uma presença neutra e objetiva, evitando, assim, afetar adversamente as histórias contadas; deveria conduzir entrevistas individualmente e fazer o mínimo de interrupções possível (p. 48).

Chama, ainda, atenção sobre a dificuldade prática dos historiadores orais em realizar as entrevistas seguindo um conjunto único de técnicas como

[r]eduzir o ato de entrevistar a um conjunto de técnicas é como cortejar seguindo uma fórmula. Há o perigo de se confiar demais nos instrumentos, e de menos na intuição. As técnicas e outros aspectos da HO variam conforme o tipo de pessoa que se estiver entrevistando (Ibidem, p.48).

²⁸ CARNEIRO, Vanderlei. Notas de aula, Disciplina Oralidade, Cultura e Sociedade. Fortaleza: MAPPS-Mestrado Acadêmico de Políticas Públicas e Sociedade- UECE, 19/11/2003.

Observa que há algumas tentativas em aconselhar sobre como se deve proceder na ocasião de uma entrevista. São tidos como conselhos práticos: uma boa preparação; a necessidade de estabelecer afinidade e intimidade; de ouvir e fazer perguntas abertas; de refrear os impulsos de interromper; a importância de permitir pausas e silêncios; de fugir dos jargões; de evitar ser inquisitivo e de minimizar a presença do gravador.

Alistair Thomson (2000) discorda, à primeira vista, desses conselhos. Afirma que a prática com a História Oral veio mostrar que *não existe uma única maneira certa de entrevistar* (Ibidem, p.48). É fundamental, no entanto, ter em mente as diferentes dimensões conceituais e culturais das entrevistas e da informação histórica. Isto também deve ser observado com membros de nossa própria sociedade, afinal não há cultura homogênea.

Uma parte vital de qualquer preparativo para um projeto de testemunho oral é obter informações sobre ... o repertório comunicativo das pessoas... A regra mais fundamental é ter sensibilidade para com os modos habituais de fala e comunicação e permitir que as pessoas falem segundo seus próprios termos. (...) Se houver um conselho universal sobre entrevistas de HO, este será que o entrevistador precisa estar constantemente alerta para perceber qual a boa prática de entrevista em culturas e circunstâncias particulares (Ibidem, p.50-1).

Sobre a questão são consideráveis as reflexões de Silva (2000) quando observa que as entrevistas são difíceis de serem realizadas dentro da lógica acadêmica de apreensão de conhecimento. Muitos pesquisadores enfrentam dificuldades para obter depoimentos a partir da aplicação de técnicas formais de entrevistas e questionário. Desta forma, nos trabalhos desenvolvidos dentro de uma concepção antropológica as perguntas e respostas podem ser refeitas à medida que os *participantes vão colocando novas 'cartas' na mesa e desenhando novos rumos e estratégias para conversação* (p. 52). Assim, nunca se chega ao cerne da questão, pois sempre nascerão novas perguntas,

nesse sentido, não se trata de submeter a lógica da pesquisa à lógica do nativo, (ou vice-versa) e nem tentar fazer coincidir o interesse desses dois universos, desconsiderando suas posições. Ao contrário, trata-se de sondar essas lógicas e posições através de “modelos discursivos de prática etnográfica” nos quais o próprio diálogo etnográfico seja um importante locus do conhecimento produzido, isto é, que permita revelar também o significado das perguntas para as quais não existem mais tartarugas²⁹ suficientes (Ibidem, p. 58).

Com relação ao processo de entrevista para coleta de depoimentos orais, a dificuldade encontrada foi com relação ao uso do gravador. Nas pesquisas sociais este instrumento abre possibilidade de uma sistematização mais precisa dos dados a ser coletados, no entanto, a presença do aparelho, de certa forma, causa receio em alguns informantes.

Na presente pesquisa, tive problemas com o uso do gravador já que nem todos os meus interlocutores permitiram o uso do instrumento. Muitas vezes percebi o olhar de meus interlocutores expressando uma certa sensação de receio, o que me levava, em certos momentos, a não ter coragem de abrir o roteiro pré-estabelecido de entrevista e, nem mesmo, dizer que meu objetivo ali seria entrevistá-los e importuná-los com questões obtusas. Sobre a questão, faço minhas as indagações de Silva (2000): *Como chegar até essas pessoas (...), cujas mãos se ocupam em tecer esses inatingíveis enredos de vida feitos de sentidos, sentimentos e contradições nem sempre traduzíveis ou instantaneamente resumíveis e lhes dizer, gravador na mão, curiosidade incômoda: “mãos ao alto, isto é uma entrevista (p.42).*

2.3.4 Abordando o diferente: procedimentos metodológicos

²⁹ O autor se refere às tartarugas no tópico “Minhas perguntas, suas Tartarugas”, para refletir sobre o diálogo etnográfico. Faz uma alusão a Clifford Geertz sobre a metáfora do elefante e das tartarugas utilizada por este para discutir a profundidade dos aspectos culturais dos informantes, e que a análise dos mesmos é no máximo aproximada. As tartarugas seriam então a visão de mundo dos informantes. O autor afirma que essa aproximação só se dá através de uma relação de confiança entre pesquisador e informante.

Minha proposta de estudo no Mestrado, como já foi evidenciado, foi aprofundar os estudos em torno do material coletado na pesquisa de campo realizada para meu trabalho de cunho monográfico no município de Aquiraz, o qual concebo como um rico material para análise. Desta forma, são dados por mim coletados em outubro e novembro de 2002, compreendendo relatos orais obtidos em entrevistas semi-estruturadas, bem como anotações dos diários de campo feitas a partir da observação direta.

Em consonância com esta forma de abordar o real, a análise foi de cunho qualitativo e teve a preocupação de compreender o universo de sentido, significado, valores e comportamentos, respondendo a um espaço ampliado das relações, dos processos e dos fenômenos, não podendo ser reduzido a operacionalização de variáveis (Minayo, 1994).

Dentro do universo entrevistado defini uma amostragem compreendendo que *a pesquisa qualitativa não se baseia no critério numérico para garantir sua representatividade (...) a amostragem boa é aquela que possibilita abranger a totalidade do problema investigado em suas múltiplas dimensões* (Ibidem, p.43).

Com o intuito de aprofundar o conhecimento sobre a vivência das pessoas envolvidas, essa amostragem foi constituída por relatos orais de representantes de instituições, de familiares e de adolescentes representando tipicamente três manifestações diferentes de exploração sexual comercial encontradas em Aquiraz: a primeira, a forma de trabalho autônomo relacionado ao sexo-turismo; a segunda como trabalho sexual escravo em cárcere privado; e a terceira, a vivência em bordel.

Silva (Op. cit.) observa que na realização de uma pesquisa, a chegada ao campo³⁰ é um momento delicado e decisivo e implica certas dificuldades ou idiosincrasias com as quais é preciso saber lidar. Ele afirma que essas dificuldades são observadas pelos pesquisadores, mas pouco tem sido falado sobre elas. Tais dificuldades, segundo informa, se apresentariam sob vários aspectos, dentre os quais

³⁰O autor descreve a relação que o antropólogo estabelece com o campo, a partir da análise de trabalhos desenvolvidos em terreiros de Umbanda.

ele situa: dificuldade em obter informações necessárias, pois os informantes quase sempre não têm o interesse em passá-los; o acesso aos “rituais” próprios do contexto pesquisado; a dificuldade em saber qual o grau adequado de proximidade e distância que se deve manter na convivência com os observados, para tentar sobreviver sob as políticas próprias do contexto e as próprias exigências do projeto de pesquisa que exigem uma quantidade de pessoas adequadas para observação e análise.

A consciência de tais dificuldades faz o autor afirmar que a *experiência mostra que o próprio campo condiciona o que e a quem observar* (p. 39). No caso da experiência de sua pesquisa, as relações sociais encontradas no campo das religiões afro-brasileiras, há uma estrutura hierárquica que dificulta a conversa do antropólogo com todas as pessoas do terreiro, pois a visão do grupo é a de que o pai ou mãe-de-santo é a autoridade máxima na estrutura hierárquica. Caso o pesquisador não levar isso em consideração está indo contra a lógica do grupo. Assim, diante dessas dificuldades, cabe ao pesquisador procurar estratégias metodológicas.

Isto é importante, pois em toda pesquisa empírica o campo possibilita um leque de experiências ao pesquisador, como expectativas, questionamentos, surpresas, estranhamentos e decepções. No meu caso não foi diferente, afinal, o conhecimento antropológico do modo como os informantes pensam, sentem e percebem o mundo não se resume a alguma capacidade extraordinária, mas de uma gama de oportunidades, dificuldades, opções e decisões que o pesquisador somente em campo pode identificar como uma questão epistemológica (Geertz, 1997).

Esses momentos foram por mim vivenciados desde o início dos treinamentos para a pesquisa, que, primeiramente, seria apenas para a publicação do Unicef. Tinha a pretensão de ficar em Fortaleza, pois percebia algumas facilidades para meu trabalho de campo, afinal esta é minha cidade e o conhecimento do território certamente me favoreceria. Por outro lado, ficar em Fortaleza significava também um sentimento de “medo”.

Medo do então desconhecido mundo da exploração sexual comercial, que representava, naquele momento, um mundo “marginal”, cheio de pessoas “perigosas,

violentas”. Este sentimento, talvez, estivesse reforçado pelo então assassinato do jornalista Tim Lopes quando fazia uma pesquisa jornalista-investigativa sobre a prostituição infanto-juvenil nos bailes *funks* do Rio de Janeiro no ano de 2002 para a Rede Globo.

Percebia que o medo do desconhecido se identificava ao de Diógenes (1998:58) em seu estudo sobre o significado da violência nas gangues, galeras e no movimento *hip hop* na periferia da cidade de Fortaleza ao dizer:

A primeira vez que entrevistei uma gangue, talvez, movida pelo medo que sobrepujou a neutralidade científica e teimou em mostrar sua cara, talvez por estar tão distante das áreas que significam, para mim, a dimensão da cidade ou, quem sabe, por puro temor diante do desconhecido, fui também muito estranhada pelos seus participantes e fui, conseqüentemente, hostilizada (Grifos meus).

Quando ficou decidido na reunião com a equipe de coordenação da pesquisa do Unicef que eu ficaria com o município de Aquiraz, tive uma sensação que o trabalho seria mais tranqüilo. Afinal, Aquiraz apesar de ficar bem próximo à Fortaleza, ainda se apresentava como uma cidade pacata, famosa por sua beleza natural, pelo povo hospitaleiro e quase não aparecia nas páginas policiais dos jornais. Foi com essa idéia do campo que iniciei minha experiência em Aquiraz no dia 15 de outubro de 2002. No entanto, a tranqüilidade esperada foi surpreendida com os meandros próprios dos imprecisos caminhos das pesquisas sociais que tratam de temas estigmatizados.

Foram várias as dificuldades encontradas. Primeiramente, a inexistência de uma entidade que trabalhasse com a temática da exploração sexual comercial de crianças e adolescentes em Aquiraz. Sem esse mediador fiquei, num primeiro momento, com “os pés e as mãos atados”, sem saber como chegar ao público alvo da pesquisa.

Segundo, as entidades responsáveis pela fiscalização e deliberação dos direitos da criança e do adolescente como o Conselho Tutelar e o CMDCA – Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, por motivos diferenciados, se

mostraram impossibilitados de ajudar no contato com esse público. O representante da segunda entidade chegou a afirmar que em Aquiraz não possuía casos de exploração sexual comercial de crianças e adolescentes e que a pesquisa não teria como ser desenvolvida.

Recordo-me do sentimento de decepção que tive ao sair da primeira visita a essa entidade. Era o primeiro dia da pesquisa de campo e não sabia como encontrar a mediação necessária para chegar até o público alvo da pesquisa. Lembro-me que sentada na calçada da rodoviária local associei minha experiência a de Alba Zaluar (1985) quando, no primeiro dia de sua pesquisa de campo, não encontrou o mediador para lhe apresentar o modo de vida das classes populares urbanas no conjunto habitacional chamado Cidade de Deus.

Zaluar afirmou que naquele momento chegou a sentir inveja de Malinowski quando na supracitada experiência no Pacífico Ocidental pesquisou a vida do povo tribal do qual não sabia a língua mas que, por outro lado, tinha a convicção de que iria se deparar com uma cultura diferente e autônoma, harmoniosamente coerente e aceita por todos.

A autora descreve sobre sua sensação: *ali estava eu bem no meio do dissenso e dos conflitos que, segundo os jornais, rasgavam a vida pacífica do povo carioca e manchavam de sangue a vida brasileira* (Ibidem, p.09). Descrevo a minha: ali estava, solitária, bem no meio de Aquiraz, procurando uma mediação que me levasse ao fenômeno da exploração sexual e comercial de criança e adolescente, dito inexistente pelas “autoridades”, talvez, para não ferir a vida pacífica do povo local, com a mancha do descaso e da conivência não só do poder público, mas também da família e da sociedade.

Ou, quem sabe, não querendo identificar um péssimo indicador social que impediria as premiações tão almejadas pelas prefeituras, como, por exemplo, o Selo Unicef, que reconhece publicamente o esforço do município em melhorar as condições materiais, afetivas, de ensino e de saúde da criança e do adolescente. Tornar público o

fenômeno da exploração sexual de criança e adolescente, não seria assumir publicamente um esforço insatisfatório?

Diante das dificuldades de informações oficiais optei por indagar as pessoas comuns da comunidade sobre o fenômeno. No entanto, a nova estratégia não surtiu, de imediato, um efeito satisfatório, já que as pessoas mesmo afirmando ter conhecimento sobre a exploração sexual comercial de criança e adolescente, sempre se negavam a intermediar um contato com o público alvo da pesquisa. Apesar da impossibilidade da intermediação por parte das pessoas indagadas, essas davam algumas pistas de lugares onde poderia visualizar tais ocorrências.

Por tais motivos, a pesquisa de campo se desenvolveu através de constantes e insistentes abordagens, nas quais não admitia perder nenhuma oportunidade de contato. Tais abordagens se deram nas ruas, festas, barzinhos, praias, escolas, nas residências dos adolescentes e nos próprios bordéis, nos mais diferenciados horários, compreendendo dia, noite e madrugada.

Tudo era anotado em um diário de campo: horários, todos os contatos, fatos observados, comportamentos, falas, silêncios, omissão de informações, dificuldades, ambiente físico etc. Todas essas informações serviram, em linhas gerais, de norte para dialogar com a teoria que não se dá por completa, pois sempre há algo a ser apreendido, dada a complexidade da realidade. É, enfim, um processo de idas e vindas, de maturação e fundamentação da empiria pela teoria.

Capítulo 3

De Emília à Carolina e os mistérios de Clarice: poder, dominação e violência

A presente pesquisa constatou que a dinâmica da exploração sexual comercial ocorria de formas diferenciadas nos diversos espaços de Aquiraz. A seguir uma reflexão acerca das tipologias identificadas, quais sejam: o sexo-turismo, a vivência em bordel e o trabalho sexual escravo em cárcere privado.

3.1 O sexo-turismo

Uma das tipologias de exploração sexual comercial encontrada em Aquiraz foi o sexo-turismo. Segundo o CECОВI – Centro de Combate à Violência Infantil, esta é a exploração de crianças e adolescentes por visitantes, em geral, procedentes de países desenvolvidos ou mesmos turistas do próprio país, envolvendo cumplicidade de agências de viagem, guias turísticos, hotéis, bares, lanchonetes, restaurantes e barracas de praia, garçons e porteiros, postos de gasolina, caminhoneiros e taxistas, prostíbulos e casas de massagem, além da tradicional cafetinagem (RECRIA, 1996). Leal (1998, apud CECОВI) ao refletir sobre essa modalidade de exploração sexual comercial, observa que:

Não se pode reduzir a exploração sexual ao sexo-turismo que estigmatiza o “outro”, o estrangeiro como único agressor, colocando-nos de fora da questão, quando sabemos que nem todos os turistas estrangeiros são abusadores sexuais, que nem todos os turistas abusadores são estrangeiros. (...). É preciso, ainda, situar o conceito de exploração sexual em diferentes contextos culturais, ou seja, onde e como a sexualidade é concebida e exercida. Por exemplo, o turismo sexual, apesar de

sempre perverso é vivenciado diferentemente segundo a cultura do agressor e mesmo a da(o) jovem explorada(o).

Na Prainha, por exemplo, ocorria especialmente nos barzinhos situados na rua principal, que abriam no período noturno. Observei que aos sábados, em dois barzinhos locais, o “Cabeça Feita” e o “Garota da Praia”, ocorriam, visivelmente, a oferta e procura de serviços sexuais de adolescentes. Aparentando ter entre 13 e 17 anos, as adolescentes atendiam fregueses do bar, todos homens aparentando idade superior a 35 anos. Geralmente, os freqüentadores andavam em duplas. As meninas os atendiam com certa intimidade, ficavam a conversar por horas sentadas às mesas postas na frente do bar, mais precisamente na calçada, em seguida, algumas saíam com os fregueses.

Ainda aos sábados por volta de 23 horas, o então único clube da localidade começava sua festa. Segundo informações, alguns dos freqüentadores mais assíduos, tanto dos barzinhos mencionados, como do clube, seriam estrangeiros residentes no local, ou amigos desses. Todos também estrangeiros, aparentando ter mais de 40 anos.

Em minhas observações percebi senhores estrangeiros abordando as adolescentes que passavam pela rua e as que ficavam pelo barzinho. Eles chamavam as meninas, pegavam em seus corpos, alguns chegavam a beijá-las, trocavam entre si palavras em suas línguas e riam excessivamente. As meninas, aparentemente concordando com o jogo de sedução, andavam pela rua, indo do barzinho ao clube e vice-versa.

Conversei com três adolescentes que foram abordadas pelo grupo de estrangeiros e perguntei sobre o motivo daqueles senhores chamarem as meninas, responderam que seria apenas um convite para sentar e ficar conversando com os mesmos. Indaguei se acontecia de saírem juntos, responderam que sim. Ao perguntar se quando saíam recebiam algum dinheiro, duas nada responderam, porém uma afirmou que não são elas que saem, mas as “outras”. Disse ainda que parece que não

recebem dinheiro em troca, mas presentes como, por exemplo, calça jeans, perfume, bijuterias...

*Muitas meninas ficam suas amigas e acabam viajando pro país deles, ou mesmo casando com eles. De que adianta **nós** estudar, se aqui não tem emprego, nem futuro. É o que resta pra **gente**. Pena que só vem homem velho... Se tivesse, pelo menos, algum novo? (Depoimento de uma adolescente abordada na rua da Prainha).*

Além do interesse do estrangeiro “maduro” pelo corpo jovem e mulato das meninas de Aquiraz, percebi neste depoimento que ao relatar a exploração seria a “outra” que estaria envolvida, mas na hora de falar dos sonhos e das dificuldades ela, sem querer, se entregava. Não é mais a outra, mas a gente, nós.

Na Prainha, dentre as adolescentes que supostamente saem com estrangeiros e que chegaram a ser entrevistadas, nenhuma assumiu se sentir na condição de explorada. O relato a seguir é revelador:

Têm meninas aqui que saem com os estrangeiros. Eles realmente dão presentes pra elas, mas não acho que isso seja prostituição. Tem até uma que chegou a casar com um deles, um velho lá da Itália. Ela mora um tempo aqui e outro lá na terra dele. A casa dela é muito bonita e já teve uma filha. Ela, também, ajuda a mãe dela. É uma pessoa muito querida e é tudo que muita menina daqui queria ser... (Trecho do relato de uma adolescente entrevistada na Prainha, 23/10/2002).

De acordo com minha observação, na Prainha predominava este tipo de manifestação nos já citados bares e no clube da rua principal. O depoimento do dono de um restaurante se por um lado confronta com a concepção de que as adolescentes são sempre vítimas desse crime previsto na legislação vigente, por outro dá indícios de como o turismo vem influenciando no agravamento da situação:

Se a senhora quiser ver a “putaria” venha para cá no sábado de noite. As meninas aqui não têm mais respeito não. É tudo pela madrugada nos bares e nas festas. Esse bar o “Cabeça Feita”, é

só o que tem. O clube também só tem “menor”. O pior é que as meninas tão tudo engravidando. Ah, se a senhora também quiser saber melhor, é só ir lá no Porto das Dunas e falar com os “bugueiros”, eles arranjam a menina que o freguês quiser, ou quantas ele quiser, e a idade que ele quiser. Tanto eles, quantos os guias. É uma máfia só (Depoimento do dono de um restaurante, 23/10/2002).

Observei também que aos domingos, na orla da Prainha, existiam evidências de manifestação do sexo-turismo. Não constatei a existência de um *point* exclusivo pelas barracas, mas observei vários homens com aparência de turistas estrangeiros ou não, acompanhados de adolescentes espalhados por toda orla. Uma garota que não estava acompanhada me informou sobre a existência de muitos estrangeiros no local, principalmente italiano. Muitos deles têm casas na localidade, sempre oferecem festas e convidam as meninas que são suas amigas. Quando perguntei se poderia me apresentar às amigas dos estrangeiros, ela respondeu que correria risco caso assim fizesse, inclusive me advertindo do perigo que também corria.

Outra evidência foi constatada no caso de um adolescente, homossexual e garoto de programa de 17 anos, que mora no alto da Prainha, mais precisamente numa vila chamada “Nas Treze”. Era a parte mais pobre da Prainha, local onde ficou aglomerado os “nativos” e seus descendentes que venderam suas terras mais próximas da orla. É uma grande duna onde, desordenadamente, foram construídas casas entre ruelas que mais parecem um labirinto. Geralmente os chefes das famílias são pescadores e as mulheres rendeiras. Os pais do adolescente citado, por exemplo, exerciam as referidas atividades profissionais.

A situação do jovem rapaz podia ser configurada como exploração sexual comercial realizada sem contratação pelo mercado formal do sexo. Ou seja, o que Eva Faleiros (2000:36) denomina de trabalho sexual autônomo. Esse jovem trabalhava por conta própria e exercia “sua profissão” na rua através da oferta individual de seus serviços sexuais. A remuneração do jovem, segundo suas informações, dependia tanto da sua produtividade como da negociação com os clientes. Estes por sua vez, se

tratavam, como relatou, de “filhinhos de papai”, empresários e turistas estrangeiros. No momento da entrevista, quando indagado se trocava de atividade caso conseguisse um emprego, respondeu:

É claro que não. Só se eu fosse doido. Fazia as duas coisas e ganharia muito melhor. Esse é um bom meio de vida...(Depoimento de Pablo, homossexual e garoto de programa, 23/10/2002)

Para a mãe do jovem, no entanto, que ficou todo o tempo da entrevista quietinha debruçada sobre a parte de baixo da porta da sala ouvindo nossa conversa, talvez o conceito de exploração sexual comercial tenha outro significado. Quando terminamos a entrevista, ela, com toda sua simplicidade, perguntou:

Minha filha, será que essa pesquisa vai melhorar a vida dos jovens? É para o Lula é? Ele disse que vai ter mais emprego. Se for verdade, muitos jovens não vão mais ficar nessa vida...

3.1.1 Uma é o coração febril: Os “desejos” de Emília

O caso identificado na pesquisa de campo que poderia chamar de exemplar foi de Emília, na época com 17 anos. A garota tinha como marca maior a personalidade forte, profundamente sonhadora, não medindo esforço para conseguir realizar esses sonhos. O corpo delgado representava a perfeita mistura da raça brasileira. Os cabelos longos e lisos, talvez, tenham vindo do lado índio, assim como os olhos puxados. A pele delicada como jambo, era a própria simpatia mulata.

A casa da família era do tipo muito comum no Nordeste, a chamada meia água. De um lado ficava a casa da avó, local onde se deu a conversa com a menina e, do outro, a casa de Emília. Só entrei na casa da avó que era uma residência muito simples e pobre, o telhado bem baixo, as portas cheias de fendas e o chão de cimento queimado é daquele tipo comum do povo pobre da região. Observei pela pequena janela do quarto a bela paisagem da Prainha, do local onde estávamos dava para

visualizar as dunas, os imensos coqueiros, a cidade lá embaixo e o imenso mar de águas transparentes.

Era por volta de 9 horas da manhã quando cheguei à casa de Emília. A menina ainda dormia. A mãe que lavava roupa na calçada da casa onde existe uma bomba de água para uso da comunidade, disse para eu entrar que ela estava no quarto. A adolescente dormia ainda com a roupa que chegou da festa, segundo ela, por volta das 4 horas da madrugada. Os olhos estavam borrados da maquiagem feita especialmente para a festa que aconteceu no clube da localidade.

Ela já sabia quem eu era. Soube pela mãe que teria lhe procurado por duas vezes. Apesar de saber da minha existência, não sabia ao certo o que eu queria. Perguntou se era sobre gravidez ou AIDS. Chegou a perguntar: “eu não estou com AIDS não, né ?” Tranquilei a jovem e disse que era da Universidade Estadual do Ceará e gostaria de obter algumas informações sobre a sexualidade dos adolescentes.

A graça da mistura fazia a menina sonhar em ser modelo de revista e televisão. Parecia confirmar a opção até mesmo no olhar. Mas achava que para chegar lá não precisava estudar. Não considerava a escola o meio mais eficaz para tornar o sonho realidade. Para isso acreditava que existiam outros meios. Os relatos da menina e de sua mãe deram indícios de uma vida sem regras e horários para atividades ditas “normais” de uma jovem de sua idade.

Eu não gosto muito de estudar não. Estou até atrasada na escola... (risos). Mas tudo bem, o importante é que eu não deixe de estudar, né ? Mas na verdade o que quero não vai ser os estudos que vão me dar. Se eu realmente quero eu consigo. Eu quero ser modelo, de sair nas revista, na televisão, quero desfilhar. Eu já desfilo, participei de concursos nacionais de modelo, como o das lojas Riachuelo. (Trechos dos relatos de Emília).

A falta de diálogo, de alteridade e os conflitos intergeracionais também são evidentes em vários trechos dos relatos de mãe e filha quando falam sobre o cotidiano da segunda:

Quando eu chego tarde, a mãe não deixa eu entrar em casa porque ela é muito ignorante. Ela não é uma mãe boa, sabe ? ela não sabe conversar com a gente, dizer com gentileza o que a gente deve fazer. Ela vai logo gritando, me chama de prostituta, rapariga, maconheira. Eu morro de vergonha disso, sabe? (Trecho dos relatos de Emília).

O que não gosto aqui em casa é da relação com a minha mãe. Ela tinha um namorado, um policial, que é casado e ninguém aqui gosta disso não, até mesmo meu avô e minha avó. Ele é um tremendo cafajeste, só vem aqui quando ela recebe dinheiro, e ela é tão burra que dá o dinheiro pra ele. Eu fico revoltada com isso... (Trecho dos relatos de Emília).

Ela é burra sabe por quê ? não gosta de estudar, agora que está fazendo a quarta série, não quer trabalhar e só anda com quem não presta. As amigas dela só vivem de fazer não sei o quê. Usam drogas, saem com os homens por dinheiro, pelo menos é o que dizem. Eu digo pra ela se afastar, mas ela só faz o que quer mesmo. Uma dessas semanas aí, apareceram umas vagas lá na fábrica onde eu trabalho. Eu chamei a Emília pra fazer inscrição, e sabe o que foi que ela disse ? Ah, mãe deixa de me encher o saco, tá vendo que eu não vou trabalhar numa coisa dessa humilhante. Eu é que não quero morrer de trabalhar como a senhora e ganhar um pingão de dinheiro que não dar nem para ter uma vida decente. É assim mesmo minha filha, que ela me trata. Mas eu digo pra ela, que qualquer trabalho é digno, o pior é sair com homens por dinheiro, se prostituir. Isso sim que é humilhante. Não que eu esteja dizendo que ela faça isso, mas se as amigas fazem, eu acho que qualquer dia ela vai fazer também. Ela já usa drogas de vez em quando. O meu irmão disse que soube que ela usa maconha, mas não é muito não. Ela às vezes vai lá para o um tal de Titanzinho, lá numa tal de PI³¹ em Fortaleza. Ela entra nos carros sei lá de quem com as amigas e só chega no outro dia. Eu fico tão revoltada com isso, a gente só vive brigando. Quando ela chega de madrugada eu não abro a porta não e nem deixo ninguém abrir. Ela chora tanto pedindo pra entrar, eu tenho pena, mas acho que se eu abrir é pior. É como se eu tivesse autorizando ela fazer o que faz. Hoje mesmo ela chegou em casa por volta das quatro horas da madrugada. Eu não abri a porta e ela foi dormir na casa da minha mãe, que tem o coração mais mole e abri a porta pra ela entrar. (Trechos dos relatos da mãe de Emília).

³¹ Fiquei sabendo que PI é a Praia de Iracema em Fortaleza.

O dia-a-dia dessa menina, minha filha é assim: hoje, que é Domingo, ela levanta da rede lá pra 12 horas, come alguma coisa e vai pra praia. Lá ela fica até de tardinha, volta, toma banho, se arruma, sai com as amigas e só volta lá pela madrugada. Na semana é a mesma coisa. Ela acorda no final da manhã, come vai pra escola, pelo menos ela sai dizendo que vai, chega lá pelas seis horas, toma banho fica por ali até as amigas aparecerem, então elas saem e só chegam lá pra depois da meia noite. Ela sempre foi assim, aliás, as crianças e os adolescentes daqui, são quase todos assim. Eles são muitos livres, sabe ? desde cedo aprendem a lidar com o mar, com as pessoas, conhecem todo mundo e todo buraco da Prainha (Trecho dos relatos da mãe de Emília).

Sobre a família, como para as demais meninas entrevistadas, os relatos revelaram indícios de uma relação marcada não só por dificuldades financeiras, mas pela falta de diálogo e a presença constante da violência. O pai e a mãe se conheceram quando eram ainda adolescentes e fugiram para “viver seu amor” no mesmo dia em que a mãe completou 15 anos. Os genitores da jovem não aceitavam a relação, pois acusavam o companheiro de “boa vida”. Segundo relatos da mãe de Emília, a vida a dois não foi muito difícil, porém quando ficou a três, a quatro...

Fugimos e fomos morar numa casinha lá em outra praia mais lá na frente. No começo estávamos apaixonados e não foi tão difícil enfrentar as dificuldades. Logo depois eu engravidei, exatamente um ano depois nasceu a minha primeira filha. Quando ela estava pra nascer, ele começou a mudar. A bebida foi se tornando mais presente e uma novidade apareceu, foi a maconha. Aí tudo ficou muito ruim, acho que paguei todos os pecados por não ouvir meus pais. Ele me batia quase todo dia, era super ciumento e não quis mais trabalhar. Ele era mecânico de automóveis, e depois do vício ninguém mais acreditava nele, aí ele entrou num rumo que não teve mais volta. Quando a minha filha mais velha tinha por volta de dois meses de vida eu engravidei novamente. Dessa vez foi uma gravidez de gêmeas, as meninas nasceram quando a primeira tinha onze meses. Eu tinha três recém-nascidos em casa e não tinha dinheiro pra comprar nada. Ele não trabalha mais e, para comprar a comida eu vendia as rendas que fazia. As gêmeas mamavam e o dinheiro mal dava pra comprar o leite para a maior. Os meus pais morriam de pena de mim, e me ajudavam como podiam. Depois de dois anos fiquei grávida da Emília e,

em seguida da mais nova. Foram todas mulheres, parece que Deus quis mesmo me castigar. Antes tivesse sido tudo homem, talvez, minha vida fosse hoje melhor. Quando já tinha todas as meninas o meu marido estava na pior fase do vício. Ele batia em mim e nas meninas quase todos os dias, era um sofrimento só. O pior de tudo foi o que ele fez quando a menor já tinha uns dois anos. No desespero pela droga da maconha e, sem dinheiro para comprar ele cometeu suicídio enforcando-se na própria rede no quarto que tinha na casa. As meninas viram a cena quando chegaram em casa e isso marcou pra sempre a vida delas. A Emília tinha três anos e a menor dois, por isso não marcou muito. Mas as maiores passaram um bom tempo falando constantemente sobre o assunto. Na escola elas só falavam sobre isso, em casa, nos vizinhos, em todos os cantos. A vida, não posso dizer que piorou. Na verdade continuou a mesma. As dificuldades continuaram, aí eu vim morar com meus pais e consegui um emprego no hotel aqui da Prainha pra ser faxineira. Com isso eu criei as meninas. O meu pai passou a ser o pai que elas não tiveram, não no sentido financeiro, afinal ele é também muito pobre, assim como a senhora tá vendo. Arranjei outros empregos e hoje sou castanheira e ganho um salário mínimo, tem também a pensão que recebo do falecido que é um salário mínimo. Com esses dois salários eu sustento toda a família que cada dia cresce mais. As meninas cresceram e fizeram comigo o que fiz com meus pais, foram morar junto com homens sem futuro, cachaceiros e maconheiros também. Pior que além de maconha usam outras coisas mais pesadas. Elas, igualmente a mim, apanhavam todos os dias. Aí, não agüentaram mais e deixaram eles, ou foram eles que deixaram elas ? não sei, o fato é que hoje estão tudo dentro de casa, não trabalham, não quiseram estudar e ainda tiveram filhas. Duas tiveram uma filha, e uma teve duas meninas (Trechos dos relatos da mãe de Emília).

Além de expressar um evidente quadro de violência social e interpessoal, os relatos são também marcados por construções sociais acerca do ser “masculino” e ser “feminino”, colocando a condição de fêmea das filhas como inferior ao que poderia ter sido caso tivessem nascido homens, percebendo a feminilidade como castigo. Osterne (2001) observa que feminino historicamente é determinado pela experiência existencial

da mulher e não por sua essência. Essa cultura subsidiou toda uma história de exclusão e confinamento³²:

O cotidiano das meninas, primeiro na família, depois na escola e nas relações sociais, é permeado por ofertas de modelos e comportamentos mais dóceis, mais delicados, com caminhos pouco definidos nos mundos das decisões, mas muito fortes no que se refere a papéis secundários e submissos. Já dos meninos, são esperados a iniciativa, a agressividade para enfrentar os fatos corriqueiros, o constante acerto nas investidas sexuais, a escolha de caminhos característicos de pessoas fortes e vencedoras – os provedores. Inculca-se nos meninos a crença da existência de um homem viril, corajoso, forte, esperto, conquistador e imune às fragilidades, inseguranças e angústias da vida (Ibidem, p.121).

Observei que na Prainha a exploração sexual comercial já possuía toda uma sociabilidade estabelecida em relação aos estrangeiros e as meninas. Durante as várias observações diretas, com coleta de depoimentos-chave de pessoas como lideranças comunitárias, professores, diretores de escola, membro do Conselho Tutelar, donos de restaurante e os próprios adolescentes, foi constatado que estrangeiros exerciam grande influência sobre as adolescentes, levando-as a situação de exploração sexual comercial.

A jovem Emília apesar de ser apontada por essas pessoas como “prostituta dos gringos”, não se reconhecia como explorada sexualmente, ela apenas percebia sua vida como uma “curtição”, se os presentes e o dinheiro viessem, eles sempre seriam bem vindos, para ela não seria exploração. Vale ressaltar que tal percepção também foi observada em outros depoimentos de adolescentes entrevistadas.

³² Osterne (2001) não trabalha a categoria Gênero para fazer menção somente à mulher ou ao homem dentro de posição binária, mas para designar a dimensão inerente à cultura com conteúdo relacional que vem se transformando com o passar da história. Portanto, a autora não limita sua reflexão na prevalência histórica do masculino. Situa-se dentro de sua reflexão a grande repercussão do movimento feminista como fator de transgressão dessa ordem. A mulher não ficou passiva a essa dominação, ao contrário, aprofundaram-se as inquietações sobre as relações entre os sexos. Vale ressaltar, no entanto, que dentro desse ideal continha o pressuposto de um modelo homogêneo de mulher. Descartavam-se, sob a capa desse desejo, as diferentes inserções sociais das mulheres. Foi preciso perceber que a mulher não era uma categoria unitária, que existiam diferenciações de classes, raças, etnias etc, e que as estruturas econômicas, políticas, sociais e culturais dentre as quais essas construções se produzem, devem ser consideradas.

Namorados ? eu não tenho um namorado assim... fixo não. Eu fico com quem aparecer. Se rola sexo ? Rola. Mas não é prostituição não. Eu não exijo dinheiro em troca não. Se o cara quiser me dar alguma coisa eu aceito, que não sou besta, né ? Mas é só se ele quiser...(Trechos dos relatos de Emília).

Drogas ? Não gosto não. Tenho uma amiga que gosta, eu saio muito com ela, mas eu não uso não. A mãe acha que eu sou maconheira e prostituta só porque eu ando com esta menina. Mas eu não sou não... (Trechos dos relatos de Emília).

As minhas roupas eu compro com o dinheiro que ganho nos desfiles. Aqui na Prainha só tem pessoa de "olho gordo", morre de inveja porque... sei lá... talvez porque sou bonita, sou livre, tenho presença, os homens querem me namorar, acho que é por isso (Trechos dos relatos de Emília).

Os estrangeiros ? Deus me livre... eu nunca saí com nenhum deles não. As minhas colegas é que saem com eles. Eles parecem que são legais, mas eu não tenho interesse no homem pelo dinheiro não, sabe ? Aqui em frente a minha casa, tem uma amiga minha que conseguiu casar com um italiano. O nome dela é... Pode perguntar a ela como ela vai dizer pra senhora que eu sou a única menina que não se joga pra cima dos estrangeiros que vem pra casa dela. Quase todo estrangeiro que vem aqui pra Prainha passar uma temporada é amigo dela, sabe ? As meninas dizem que os estrangeiros dão roupas pra elas, sapatos, colar, pulseira, relógio e às vezes dinheiro. Elas ficam com eles também pensando em melhorar a vida, sabe ? Eles, às vezes, levam as meninas lá pras terras deles, às vezes casam. Aí, as meninas aproveitam, é a oportunidade que têm ..A gente aqui não tem muitas outras oportunidades, sabe ? (Trechos dos relatos de Emília).

Emília se considerava livre, desejada. Para Michel Foucault (1995) não existiria poder sem liberdade. Mas até que ponto pode ser estabelecido o "jogo" sinalizado por Foucault entre liberdade e poder, diante de um contexto no qual os sujeitos são reconhecidamente "livres", mas que não têm diante de si um campo de possibilidades de escolhas?

Revelam ainda os relatos de Emília e de sua mãe, bem como em vários outros casos observados e entrevistados na Prainha, que a exploração sexual comercial pode ser interpretada como uma demanda da juventude ao consumo e ao processo de inclusão. Por outro lado, aquele que compra o serviço não explora só sexo, mas do direito de sonhar das adolescentes simplesmente com uma vida melhor.

Outro “significado rastreado” concerne à percepção negativa da mãe de Emília em relação ao seu próprio insucesso social. Apesar de reconhecer que todo trabalho é digno, como evidenciado anteriormente, a mãe, por outro lado, espera da filha a ambição de não repetir a sua trajetória de vida, não desperdiçando as oportunidades que aparecem.

Pense, minha filha, o que é sustentar uma família de dez pessoas com dois salários mínimos e mais nada ? Eu saio de manhã elas ficam aí, não têm coragem de fazer nada, você está vendo essa ruma de roupa que eu estou lavando ? elas bem que poderiam lavar durante a semana. Mas não, não me ajudam em nada, principalmente a Emília. Ela sonha em ser modelo, sabe ? acha que cuidar da casa vai estragar as mãos dela, as unhas e isso tudo que precisa ter uma modelo. Esse sonho também consome muito do meu dinheiro, ela quer roupa, sapato, bijuterias, relógio e a maioria das vezes eu não posso dar. Ela se revolta, mas o que eu posso fazer ? eu me preocupo muito com ela, sabe ? uma vez veio um paulista aqui pra Prainha e se apaixonou por ela. Ele era um homem rico, dizia que era filho do dono da Bolsa de Valores de São Paulo. Ele tinha uns 35 anos e ficou louco pra levar ela pra casar com ele. Mas não teve jeito dessa menina entender que era a sorte dela batendo na porta. Eu dizia pra ela: Emília, acorda, a sorte só bate uma vez na porta da gente, será que você quer que aconteça a mesma coisa que aconteceu comigo e com as suas irmãs ? Mas, não teve jeito, ela não quis o homem de jeito nenhum, parece que é burra mesmo. Uma outra coisa que a Emília agora quer é um celular. Ela só vive me aperrando por um. Eu estou pensando em pegar o dinheiro do meu décimo terceiro e dar entrada em uma geladeira, pois não temos ainda geladeira, mas ela já disse que o dinheiro é para ela comprar um celular. Já imagino a confusão que vai ser. Eu já disse pra ela arranjar um outro jeito de conseguir esse dinheiro, mas ela acha que eu é que tenho que dar a ela. Ela que vá trabalhar, é só ter coragem (Trechos dos relatos da mãe de Emília).

Para Calligaris (2000), atualmente há na sociedade uma mobilidade na divisão social, e a posição de cada um depende do reconhecimento dos outros. Este reconhecimento, no entanto, quase sempre não é garantido. Desta forma, é “normal” a não satisfação do indivíduo, o fracasso individual. Mas, também, a idéia de que cabe a cada um o dever de melhorar sua situação. Diante disso:

O adulto moderno transmite ao adolescente não um estado onde ele poderia se instalar como se herdasse uma moradia, mas uma aspiração. (...) a ambição de não repetir a vida dos adultos que o engendraram. Ou seja, de não respeitar suas origens, de não se conformar, de se destacar (Ibidem, p.29).

Outro ponto trabalhado por Calligaris, é que é próprio do desejo moderno a necessidade de reconhecimento social, ou seja, *o que é desejado é sempre instrumental para afirmar e constituir nosso lugar social* (Ibidem, p.47). O desejo de possuir deve ser sempre insaciável, assim, por mais que possamos obter o objeto que desejamos, nem por isso, nos sentiremos plenamente satisfeito. Nossa riqueza, nosso reconhecimento social, advém exatamente dessa procura inesgotável de possuir e de consumir.

Consumimos como se acreditássemos que o desfile dos objetos de consumo respondessem nossos desejos. Precisamos acreditar que os objetos podem nos fazer felizes. Mas isso, segundo informa, é na verdade um faz-de-conta. Pois o que queremos, na realidade, não é o objeto em si, mas o reconhecimento ou o *status* social que sua posse pode nos proporcionar. Esses sistemas de significação tanto movem como se confundem nas relações sociais, visto que o indivíduo em seu próprio desejo de afirmação, não está totalmente livre das possíveis rédeas de um sistema de valores sociais e da conseqüente territorialização dos espaços.

Segundo informa, em nossa sociedade o ideal social do sucesso financeiro é triunfante. Mas há todo uma concepção que trata de afastar o adolescente desse ideal. No entanto, contraditoriamente, muitos adolescentes escolhem perseguir esse ideal por um caminho que dispensa a retórica explícita sobre o valor do esforço, do suor na testa e do trabalho. Neste sentido, a satisfação do ideal de sucesso social e de riqueza se

dá pela apropriação imediata e real de dinheiro, de objetos, roupas de marcas etc. A venda do sexo jovem é um bom exemplo dessa apropriação imediata.

Todo esse ideal “moderno”, para Michel Foucault (1988), expressam um conjunto de discursos que têm como função dominante o controle sobre a vontade do indivíduo e da sociedade. Tais mecanismos, composto de elementos teóricos, por instituições e técnicas de organizações arquitetônicas são elementos eficazes de controle sobre a sociedade, fazendo com que os indivíduos se tornem subjugados a essas idéias dominantes.

3.2 Trabalho sexual escravo em cárcere privado

Outra tipologia identificada em Aquiraz pode ser configurada como trabalho sexual escravo em cárcere privado. Esta ocorrência apesar de ter acontecido com uma adolescente de Aquiraz e de ser do conhecimento do Conselho Tutelar local, não constava nos arquivos do SIPIA- Sistema de Informação para a Infância e Adolescência, pois, segundo justificativa dos conselheiros, teria acontecido na cidade vizinha denominada Pindoretama. O flagrante foi efetivado pelo Conselho Tutelar de Pindoretama juntamente com a polícia daquela localidade. No entanto, cabe ressaltar a participação do Conselho Tutelar de Aquiraz como mediador entre a família da adolescente e os órgãos competentes de Pindoretama.

Segundo Eva Faleiros (2000), o trabalho escravo predomina em casos de tráfico, onde há compra, venda, troca ou revenda de crianças e adolescentes, dentro de uma relação de propriedade e de comercialização de vidas humanas. O adolescente ou criança que se encontra nessa condição, seja a do tráfico, ou em outras situações onde há trabalho sexual escravo, geralmente foi enganado quanto à proposta inicial de trabalho e de remuneração. Sempre perde o direito de ir e vir, pois fica submetido ao confinamento do cárcere privado. O controle absoluto do opressor sobre o adolescente ou criança escravizada se dá pelas ameaças de castigos, torturas e até mesmo,

assassinatos, respaldados, principalmente, por uma suposta dívida contraída pelo adolescente ou criança jamais pagáveis.

Essas dívidas, geralmente, se resumem ao valor pago pelas passagens de traslado, da cidade da vítima até o local do cárcere, bem como pelas roupas, produtos de higiene pessoal, medicamentos, alimento e alojamento dos mesmos. Também não têm acesso aos ganhos, quanto menos aos lucros do seu trabalho. É o suposto “proprietário” que comanda o dinheiro arrecadado com o trabalho, geralmente, superexplorado pela exigência de uma alta produtividade.

No referido caso da menina em Aquiraz, não houve uma relação de compra e venda como tipifica Eva Faleiros (*op.cit*), no entanto o engano quanto à proposta de trabalho e as próprias condições na qual a adolescente esteve submetida, sugere um exemplo típico de trabalho sexual escravo.

3.2.1 A outra é o coração de lata : a “saga” de Carolina

Estou falando de Carolina, chamada carinhosamente pela família de Carolzinha, nascida no dia dezoito de Junho de 1988, no Iguape localidade do litoral do município de Aquiraz. Tinha na época 14 anos e uma vida marcada pela exploração sexual e comercial.

Sua família tinha baixo poder aquisitivo e era constituída por onze pessoas, entre as quais, o pai, a mãe, o avô e sete irmãos com idades entre 12 a um ano. A renda familiar era constituída pela aposentadoria do pai e do avô, que ganhavam por volta de um salário mínimo cada, bem como por algum eventual dinheiro que a mãe conseguia vendendo cosméticos. Deve-se considerar que o avô, apesar de contribuir com a renda da família, tinha, por outro lado, sérios problemas de saúde, o que demandava a compra de remédios quase sempre não disponíveis no posto de saúde

local. Muitas vezes, segundo informaram, o recurso de sua aposentadoria era destinado somente à compra desses medicamentos.

A família residia numa humilde casa, adquirida através de posse, pelo senhor José, mais conhecido como Zé, pai de Carolina, antes mesmo do nascimento da adolescente. A casa de pau-a-pique tinha as paredes rebocadas, o piso de barro batido, as portas e janelas, de madeira envelhecida, tinham inúmeras fendas e o teto era composto de telhas de barro sobrepostas em ripas e caibros de troncos de carnaúba.

Os pais de Carolina se conheceram quando a mãe, ainda com 13 anos, passou a trabalhar na casa do senhor José para cuidar de sua então esposa. Segundo depoimento dessa senhora, a antiga esposa do Sr. José era muito jovem e não sabia cuidar da casa sozinha. Certo dia, a antiga esposa do Sr. José abandonou o lar e fugiu com outro homem. Esse senhor, muito magoado, pediu aos pais da jovem que trabalhava em sua casa o consentimento para se casar com a mesma. A jovem tinha na época 14 anos e passou a viver em companhia do Sr. José ocupando o lugar de esposa.

Apesar de se reconhecer como esposa do Sr. José, nunca deixou de tratá-lo da forma “respeitosa” como o tratava ainda na época que era sua empregada. Ainda hoje ele é o “Seu Zé”. Por todo o tempo que conversamos, quando se referia ao Sr. José, ela o tratava dessa forma. Segundo relatou, o Sr. José era um homem muito bom, pois, mesmo sendo muito pobre, nunca deixou ninguém morrer de fome. Pelo que percebi, o Sr. José era a autoridade máxima da casa e poderia ser claramente identificado como o pai provedor e guardião da moral da família.

Um ano após resolverem ficar juntos, nasceu Carolina. Uma criança aparentemente saudável e negra da cor do pai. Carolina começou a freqüentar a escola por volta dos cinco anos, na escolinha da própria comunidade. Porém, nunca foi uma aluna que se destacasse. Sua mãe afirma que sempre teve dificuldade com os estudos. Mesmo com toda dificuldade, Carolina cursou até a sexta série do Ensino Fundamental II.

Segundo o depoimento dos pais, a adolescente até os doze anos tinha um comportamento “comum”. Era tranqüila, não deixava de ir a escola, dormia cedo, “não dava trabalho”. A partir dos treze, segundo os pais, tudo mudou. A jovem passou a sair de casa à noite e chegar pela madrugada, por duas vezes fugiu de casa e praticava sexo com vários rapazes adolescentes da comunidade. Nesta época não quis mais freqüentar a escola. Carolina, apesar de retraída em falar de suas primeiras experiências sexuais, chegou a afirmar que foram por volta de 8 a 9 anos, quando brincava com os amiguinhos.

Segundo Calligaris, por volta dos 12 anos, a criança se integra em nossa cultura e aprende duas coisas essenciais: é necessário ser desejável e invejável. Seu corpo, que se tornou desejante e desejável, lhe permite amar, copular e gozar, assim como reproduzir. Suas forças poderiam assumir qualquer tarefa de trabalho e começar a levá-lo na direção de invejáveis sucessos sociais. Uma vez transmitido tais valores sociais, no entanto, outra contradição se apresenta: é comunicado que não está bem na hora ainda de realizá-los, pois lhe falta maturidade. Esse tempo de suspensão, entre o que ele não é mais e o que poderá ser um dia, é a adolescência, chamada pelo autor de “moratória”.

A idéia de que faltaria ao adolescente a maturidade, apesar da maturação do corpo, é problemática, pois é exatamente a espera que lhe é imposta que o mantém ou torna inadaptado e imaturo. Segundo o autor, o adolescente não pode deixar de perceber a contradição entre o ideal de autonomia e a construção de sua dependência, imposta pela “moratória”. Principalmente, quando percebe que essa mesma cultura idealiza a adolescência como um tempo da vida que é particularmente feliz.

No início do ano de 2002 o pai de Carolina procurou o Conselho Tutelar para denunciar o comportamento da adolescente diante da “moratória”. O caso de Carolina consta nos arquivos do Conselho Tutelar de Aquiraz como direito violado pelo adolescente referente à recusa de auxílio, refúgio ou orientação, datado do dia 29 de Janeiro de 2002. Consta assim:

A adolescente está freqüentemente saindo de casa para festas e chegando somente pela manhã acompanhada por pessoas usuárias de drogas e praticando sexo em grupo. Está totalmente rebelde, não respeitando seus pais e dizendo que vai fugir (Trechos da ficha da denúncia do pai de Carolina e atendimento da adolescente no Conselho Tutelar de Aquiraz).

Segundo um dos conselheiros, a medida tomada pelo Conselho Tutelar deveria encaminhar a adolescente para um abrigo ou entidade oficial, mesmo dispondo de uma família. Porém, como o município não disponibiliza esse tipo de atendimento, foi tomada como medida a freqüência obrigatória em estabelecimento de ensino. É interessante observar que a escola se apresenta aqui como um espaço de punição, evidenciando o que Michel Foucault (2003:41) designou de mecanismo histórico de poder para o controle, no caso, das *sexualidades periféricas da criança demasiadamente esperta, da menina precoce*.

Foucault (1998) observa que a partir do século XVI, vêm coexistindo complexos arranjos na sociedade ocidental na tomada de poder sobre os corpos pelas diversas “tecnologias de poder”. Estas se constituíram numa sofisticada estrutura de poder que envolve o homem contemporâneo e a progressiva organização de sua vida, através de meticulosos rituais de poder que têm como objetivo o corpo que está mergulhado num campo político. As relações de poder *têm alcance imediato sobre ele; elas o investem, o marcam, o dirigem, o supliciam, sujeitam-no a trabalhos, obrigam-no à cerimônias, exigem-lhe sinais* (Foucault,1998, p.25). Para tanto o corpo precisa está preso num sistema de sujeição. *O corpo só se torna útil se é ao mesmo tempo corpo produtivo e corpo submisso* (Ibidem, p.25).

Apesar de esperada a eficácia na estratégia de disciplinamento utilizada pelo Conselho Tutelar, Carolzinha não se submeteu as meticulosidades do que poderia chamar de *vigilâncias infinitesimais* (Machado, apud Foucault, 1988, p. XIII). Apesar de advertida e conduzida à escola como punição pelo comportamento, a adolescente não se submeteu. Saía com os amigos, “ficava”, tinha uma vida sexual ativa, ingeria bebida alcoólica, curtia o momento.

Certo dia uma amiga da família pediu para levar Carolina para sua companhia afirmando para o pai que não deixaria a jovem sair, beber ou usar drogas. A ida da adolescente resultou numa das mais humilhantes experiências que Carolina vivenciou. A adolescente foi morar em Pindoretama, município vizinho a Aquiraz, na companhia da referida mulher no mês de maio do ano de 2002. No entanto, lá foi obrigada a se prostituir.

Relatou Carolina que a mulher recebia vários homens em casa para os quais exibia a menina oferecendo-a pelo melhor preço e dizendo que se tratava de “carne jovem”. Afirmou que no começo relutou para não permanecer na casa, mas a mulher a ameaçava dizendo que caso não servisse sexualmente aos clientes ou tentasse fugir, contaria ao pai da adolescente. Dizia ainda que este certamente a espancaria. Ameaçava também sobre a possibilidade de denunciá-la à polícia alegando que Carolina teria para com ela uma dívida por causa de alguns produtos de higiene fornecidos, como um perfume e algumas peças de roupas.

O medo fez Carolina se submeter à situação de exploração. A menina não foi reconhecida como sujeito de ação, não lhe sendo aberto nenhum campo de resposta, reações ou invenções possíveis. Nesta relação a violência se fez presente tendo em vista que Carolina ficou subjugada à determinada ordem de outrem.

Carolina ficou sob o *comando* da mulher por quatro meses. Fazia programas que variavam de R\$ 5,00 a R\$ 30,00. Ela afirmava que os clientes eram homens da localidade de Pindoretama, entre eles, taxistas, moto-taxistas, policiais, comerciantes, pedreiros, estudantes... A mulher obrigava Carolina e uma outra jovem com 15 anos, a fazer por volta de 2 a 3 programas em todos os dias da semana. Carolina relatou o seguinte:

Às vezes eu estava dormindo, ela me acordava e dizia assim: vamos ver Carolzinha, tá na hora de trabalhar, deixa de preguiça. Às vezes ela mandava eu fumar maconha e beber pra ter mais coragem (Trechos dos relatos de Carolina).

O relato apresentado denota a face mais cruel das formas de exploração sexual comercial, pois revela a ineficácia de um sistema de garantia de direitos em nosso País. Além de não ser respeitada no direito a uma sexualidade saudável, responsável e protegida, Carolina sofreu uma violação à sua integridade física e psicológica.

A sujeição ao comando da aliciadora, no entanto, não durou um longo tempo, mostrando que o “poder” pode surgir em cada ponto do corpo social. Certo dia a adolescente não mais suportando a situação em que se encontrava superou o medo com a ajuda de um dos clientes, um jovem moto-taxista . A menina lhe revelou a situação e o pediu para procurar sua mãe no Iguape para contar sobre o que estava acontecendo. O rapaz acatou o pedido da adolescente.

A mãe de Carolina ficou chocada com o problema de sua filha e implorou ao pai para que tomasse uma atitude, mesmo sabendo da impossibilidade de diálogo entre os dois. O pai resolveu procurar o Conselho Tutelar, desta vez para denunciar não a filha, mas a aliciadora. O Conselho Tutelar de Aquiraz se articulou com o de Pindoretama e a delegacia da mesma localidade para armar o flagrante.

A situação apresentada revela que o poder não está concentrado em um único pólo. Para Michel Foucault o poder não existe como algo concreto em si, mas como um exercício estabelecido dentro de relações entre indivíduos, ou seja, em cada ponto do corpo social. Como sinaliza o mesmo autor, o poder, de certa forma, é *muito enigmático, ao mesmo tempo visível e invisível, presente e oculto, investido em toda parte* (Foucault, 1988, p.75). É preciso ter sempre em mente o reconhecimento de uma pluralidade de correlações de forças que atravessam todo o corpo social e aqueles sobre o qual o poder é exercido, há sempre um campo de respostas e reações.

Por outro lado, apesar do Conselho Tutelar de Aquiraz afirmar sobre a efetivação do flagrante e da prisão da aliciadora, a família de Carolina relatou que iso não aconteceu, informando que a mulher sempre aparecia nas proximidades da casa e ficava ameaçando a adolescente. A situação apresentada dá evidencias de que não existe uma política de proteção à criança e ao adolescente efetiva no nosso País que

seja capaz de desenvolver, reforçar e aplicar medidas legais, sobretudo na responsabilização do agressor.

3.3 Vivência em bordel

Leal (1999) citando o IIN – Instituto Interamericano del Niño, define que a vivência em bordel é um tipo específico de exploração sexual, de caráter comercial, relacionado tanto com o grupo familiar a qual a criança e o adolescente pertence, bem como pela ação de “protetores” (cafetinagem) ou pelos próprios clientes. Esta tipologia foi identificada em Aquiraz, por exemplo, no caso de Clarice que na época tinha 15 anos.

3.3.1 A terceira é quando crio na canção um desafio entre o abraço do parceiro e um pedaço de amargura : “os mistérios” de Clarice

A adolescente apesar da pouca idade possuía um “corpo de mulher”. A pele mulata e os cabelos cacheados revelavam a graça e a mistura mulata. Na época vivia em um bordel localizado na sede do município de Aquiraz. Era uma jovem tímida e retraída, que muitas vezes nas entrevistas preferiu não responder as perguntas. Em algumas ocasiões, ouvia as indagações, ficava pensativa e por várias vezes chegou a chorar.

O que mais marcou as entrevistas de Clarice foi exatamente esse silêncio seguido de lágrimas. Os silêncios na hora de falar na família, nos sonhos e, principalmente, na sua condição de vida. Silêncios que por si só já diziam muito. A jovem demonstrou mais confiança na segunda visita. Na primeira, quando apliquei o questionário, ela só respondia as perguntas objetivas, as mais subjetivas, apenas dizia que não sabia responder. E, ainda por cima, ficamos o tempo todo na presença da cafetina. Tudo que perguntava a Clarice, ela, primeiramente, olhava para a cafetina pra depois responder com muita insegurança.

Na segunda visita a cafetina ficou um pouco com a gente, mas como era domingo e o bar estava com muito movimento ela nos deixou mais livres e acredito que isso tenha deixado a jovem mais à vontade. A entrevista que rendeu válidos depoimentos aconteceu numa varandinha da casa da cafetina que fica ao lado do bar. O local possui as características próprias das tradicionais zonas de meretrício, onde pobreza, casas de famílias e bordéis convivem lado a lado. Fica próximo à sede de Aquiraz, mais precisamente na área de moradia que se formou ao redor do cemitério.

Reconstituir esse depoimento me exigiu muito esforço, pois a adolescente não quis gravar a entrevista. Ficava atenta a cada pausa e expressões, anotava no caderno palavras pela metade na forma de códigos para não esquecer os detalhes das poucas informações repassadas. Talvez, as poucas informações revelam uma vida marcada por rupturas e experiências que Clarice prefere não lembrar, ou quem sabe, não tem mesmo o que lembrar.

Relatou que seus pais se separaram quando tinha por volta de dois anos. Havia entre os pais da jovem uma relação de adultério por parte da mãe. O pai ao saber do fato abandonou a família e só reapareceu no mesmo mês da entrevista com Clarice. Soube do paradeiro do pai através de um tio que o encontrou pelas ruas do centro de Fortaleza. Relatou não ter hesitado em procurar o pai e dizer que era sua filha.

Sobre o reencontro, falou da sensação de estranhamento do pai e de sua falta de sentimento por ela. Neste instante, rolaram as primeiras lágrimas de Clarice. Por outro lado, a jovem reconhece que não seria possível o desejável sentimento, visto não ter estabelecido durante muitos anos um contato com ele.

Chamou-me atenção seu relato sobre, como designou, o “caráter” do pai. A jovem admirou o fato dele não ter falado contra sua mãe. Apesar desse reconhecimento, não teve coragem de falar sobre sua vida. Ao meu ver a experiência de não ser “vista e ouvida” pelo pai, se apresenta como uma relação solitária na qual a jovem, apesar do reencontro, de estar próxima da pessoa dele, *num mundo*

aparentemente comum, não teve, e nem foi capaz de se dar, a possibilidade de expressar sobre suas angústias, de compartilhar sua vida.

Calou-se diante de uma ausência de palavras. Como informa Hannah Arendt (1994), poder e a violência estão sempre em sentidos opostos. Onde um domina absolutamente, o outro está ausente. Isto também faz sentido nos relatos sobre a relação com a mãe. A jovem observou sobre a impossibilidade de uma convivência “harmoniosa”, relatando com amargura episódios sucessivos de violência.

A minha mãe ? Eu não consigo gostar dela não. Ela me batia muito e é louca. O meu pai tem uma marca de mordida no braço esquerdo que ela deu quando ele disse que ia deixá-la. Ele não me mostrou, mas eu vi a marca. Quem me disse foi ela mesmo. Ela acha que isso mostra que ela sabe lutar pelo o que ela quer. Mas eu não acho isso não...(Trecho reconstruído dos relatos de Clarice)

Perguntei como seria saber lutar pelo o que quer e respondeu que não sabia. Após uma pausa de silêncio voltou a falar da mãe.

Quando eu era criança, ela só não me matou, por que a minha avó morava perto da gente e sempre vinha me socorrer. Ela me fez sofrer muito, não consigo gostar dela de jeito nenhum. Um dia depois que eu reencontrei meu pai fui até a casa dela, mas foi só para brigar. Só passei um dia lá, aliás só uma noite, pois quando cheguei na casa dela já era noite. Tivemos uma briga por causa de dinheiro e só não voltei na mesma hora porque não tinha transporte. Ela nem imagina que eu vi meu pai, se ela, pelo menos, sonhar me mata. Acho que ela é a culpada da minha família não está junta até hoje, pois foi ela que passou chifre no meu pai. Os meus irmãos também a odeiam (Trecho reconstruído dos relatos de Clarice).

O sonho da cumplicidade de um amor materno parece ter sido substituído pela suposta proteção da então cafetina.

Hoje minha mãe me explora pois quer que eu dê meu dinheiro para ela. Ela tem raiva da ... (dona do bordel) porque é quem fica com meu dinheiro. Admiro a ... (dona do bordel) porque ela não dá todo meu dinheiro para minha mãe,

que acha que tem o direito de ficar com o meu dinheiro, porque me botou no mundo (Trecho reconstruído dos relatos de Clarice).

Clarice ao relatar sobre como chegou à vivência da exploração sexual comercial, mais uma vez reforça a relação de cumplicidade com a cafetina que parece substituir a relação idealizada entre mãe e filha. Clarice disse o seguinte:

Eu entrei para prostituição quando eu me separei de um homem com quem vivia. Ele foi meu primeiro homem, em tudo mesmo. Eu tinha doze para treze anos e fui morar com ele, não tinha nada e era a melhor coisa que poderia acontecer comigo naquele momento ... Nessa época eu já era moça, e ele gostava de mim. Mas ele não era boa bisca. Usava drogas e bebia muito, aí um dia ele foi embora. Ainda ficamos juntos quase dois anos. Eu fiquei sozinha e uma amiga minha me convidou para que eu viesse para a casa da ... (um outro bordel de Aquiraz) e eu aceitei, pois era a única coisa que me restava. Eu vim e aí me prostitui. Fiquei por lá por alguns meses, mas ela me maltratava, queria me bater, me obrigava a fazer o trabalho até nos dias que estava... nos meus dias... sabe ? Foi aí que eu saí de lá e vim para a casa da... (atual cafetina). Ela é uma mulher boa, gosta de mim, me trata como ninguém já me tratou. Ela respeita os meus dias... aqueles, sabe ? (Trecho reconstruído dos relatos de Clarice).

Perguntei se sentia explorada pela cafetina e ela respondeu o seguinte:

Não me sinto explorada por ela não, ela precisa de mim e eu dela. Eu confio nela, sei que quer o meu bem. Ela me paga direitinho e guarda o meu dinheiro, me aconselha... me ajuda... (Trecho reconstruído dos relatos de Clarice).

Para Beauvoir (1980), a cafetinagem adquire direitos sobre a mulher prostituta quando proporciona a esta os recursos financeiros necessários para se iniciar na profissão. Com isso recolhe a maior parte dos benefícios sem que ela possa libertar-

se. A autora ainda observa que o(a) suposto(a) “proprietário(a)” desempenha um papel, não só de explorador(a), mas também de protetor(a)³³.

Adianta-lhe dinheiro para que compre vestidos, defende-a contra a concorrência de outras mulheres, contra a polícia – é, por vezes um policial – contra os fregueses. (...). lhe dá igualmente um apoio moral (Beauvoir, 1980:330).

O direito adquirido pela cafetina sobre a condução da vida da adolescente se configura como um ponto denso dentro das “relações de poder”. Para pensar sobre essa relação é mister a reflexão de Michel Foucault (1995) sobre a violência e o consentimento. Para o citado autor, tanto o uso da violência como o da aquisição dos consentimentos, apesar de se apresentarem como pontos densos, instrumentos ou efeitos dentro das relações de poder, não significam que possam ser concebidos como princípios básicos dessas relações.

Para compreender seu conceito de poder, é preciso ter sempre em mente o reconhecimento de uma pluralidade de correlações de forças que atravessam todo o corpo social.

O que caracteriza o “poder” que analisamos aqui, é que ele coloca em jogo relações entre indivíduos (ou entre grupos). Pois não devemos nos enganar: se falarmos do poder das leis, das instituições ou das ideologias, se falamos de estrutura ou de mecanismos de poder, é apenas na medida em que supomos que “alguns” exercem poder sobre os outros. O termo “poder” designa relações entre parceiros (entendendo-se por isto não um sistema de jogo, mas apenas - e permanecendo, por enquanto, na maior generalidade – um conjunto de ações que se induzem e se respondem uma às outras) (Foucault, 1995:240).

³³ Se por um lado, há casos de mulheres em situação de prostituição que por medo permanecem sob o julgo do cáften, por outro, não é rara a possibilidade, conforme Beauvoir (1980), de existir uma relação amorosa entre os dois. Muitas vezes ela desenvolve um amor por ele, que a faz se dedicar quase religiosamente à profissão. Esse sentimento de afetividade também pode ser vivenciado em relação aos fregueses.

Assim, o “poder” só é exercido sobre uma ação e não sobre uma pessoa. A violência, segundo Foucault, seria um instrumento utilizado nas relações de poder, mas nunca um caráter da natureza dessas relações:

De fato, aquilo que define uma relação de poder é um modo de ação que não age direta e imediatamente sobre os outros, mas que age imediatamente sobre sua própria ação. Uma ação sobre a ação, sobre ações eventuais, ou atuais, futuras ou presentes. Uma relação de violência age sobre um corpo, sobre as coisas; ela força, ela submete, ela quebra, ela destrói; ela fecha todas as possibilidades; não tem, portanto, junto de si, outro pólo senão aquele da passividade; e, se encontra uma resistência, a única escolha é tentar reduzi-la (Ibidem, p.243).

Uma relação de poder, ao contrário da violência e do consentimento de um subjugado à determinada ordem de outrem, se articula, segundo Michel Foucault (1995, p.243), sobre dois elementos que lhe são indispensáveis por ser exatamente uma relação de poder, ou seja: *que “o outro” (aquele sobre o qual ela se exerça) seja inteiramente reconhecido e mantido até o fim como o sujeito de ação; e que se abra, diante da relação de poder, todo um campo de respostas, reações, efeitos, invenções possíveis.* No caso da relação existente entre Clarice e a cafetina, ao passo que a segunda consegue o consentimento de conduzir a vida da adolescente, lhe retira por outro lado, a capacidade de reações. A renúncia à liberdade ficou muito óbvia nos relatos de Clarice sobre a relação com os clientes.

Ao ser indagada sobre os clientes, quem seriam e quantas vezes os recebia por semana, afirmou que eram em sua maioria taxista, policiais e estudantes. Disse que, apesar de variar um pouco, fazia de um a dois programas por dia em quase todos os dias da semana. Quando indagada sobre o uso de drogas, seu relato deu indícios de um sentimento de constrangimento e uma suposta renúncia de sua liberdade na relação com o cliente.

Eu não uso drogas. Só bebo umas cervejas. A gente fica animando os clientes do bar para eles beberem e a gente bebe também. Eu acho que isso ajuda um

pouco... acho que tenho mais coragem de enfrentar essa vida (Trecho reconstruído dos relatos de Clarice).

Perguntei o que a fazia não ter coragem de enfrentar essa vida. Seu relato foi o seguinte:

Eu não gosto de fazer as coisas com esses homens não. Eu não gosto de deitar com um homem que não tem nenhum sentimento por mim (Trecho reconstruído dos relatos de Clarice).

Perguntei se ela se sentia explorada pelos clientes, e ela respondeu que sim, mas não com palavras, e sim balançando a cabeça. Fez um silêncio e depois falou:

Toda vez... depois que faço alguma coisa eu tenho nojo... sabe? tenho vontade de provocar... (Trecho reconstruído dos relatos de Clarice).

Pela terceira vez as lágrimas rolaram, acompanhadas de um silêncio profundo. A partir de então decidi parar a entrevista, pois sabia que ultrapassaria os limites de Clarice. Os relatos e silêncios, contudo, foram suficientes para revelar que a adolescente se encontrava sem possibilidade de expressar reação. Segundo informa Foucault, *não há relações de poder onde as determinações estão saturadas (...), mas apenas quando ele pode se deslocar e, no limite, escapar* (Ibidem, p.244). Existindo um confronto entre liberdade e poder, a relação de constrangimento físico e psicológico vivenciada por Clarice revela um quadro potencial de dominação, repressão e violência.

Por uma conclusão introdutória

O “olhar” empreendido e o cuidado de trabalhar a narrativa da experiência cotidiana das meninas de Aquiraz, não como uma sucessão de fatos e dias, mas como uma experiência humana mediada pelos significados que os sujeitos elaboram e reelaboram acerca de suas histórias, constatou que o fenômeno da exploração sexual comercial de adolescentes se traduz numa das expressões da questão social e como uma das faces banalizadas da violência presente no Brasil.

Os relatos mostraram um viver histórico marcado por contradições. De um lado a pobreza, a falta de qualificação profissional e oportunidade de trabalho; uma vivência familiar marcada pelo conflito e pela violência doméstica. Por outro, uma busca incessante de realizações, de desejos e de sonhos fomentados, muitas vezes, pelos vários apelos consumistas.

Diante de uma sociedade marcada pelo desejo insaciável do consumo como um instrumental para afirmar e constituir o lugar social de indivíduos e grupos, e, ao mesmo tempo, produtora de um profundo quadro de desigualdades sociais, econômicas, políticas, culturais etc; o sucesso, a felicidade e o bom desempenho social, benefícios comuns aos que possuem bens materiais, parecem não se destinar aos “despossuídos”.

Próximas de um padrão estético idealizado e desejado por muitos, detentoras de encanto, beleza e juventude, as meninas ressignificavam a exploração sexual comercial percebendo-a não só como condição de possibilidade para a sobrevivência imediata como para romper com a miséria absoluta em que vivem, portanto, como um meio eficaz de ascender e ser aceita socialmente.

Se há uma determinada “aceitação” no fato com que se paga o consumo de um bem tão íntimo como o lugar social, é “normal”, dentro da lógica do consumo, os não possuidores de bens materiais venderem, a qualquer preço, “sexo jovem” aos que possuem dinheiro para comprar. Nessa relação, a compra e a venda de “direitos sexuais”, se apresenta como algo banalizado. Possuindo um potencial controle não só dos corpos, mas dos “gostos”, “preferências”, “sentimentos” e “desejos” dos indivíduos e da sociedade. O paradigma em questão se revela como um mecanismo ameaçador da

cultura dos direitos, em especial de crianças e adolescentes. Uma vez que esse comércio não conhece cercas.

A pesquisa também apresentou indícios de que as manifestações de exploração sexual comercial de adolescentes identificadas em Aquiraz estavam permeadas por processos simbólicos e culturais discriminatórios, machistas, patriarcais e autoritários presentes no viver sócio-histórico da sociedade local e global. Essa constatação esteve presente em quase todos os depoimentos, e, de modo marcante nos de Emília, Carolina e Clarice.

Os relatos revelaram que as meninas tinham uma trajetória de vida marcada pelas mais variadas formas de discriminação, quais sejam: a do cliente que desejava o corpo mulato, “produto” pelo qual pagou; da autoridade dos pais e/ou da cafetinagem, que, às vezes, chegava a ser perversa; das discriminações sociais provocadas pelas desigualdades sociais a que estavam submetidas e pelos preconceitos visíveis e não visíveis que enfrentavam na posição que ocupavam na esfera das relações sócio-culturais de Aquiraz, onde sempre eram apontadas como “putas” e “prostitutas”.

Nesta perspectiva, foi observada uma recorrente transgressão da relação de proteção favorecida pela fragilização social de crianças e adolescentes que são privados de direitos fundamentais como alimentação, educação, família, atenção, carinho, vestimentas, sonhos, desejos etc, os quais se tornam vítimas potenciais da exploração sexual comercial. Constatando-se, desta forma, a presença constante da violência, não apenas porque as situações apresentadas seriam crimes previstos pela legislação vigente, mas porque revelaram expressões de mecanismos estratégicos de poder entre dominantes e dominados.

No tocante às políticas públicas, foi evidente na pesquisa a ausência de um plano estratégico de ações para o enfrentamento da problemática em Aquiraz. Diante da complexidade do fenômeno encontrada em campo, foram identificadas ações sem qualquer eixo norteador ou ponto de convergência realizadas pelo Conselho Tutelar e pelo CMDCA – Conselho de Municipal de Direitos da Criança e do Adolescente.

Quanto ao Conselho Tutelar, observou-se que a instituição estava distante de uma atuação efetiva. Entre outras dificuldades, não possuía espaço próprio funcionando apenas em uma sala e não dispunha de carro para realização de visitas e verificação de denúncias no cotidiano de trabalho. Sendo o Conselho Tutelar um serviço público relevante, conforme o art. 135 do ECA, na defesa dos direitos de crianças e adolescentes, as condições precárias de trabalho constatadas pela pesquisa se configuram como potenciais empecilhos no enfrentamento da problemática.

Outro aspecto relevante concernente ao Conselho Tutelar diz respeito à operacionalização do SIPIA – Sistema de Informação para a Infância e Adolescência, sistema integrante da Rede Nacional de Segurança Pública do Ministério da Justiça que funciona através de um software instalado nos computadores dos conselhos tutelares dos diversos estados do país. O SIPIA é um sistema de registro de informações, uma ferramenta para compilar e sintetizar dados das violações aos direitos da infância e adolescência. Se configura, como uma excelente ferramenta para mostrar a realidade e nortear as políticas públicas frente aos principais problemas enfrentados pela comunidade na qual o conselho atua. Ou seja, com os dados do sistema, é possível demonstrar a demanda de cada região e cobrar políticas eficientes para o atendimento e aplicação de medidas de proteção de crianças e adolescentes.

Nesta perspectiva, as informações contidas no SIPIA servem para fundamentar uma das principais atribuições do Conselho Tutelar prevista pelo ECA (art. 136), que é assessorar o Poder Executivo local na elaboração da proposta orçamentária para planos e programas de atendimento dos direitos da criança e do adolescente. Em Aquiraz, apesar dos conselheiros entrevistados terem mostrado certo conhecimento e sensibilidade diante da problemática no município, não existia nenhum caso de exploração sexual comercial notificado no sistema. Sem fundamentação respaldada em estatísticas, certamente fica difícil contra-argumentar acerca das necessidades e ações voltadas para a questão em tela.

Diante dessa constatação, ficou evidente que em Aquiraz a formação da rede de enfrentamento tinha inúmeros entraves, principalmente dada à observação de que referida instituição realizava suas ações sem a clareza de qual seria seu papel diante

das situações de violência sexual de crianças e adolescentes. Concernentemente à exploração sexual comercial, a articulação do Conselho com a polícia não existia, pois não existiam casos notificados. Da mesma forma em relação ao Ministério Público.

Com relação ao CMDCA, depoimentos de representantes revelaram um profundo descaso com relação a real situação da problemática no município. Afirmar que em Aquiraz não existia exploração sexual comercial de criança e adolescente e que a pesquisa não seria possível por falta de dados, revela, no mínimo, uma indiferença e descompromisso com a superação do problema em foco. Enquanto o poder público e as instâncias de controle social no que tange à garantia de direitos da criança e do adolescente não estiverem sensibilizados da gravidade da situação, as tão almejadas “redes de combate” não terão a força suficiente para atingir seus objetivos.

Por outro lado, instâncias como o Conselho Tutelar e o CMDCA carecem de uma melhor estrutura tanto em relação aos recursos materiais como humanos, tendo em vista que os sujeitos envolvidos na formulação, deliberação e fiscalização dos direitos das crianças e adolescentes precisam necessariamente de uma capacitação continuada.

A inexistência de uma ação específica voltada para o atendimento de crianças e adolescentes vitimizados pela exploração sexual comercial em Aquiraz, não elimina o entendimento de que a citada capacitação continuada deve também se voltar aos profissionais da rede geral de atendimento no sentido de habilitá-los para ações específicas desenvolvidas numa perspectiva da transdisciplinaridade e da intersetorialidade, compreendendo rede geral de atendimento os serviços oferecidos pelos hospitais, postos de saúde, PSF, escolas, delegacias etc.

O atendimento a uma demanda tão complexa pressupõe, é claro, o envolvimento de diversos profissionais, de áreas diferentes sejam jurídicas, sociais, psicológicas, médicas, pedagógicas etc, que devem estar habilitados a atuar dentro de suas especialidades, mas de forma articulada, compreendendo o sujeito de intervenção em suas diversas dimensões. No entanto, é importante observar que as ações efetivas não dependem unicamente dos profissionais, mas de políticas públicas efetivas e de

compromisso e vontade política dos gestores e governantes em todos os seus níveis de responsabilidade e, principalmente, da participação ativa da sociedade civil em todo esse processo de enfrentamento.

Concernente ainda ao processo de formação, seria mister a participação de crianças e adolescentes, vitimizados ou não pela exploração sexual comercial, que poderiam atuar como protagonistas na formulação, implementação e avaliação de políticas de enfrentamento à exploração sexual comercial. Para concretização do referido protagonismo, destaco também a importância de uma orientação metodológica que valorize esse público como sujeitos dotados de saberes e identidades socialmente construídas. Deve-se levar em conta sua diversidade cultural, regional, de gênero e etnia.

Neste processo, são de suma importância a responsabilidade política e o apoio institucional no sentido de garantir a implantação, implementação e continuidade de ações que visem a qualificação para o mercado de trabalho através de uma política de trabalho e geração de renda, bem como a criação e/ou ampliação de espaços e equipamentos de lazer e de acesso à arte, cultura e atividades esportivas, educativas e de saúde.

Certamente a defesa da criança e do adolescente no Brasil só será viável quando uma rede de garantias efetivas dos direitos sociais da criança e do adolescente estiver solidificada na sociedade. Neste processo, é lógico, tem também papel importante a contribuição da sociedade em geral, tendo em vista que a situação requer uma solução por meio dos instrumentos de uma ação política vinculadora de toda coletividade.

Contudo, para implementação de uma cultura de cidadania efetiva na qual os direitos fundamentais de crianças e adolescentes sejam garantidos, são necessárias mudanças institucionais, políticas, econômicas e culturais. É preciso a construção de uma sociedade civil sensível e que compreenda o fenômeno em foco como uma das expressões da questão social presente no Brasil e no mundo. Sendo uma das

expressões da questão social, não pode ser vista como uma questão privada, mas encarada como questão pública, portanto, do interesse de toda a sociedade.

É necessário, portanto, uma sociedade que, acima de tudo, interfira no poder público fiscalizando-o, dizendo não ao seu descaso e exigindo ações efetivas. Neste processo, é primordial o envolvimento da comunidade, de parlamentares, movimentos sociais, ONG's, escolas, universidades, sindicatos, empresas, igrejas, mídia, conselhos de categorias profissionais etc.

Compreendo a urgência de políticas públicas que possam garantir um futuro menos incerto ao adolescente vítima da exploração sexual comercial, não só em Aquiraz como em qualquer parte do país. Para tais políticas se faz necessário um plano de ações estratégicas que, embora operacional, possa transcender o binômio denúncia-repressão, e que respeite, entre outros, a dignidade da criança e do adolescente, sua vida, seu corpo, suas dinâmicas familiares e diversidade cultural. É urgente a formulação de uma política mais efetiva no âmbito da responsabilização e no atendimento às pessoas vitimizadas, suas famílias, bem como aos agressores.

É preciso melhorar o acesso e proporcionar serviços de saúde adequados para o atendimento integral à criança vítima de violência sexual. É necessários programas de saúde reprodutiva com enfoque na adolescência, saúde mental, drogadição e DST/AIDS, bem como a implantação e implementação das Comissões de Maus Tratos nos hospitais.

Por fim, faz-se necessário e urgente a maturação de uma nova concepção de políticas sociais como parte integrante do desenvolvimento do País. É preciso superar o paradigma de ações isoladas, pontuais e fragmentadas, e pensar os projetos, programas e ações como parte de um investimento para o desenvolvimento a curto, médio e longo prazo, e não como gastos ou déficit social. Uma nova concepção que também transcenda o entendimento de que políticas sociais para os pobres devem ser pobres de recursos, de idéias e de compromissos.

Quando tais estratégias estiverem disponíveis ao acesso de todos e todas, certamente garantirão uma trajetória de vida marcada pela dimensão de direitos e respeito às condições peculiares das pessoas em desenvolvimento. Caso contrário, *para esses jovens, destinados de antemão a esses problemas, fundidos com ele, o desastre parece sem saída e sem limites, nem mesmo ilusórios. Toda uma rede rigorosamente tecida, que já é quase uma tradição, lhes proíbe a aquisição não só de meios legais para viver, mas também de qualquer razão homologada de fazê-lo. Marginais por sua condição, geograficamente definidos antes mesmo de nascer, reprovados de imediato, eles são os excluídos por excelência* (Forrester, apud Diógenes, 1998:06).

Não posso concluir esta “longa introdução explicativa”, sem expressar como foi instigante e prazeroso ter vivenciado a experiência da pesquisa que ora subsidia o presente trabalho. Entrevistei pessoas, ouvi seus relatos, muitas vezes emocionantes, em outras, omissos e arrogantes, mas todos plenos de significados e “demasiados humanos” em suas verdades e parcialidades. E, assim, percorri a difícil tarefa, própria de quem envereda os caminhos e os (des)caminhos da pesquisa social.

Para finalizar, gostaria ainda de expressar o meu desejo de ter escrito algo que possa contribuir para a vida das pessoas. Acredito que a melhor contribuição do pensar acadêmico é tornar compreensíveis as realidades. Sentiria inútil a tarefa empreendida, caso se configure apenas como mais um trabalho nas prateleiras da universidade. Espero que cada minuto de leitura, cada página escrita com suas descrições e interpretações possam contribuir de alguma forma para as pessoas que tenham acesso a esta dissertação. E que minha “longa explicação” possa fazê-las sentir o jogo que se processa entre o mundo e nós mesmos, e que possibilite transformar nossas indiferenças em participação nas questões públicas.

“O que mata um jardim, é o olhar indiferente daqueles que por ele passam....”

Mario Quintana

Bibliografia

ABRAMO, H. W. **Cenas Juvenis – punks e darks no espetáculo urbano**. São Paulo: Scritta, 1994.

ABRAPIA – ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA MULTIPROFISSIONAL DE PROTEÇÃO À INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA. Sistema Nacional de Combate à Exploração Sexual Infanto-Juvenil : **guia de denúncia**. Rio de Janeiro, 2000.

ADERALDO, M. S. **História Abreviada de Fortaleza e Crônicas Sobre a Cidade Amada**. Fortaleza: Imprensa Universitária da Universidade Federal do Ceará, 1974.

ALENCAR, F. **História da Sociedade Brasileira**. Rio de Janeiro: Ao Livro Técnico, 1996. p.26.

ARENDT, H. **A Condição Humana**. Rio de Janeiro: Forense, 2001.

_____. **Da violência**. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994.

_____. **Entre o passado e o futuro**. 2 ed. São Paulo: Perspectiva, 1997.

ARIÉS, P. **História Social da Criança e da Família**. Rio de Janeiro: Editora Zahar, 1997.

AZEVEDO, M. A. & GUERRA, V. N. A. **Crianças Vitimizadas: A Síndrome do Pequeno Poder**. São Paulo: Editora Roca, 1988.

BARBOSA, H. Subsídios para uma matriz conceitual e metodológica no enfrentamento e intervenção da exploração sexual: reflexão do ontem, do hoje e do amanhã. In: **Construindo uma história: tecnologia social de enfrentamento à violência sexual contra criança e adolescentes**. Bahia: CEDECA – BA, 2003.

BARBOSA M. L. de O. & QUINTANEIRO, T. Max Weber. In: QUINTANEIRO, T. (Org). **Um Toque de Clássicos**. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2003.

BEAUVOIR, S. de. **O Segundo Sexo**. Tradução. de Sérgio Milliet. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980.

BENJAMIN, W. O Narrador: considerações sobre a obra de Nikolai Leskov e sobre o conceito da História. In: BENJAMIN, W. **Magia e Técnica, Arte e Política: ensaios sobre literature e história da cultura**. Obras escolhidas, Vol 1 Trad. Sérgio Paulo Rouanet. São Paulo: Brasiliense, 1996.

BOSI, E. **O tempo vivo da Memória**. São Paulo: Ateliê Editorial, 2003.

BOURDIEU, P. **O Poder Simbólico**. Trad. Português: Fernando Tomaz. 3ª Ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000.

BRASIL. Lei nº 10.406, de 10/01/2002. **Código Civil Brasileiro**.

_____. Decreto Lei Nº 8.069/13/07/1990. **Estatuto da Criança e do adolescente**.

_____. **Constituição da República Federativa do Brasil**, 1988.

BURKE, P.. História como Memória Social. In: _____. **Variedades de História Cultural**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

CALLIGARIS, C. A.. **A Adolescência**. São Paulo: Publifolha, 2000.

_____. **Crônicas do individualismo Cotidiano**. São Paulo: Ática, 1996.

CAMINHA, A. **A normalista (Cenas do Ceará)**. SP: Ática, Série Bom Livro, 1998.

CARDOSO, R. C. L. . Aventuras de antropólogos em campo ou como escapar das armadilhas do método. In: CARDOSO, R. C. L. (org). **A Aventura Antropológica**. Teoria e Pesquisa. RJ: Paz e Terra, 1997.

CARNEIRO, V. **Hermenêutica da Memória na Linguagem Simbólica do Mal em Paul Ricoeur**: do mito ao símbolo. In: VASCONCELOS, J. G. e MAGALHÃES Jr., A . G. (Orgs). **Memórias no Plural**. Fortaleza: LCR, 2001.

CASTEL, R. As transformações da questão social. In: **Desigualdade e questão social**. WANDERLEY, M. B.; BÓGUS, L.; YAZBEK, M.C.(orgs.). São Paulo: EDUC, 2000.

CECOVI – CENTRO DE COMBATE À VIOLÊNCIA INFANTIL. **Curso de Capacitação Técnica no Enfrentamento da Violência Doméstica Contra Crianças e Adolescentes**. Fundação Bernard Van Leer, UECE – Universidade estadual do Ceará e IMPARH – Instituto Municipal de Pesquisas Administração e Recursos Humanos.

CECRIA – CENTRO DE REFERÊNCIA, ESTUDOS E AÇÕES SOBRE CRIANÇAS E ADOLESCENTES. Fundamentos e Políticas Contra a Exploração e Abuso Sexual de crianças e Adolescentes: **Relatório de Estudo**. Brasília: Ministério da Justiça, 1997.

CHAUI, M. **Brasil: Mito Fundador e Sociedade Autoritária**. São Paul:Editora Fundação Perseu Abramo, 2001.

_____. **Ética e Violência**. Revista *Teoria e Debate*, ano 11, n° 39, 1998 (ensaio).

_____. Participando do debate sobre mulher e violência. In: **Perspectivas antropológicas da mulher**. Rio de Janeiro: Zahar, 1985, p.25-62.

COHN, G. Introdução. In: COHN, G. (Org). **Weber: Sociologia**. São Paulo: Editora Ática, (Coleção Grandes Cientistas Sociais), 2003.

COLAÇO, V. de F. R. Perfil da menina envolvida com a prostituição em Fortaleza. In: **Infância e Adolescência em Discussão**. Fortaleza: NUCEPEC, UFC, CBIA, 1994.

COLARES, M. C. S. **Meninas de Aquiraz**: olhando, ouvindo e escrevendo sobre exploração sexual de adolescente. Fortaleza: UECE, 2003 (Monografia, graduação em Serviço Social).

COSTA, J. F. **Ordem médica e norma familiar**. Rio de Janeiro, Edições Graal, 1979

DA MATA, R. **A casa e a rua**. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 1991.

DEL PRIORE, M. **História das Crianças no Brasil**. SP: Contexto, 2000.

DEMO, P. **Pobreza Política**. São Paulo: Cortez, 1988.

DIMENSTEIN, G. **Meninas da Noite** : a prostituição das meninas escravas do Brasil. São Paulo: Ática, 1992.

DIÓGENES, G. **Cartografias da Cultura e da Violência**. São Paulo: Anablume, 1998.

_____. **Criança Infeliz** : relatório de pesquisa sobre a exploração sexual comercial de crianças e adolescentes na cidade de Fortaleza. Pacto de Combate ao Abuso e à Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes. Fortaleza: maio de 1998.

_____. **A Cidade e a Casa**: Exclusão e Violência na infância. In: **Infância e Adolescência em Discussão**. Fortaleza: NUCEPEC, UFC, CBIA, 1994.

DREYFUS, H. e RABINOW, P. **Michel Foucault, uma trajetória filosófica:** para além do estruturalismo e da hermenêutica. Tradução de Vera Porto Carrero; Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995.

ELLERY, C. M. **Relatório Final da Pesquisa sobre Exploração Sexual Comercial de Crianças e Adolescentes no Estado do Ceará.** Fortaleza: UNICEF/POMMAR-USAID-PARTNERS/UECE, 2003.

_____. **Relatório Final da Pesquisa sobre Abuso Sexual contra Crianças e Adolescentes no Estado do Ceará .** Fortaleza: UNICEF/POMMAR-USAID-PARTNERS/UECE, 2004.

ELIAS, N. **Os Alemães:** a luta pelo poder e a evolução do habitus nos séculos XIX e XX (Parte III Civilização e Violência – p. 159-266). Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997.

FALEIROS, E. T. S. **Repensando os conceitos de violência, abuso e exploração sexual de crianças e de adolescentes.** Brasília, 2000.

FALEIROS, V. de P. **Para Combater a Violência :** o papel da família e da assistência social na ação junto a crianças e adolescentes. Brasília: MPAS/SEAS; São Paulo: FUNDAP, 2000.

_____. **A violência sexual contra criança e adolescentes e a construção de indicadores:** a crítica do poder, da desigualdade e do imaginário. Trabalho apresentado na Oficina de Indicadores da Violência Intra-familiar e da Exploração Sexual Comercial contra Crianças e Adolescentes, promovida pelo CECRIA. Brasília, 1997.

FERREIRA, M. de M. e AMADO, J. (orgs). **Usos & Abusos em História Oral.** Rio de Janeiro: Ed. Da Fundação Getúlio Vargas, 1998.

FOUCAULT, M. **Vigiar e Punir:** Nascimento da prisão. Petrópolis: Vozes, 1998.

_____. **Microfísica do Poder**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1988.

_____. O Sujeito e o Poder. In: DREYFUS, H. e RABINOW, P. **Michel Foucault, uma trajetória filosófica: para além do estruturalismo e da hermenêutica**. Tradução de Vera Porto Carrero; Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995.

_____. **História da Sexualidade I: A Vontade de Saber**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 2003.

FREITAS, S. M. de. **História Oral: possibilidades e procedimentos**. São Paulo: Imprensa Oficial/ USP, 2002.

FREYRE, G. **Casa-grande e Senzala**. Coleção Intérpretes do Brasil. Rio de Janeiro: Nova Aguilar S/A , 2002. Volume II.

GEERTZ, C. **O Saber Local: novos ensaios em antropologia interpretativa**. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 1997.

_____. **A interpretação das Culturas**. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

GONDIM, L. M. de P. (org). **Pesquisa em Ciências Sociais: o projeto da dissertação do mestrado**. Fortaleza: EUFC, 1999.

HEILBORN, M. L. **Sexualidade: o olhar das Ciências Sociais**. RJ: Editora Jorge Zahar, 1999.

LEAL, M. L. P. A Exploração Sexual Comercial de Meninos, Meninas e Adolescentes na América Latina e Caribe. **Relatório final – Brasil**. Brasília : CECRIA, MJ, UNICEF, CESE, 1999.

LEVI, G. e SCHMITT, J.C. **História dos Jovens: Da Antigüidade à Era Moderna**. São Paulo: Companhia da Letras, 1996.

MAIA, A. C. **Sobre a Analítica do Poder de Foucault**. Tempo Social Revista de Sociologia da USP, São Paulo, v. 7 – n. 1-2, p.83-104, outubro de 1995.

MALINOWSKI, B. **Argonautas do Pacífico Ocidental**. São Paulo: Editor Victor Civita, 1976. Introdução, p. 21-38.

MARTINELLI, M. L. **Pesquisa Qualitativa**: um instigante desafio. São Paulo: NEP – Núcleo de Estudos e Pesquisas Sobre Identidade; Ed. Veras, 1999.

MAZZIEIRO, J. B. **Sexualidade Criminalizada**: Prostituição, Lenocínio e Outros *Delitos* - São Paulo 1870/1920 . São Paulo: Revista Brasileira de História. v.18 n.35,1998.

MILLS, C. W. A . **A imaginação Sociológica**. São Paulo: Zahar, 1980.

MINAYO, M. C. de S. (org). **Pesquisa Social** : Teoria Método e Criatividade. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2001.

_____. **O Desafio do Conhecimento**: Pesquisa Qualitativa em Saúde. 3ª ed. São Paulo: HUCITEC – ABRASCO,1994.

OLIVEIRA, R. C. de. **O Trabalho do Antropólogo**. Brasília: Paralelo15; São Paulo: UNESP, 1998.

PESTRAF – BRASIL : PESQUISA SOBRE TRÁFICO DE MULHERES, CRIANÇAS E ADOLESCENTES PARA FINS DE EXPLORAÇÃO SEXUAL COMERCIAL. **Relatório Final. Brasil**, Brasília: 2002.

OSTERNE, M. do S. F. **Família, Pobreza e Gênero**: O lugar da dominação masculina. Fortaleza: EDUECE, 2001.

QUEIRÓZ, M. I. P. **Relatos Oraís**: do “indizível” ao “dizível”. in VON SIMSON, Olga de Moraes (org). **Experimentos com História de Vida**. São Paulo: Vértice, Ed. Revista dos Tribunais, 1988.

QUINTANEIRO, T. (Org). **Um Toque de Clássicos**. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2003.

RECRIA – REDE DE INFORMAÇÕES SOBRE VIOLÊNCIA SEXUAL CONTRA CRIANÇAS E ADOLESCENTES. **Fundamentação Teórica-Metodológica. Manual de Operacionalização.** Brasília: MJ/SEDH/DCA/CECRIA, 2001.

SAFFIOTI, H. I. B. No fio da navalha: violência contra crianças e adolescentes no Brasil atual. In MADEIRA, Felícia Reicher. **Quem mandou nascer mulher ?** Estudos sobre crianças e adolescentes pobres no Brasil. Rio de Janeiro: Record/Rosa dos Tempos, 1997.

_____. **A Exploração Sexual de Meninas e Adolescentes:** Aspectos Históricos e Conceituais. 1º Painel de Debate do Seminário Sobre Exploração Sexual de Meninas e adolescentes no Brasil. Brasília, março de 1995.

SANTANA, R. e XAVIER, S. Reconhecendo a Violência Sexual. In: **Construindo uma história:** tecnologia social de enfrentamento à violência sexual contra criança e adolescentes. Bahia: CEDECA – BA, 2003.

SCHINDLER, N. Os tutores da desordem: rituais da cultura juvenil nos primórdios da era moderna. In: **História dos Jovens:** da Antigüidade à Era Moderna.. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

SENNETT, R. **O Declínio do Homem Público:** as tiranias da intimidade. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.

SILVA, W. G. da. **O Antropólogo e sua Magia.** São Paulo: EDUSP, 2000.

SOUZA, I. de. **O Cliente – O Outro Lado da Prostituição.** São Paulo: Annablume, 1998.

THOMSON, A. **Aos Cinquenta Anos:** uma perspectiva internacional da história oral . In: FERREIRA, M. M., FERNANDES, T. M. e ALBERTI. V. (Orgs). **História Oral:** desafios para o século XXI. Rio de Janeiro: Ed. Fiocruz/casa/CPDOC – Fundação Getúlio Vargas, 2000.

YASBECK, M. C. **Classes Subalternas e Assistência Social**. São Paulo: Cortez, 1996.

ZALUAR, A. **A Máquina e a Revolta**: As Organizações Populares e o Significado da Pobreza.SP: Brasiliense, 1985.

WEBER, M. A objetividade do conhecimento nas Ciências Sociais. In: COHN, G. (Org). **Weber: Sociologia**. São Paulo: Editora Ática, Coleção Grandes Cientistas Sociais, 2003.